



# Relatório e Contas 2013





Uma relação de confiança.

# ÍNDICE

<b>1.</b> Órgãos Sociais e Acionistas	04
<b>2.</b> Relatório do Conselho de Administração	08
<b>3.</b> Demonstrações Financeiras	26
<b>4.</b> Anexo às Demonstrações Financeiras	32
<b>5.</b> Certificação Legal de Contas	90
<b>6.</b> Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	93
<b>7.</b> Relatório de Governo da Sociedade	96



# 01

Órgãos Sociais  
e Acionistas

# COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

## ASSEMBLEIA GERAL

### PRESIDENTE:

Jean-François Derrien

### SECRETÁRIO:

Maria Alexandra de Almeida Bessone Cardoso

---

## CONSELHO FISCAL

### PRESIDENTE:

David Jean Marie Drapeau

### VOGAIS:

Agostinho Pereira Fernandes  
Sylvan Marty

### SUPLENTE:

Rodolphe Pierre André Rousseing

---

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### PRESIDENTE:

Amir Hossein Djourabtchi

### VOGAIS:

João Miguel dos Santos Leandro  
Jorge Monreal Fontes  
Philippe Durand  
Alexandre Xavier Deshoux

---

## COMISSÃO EXECUTIVA

### PRESIDENTE:

João Miguel dos Santos Leandro

### VOGAIS:

Jorge Monreal Fontes  
Philippe Durand

---

## REVISOR OFICIAL DE CONTAS

PricewaterhouseCoopers & Associados -  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.,  
representada pelo Dr. António Alberto Henriques Assis



# MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2013 foi marcado pelo início da recuperação e “normalização” económica na Europa. Esta melhoria foi particularmente marcada na 2ª metade do ano e especialmente importante por incluir os países do Sul da Europa e particularmente os países sobre um plano de assistência financeira (Portugal, Irlanda, Grécia), onde as perspetivas económicas de curto prazo melhoraram significativamente.

Os mercados financeiros na zona Euro viveram um ano de forte recuperação, com uma performance bastante positiva nos mercados acionistas da generalidade dos países europeus, e descidas significativas nos prémios de risco, quer nos mercados de dívida soberana, quer nos mercados de dívida privada. Nota particular para a descida nos “yields” nos mercados de dívida soberana dos países europeus sobre um plano de assistência financeira (Irlanda, Grécia e Portugal), que culminou com a saída “limpa” da Irlanda e de Portugal do programa.

Apesar da melhoria significativa nos mercados financeiros, a generalidade dos bancos da zona Euro continuaram a proceder a esforços no sentido de redimensionarem o tamanho dos seus balanços e fortalecerem os seus rácios de capitais de forma a cumprirem crescentes exigências regulamentares, o que continuou a provocar por esta via alguma restrição na oferta de crédito, particularmente a empresas situadas nos mercados mais afetados (i.e., sul da Europa).

Em Portugal estas tendências de fundo foram por demais evidentes, tendo 2013 marcado o ano da viragem e o início da saída da crise económica que o país vive mais ou menos de forma contínua desde 2008. Portugal foi aliás um dos principais beneficiários da recuperação nos mercados financeiros, com os yields da dívida soberana Portuguesa a regressarem a valores perto dos mínimos históricos. Cumprindo em grande parte com o programa definido com a “troika”, o governo Português continuou a implementar uma série de medidas de equilíbrio orçamental, especialmente no sentido dum aumento significativo na carga fiscal e alguma redução da despesa, focada na redução da massa salarial da função pública e na despesa de apoio social.

O desemprego continuou num nível bastante elevado, mas apresentou uma forte melhoria durante a 2ª metade do ano, descendo dum nível recorde de 17.6% no final do 1º trimestre de 2013 para 15.3% no final do ano. Por outro lado, Portugal conseguiu apresentar novamente em 2013 um crescimento razoável nas suas exportações (6.1%), continuando a melhorar o seu deficit comercial (as importações apenas subiram 2.8%) e atingindo um saldo positivo na balança corrente e de capital de 2% em 2013 (versus um deficit de 8.3% em 2010, o último ano antes do início do plano de assistência).

O sector financeiro Português, derivado dum ambiente económico difícil, viu um aumento significativo e generalizado na sua carteira de empréstimos em cobrança duvidosa. Este aumento foi particularmente expressivo no segmento empresas, onde o *stock* de dívidas em cobrança duvidosa subiu 360% desde 2010.

O mercado de crédito ao consumo, onde o Banco Credibom atua, apresentou segundo a ASFAC uma subida de 4.2% nos montantes financiados em 2013, aumento este concentrado no último trimestre do ano. Em termos de produtos financiados, de destacar a subida de 11% no crédito *revolving* concedido, enquanto o volume de crédito clássico concedido (o principal produto do Banco Credibom) desceu 8%.

O segmento de financiamento automóvel, que representa  $\frac{3}{4}$  do negócio do Credibom, apresentou um crescimento de 4% em 2013, derivado da recuperação de venda de viaturas novas. O segmento de financiamento de veículos usados continuou em queda (-3%), tendo havido no entanto uma recuperação no último trimestre do ano. O Banco Credibom manteve e reforçou em 2013 a liderança no segmento de financiamento automóvel, atingindo uma quota de mercado de 16.5%.

Em termos operativos, 2013 representou um grande desafio para o Credibom, e para a generalidade dos operadores no mercado financeiro, em conseguir responder às acrescidas exigências do regulador. O Credibom continuou ainda a adaptar a sua estrutura interna à realidade do mercado, de forma a - com o apoio do seu acionista Crédit Agricole - continuar a ser uma instituição de referência no mercado de crédito ao consumo Português.

O ano de 2014 anuncia-se como sendo o ano do início da recuperação económica, com a grande maioria dos analistas a projetarem um crescimento no PIB entre 1.0-1.5%. O início do ano tem sido caracterizado por uma forte recuperação do consumo interno direcionado a bens duráveis, nomeadamente à compra de automóvel. O Banco Credibom irá do seu lado tudo fazer para, suportado na dedicação dos seus colaboradores e com o apoio do seu accionista, aproveitar esta recuperação do mercado e manter a sua posição de liderança responsável nos vários segmentos do crédito ao consumo onde opera.



02

Relatório do Conselho  
de Administração

# RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acionistas,

De acordo com o disposto na Lei e nos Estatutos do Banco Credibom, S.A., vem o Conselho de Administração apresentar o seu Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras incluindo o correspondente Anexo, bem como a Proposta de Aplicação dos Resultados referentes ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

## ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

(FONTE: BANCO CENTRAL EUROPEU E BANCO DE PORTUGAL)

### INTERNACIONAL

A economia global mantém-se num caminho de recuperação gradual, embora apresentando algumas diferenças regionais. Nas principais economias avançadas a recuperação vai-se afirmando gradualmente, apoiada por políticas acomodaticias. Ao mesmo tempo, o crescimento das economias de mercado emergentes perdeu um pouco do seu antigo vigor. Os últimos indicadores sugerem um sentimento global sólido no último trimestre de 2013, com uma atividade que se espera venha a fortalecer ainda mais no decorrer do ano 2014.

Em 2013, assistiu-se a um ligeiro abrandamento da economia mundial, com a manutenção de um fraco crescimento por parte das economias avançadas, especialmente da área do euro e um menor dinamismo dos países emergentes e em desenvolvimento, tendo o PIB da China aumentado 7.7% em termos homólogos reais, o mesmo aumento registado em 2012. Neste período, o comércio mundial de mercadorias reforçou o seu crescimento principalmente como resultado da aceleração das exportações mundiais, refletindo uma melhoria gradual da atividade económica ao longo do segundo semestre de 2013.

No quarto trimestre de 2013, os EUA e o Japão mantiveram um forte dinamismo da atividade económica, no entanto o PIB da China desacelerou ligeiramente para 7.7%, em termos homólogos reais (7.8% no terceiro trimestre), devido ao enfraquecimento do investimento; o PIB do Reino Unido reforçou o seu crescimento para 2.8% em termos homólogos reais.

Na maioria das economias avançadas com exceção do Reino Unido, a inflação acelerou ligeiramente, enquanto a imagem nas economias de mercado emergentes tem sido relativamente mista e volátil. Nos países da OCDE a inflação homóloga dos preços do consumidor aumentou ligeiramente para 1.6% em Dezembro, de 1.5% em Novembro, principalmente impulsionado pelos preços altos da energia. Excluindo alimentos e energia, a taxa de inflação anual da OCDE manteve-se estável em 1.6% em Dezembro.

No ano de 2013 o preço do petróleo bruto Brent situou-se, em média, em USD 108.6 por barril, cerca de 2.7% abaixo do valor de USD 111.6 por barril registado em 2012.

Nos Estados Unidos, o crescimento real do PIB no quarto trimestre de 2013 manteve-se forte, tendo crescido a uma taxa anualizada de 3.2%, abaixo do crescimento de 4.1% registado no trimestre anterior. Este crescimento foi apoiado por ganhos superiores na despesa do consumo privado e nas exportações, enquanto a variação de existências contribuía para o crescimento pelo quarto trimestre consecutivo. Tanto a despesa pública como o investimento imobiliário diminuíram, este último como resultado da diminuição dos gastos federais que mais do que compensou o aumento dos gastos do estado e das administrações locais. Indicadores recentes sugerem que a recuperação da atividade económica deverá continuar, embora o crescimento poderá ser temporariamente moderado no primeiro trimestre de 2014, tendo em conta as sólidas taxas de crescimento observadas no segundo semestre de 2013.

A taxa de inflação média situou-se em 1.5% em 2013, após os 2.1% registados em 2012, com a inflação dos componentes energéticos, dos alimentos e cuidados médicos a cair significativamente.

O mercado de trabalho tem mostrado resiliência, com o ritmo de criação de emprego a acelerar nos últimos meses de 2013 e a taxa de desemprego a cair para os 7.0% em Dezembro de 2013, o nível mais baixo desde o quarto trimestre de 2008. No global do ano 2013, a taxa de desemprego nos EUA situou-se nos 7.4% apresentando uma melhoria significativa em relação aos 8.1% registados em 2012.

Na China, o crescimento económico desacelerou ligeiramente no quarto trimestre de 2013 (o efeito de um pequeno pacote de estímulo implementado durante o verão diminuiu) mas manteve-se forte em geral. O PIB cresceu 7.7% em termos homólogos no quarto trimestre, em linha com as expectativas do mercado e abaixo dos 7.8% registados no terceiro trimestre. No total do ano 2013, o PIB cresceu 7.7%, ligeiramente acima da meta do governo de 7.5%. O declínio no ritmo do quarto trimestre também se verificou na produção industrial e no investimento que registaram um crescimento menor. A inflação anual desceu em Dezembro para 2.5%, devido a uma menor contribuição dos preços dos alimentos. Excluindo os preços dos bens alimentares e os preços da energia manteve-se estável em 1.8%.

No Japão, os últimos indicadores sugerem uma recuperação gradual do crescimento no último trimestre de 2013. No quarto trimestre de 2013 foram registados aumentos no nível de confiança dos empresários das grandes, médias e pequenas empresas, com a produção industrial a aumentar 1.9% no quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre. A inflação continua a aumentar atingindo 1.6% em Dezembro numa base homóloga, acima dos 1.5% registados em Novembro e dos -0.7% registados em Janeiro 2013.

Para 2014 e 2015 é esperada uma melhoria no desempenho da economia mundial, assente sobretudo no reforço do crescimento das economias avançadas, nomeadamente um esperado crescimento relativamente forte dos EUA, mais moderado no Japão e uma recuperação da economia da União Europeia, permanecendo no entanto com evoluções muito distintas entre os estados membros.

## ÁREA EURO

FONTE: BANCO CENTRAL EUROPEU, EUROSTAT E BANCO DE PORTUGAL

De acordo com a estimativa preliminar do Eurostat, em termos médios anuais, a economia da área euro contraiu 0.4 % em 2013, o que compara com uma queda de 0.6% em 2012. No entanto, no quarto trimestre de 2013, o PIB na área euro registou um crescimento de 0.3% em cadeia, após um aumento de 0.1% no trimestre anterior. A procura interna e a variação das existências contribuíram positivamente para este crescimento, enquanto as exportações líquidas contribuíram negativamente pela primeira vez desde o início de 2010.

Relativamente ao consumo privado, em Dezembro de 2013, o índice de vendas a retalho caiu 1.0% comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, tendo a média do volume de vendas a retalho em 2013 diminuído 0.9% na área euro em termos homólogos. Por outro lado, no quarto trimestre o registo de automóveis de passageiros novos aumentou 5.1% em termos trimestrais, após um declínio de 0.1% no trimestre anterior.

Embora os mercados de trabalho na área euro permaneçam fracos, os últimos dados sobre a taxa de emprego e de desemprego mostram alguma estabilização. No entanto, fortes diferenças persistem entre os estados membros, bem como entre os diferentes grupos etários. Em Dezembro de 2013, a taxa de desemprego situou-se nos 12%, inalterada em relação aos dois meses anteriores e superior aos 11.9% registados em Dezembro de 2012. Esta estabilidade, que mascara uma quebra no número de desempregados, segue um declínio mensal de 0.1% em Outubro, que por sua vez assinalou a primeira descida na taxa de desemprego em mais de dois anos e meio. Entre os estados membros, as taxas de desemprego mais baixas foram as registadas na Áustria (4.9%), na Alemanha (5.1%) e no Luxemburgo (6.2%), enquanto as mais elevadas foram as registadas na Grécia (27.8% em Outubro de 2013) e em Espanha (25.8%). A taxa de desemprego entre os jovens foi de 23.8% em Dezembro de 2013, ligeiramente inferior aos 23.9% registados no mesmo mês do ano anterior.

A contribuição do comércio da área euro para o crescimento do PIB passou a negativo no terceiro trimestre de 2013. Numa base trimestral, as exportações cresceram apenas 0.3%, enquanto as importações aumentaram 1.2%. Os últimos dados sobre o comércio da área euro sugerem que o crescimento do comércio se manteve fraco no quarto trimestre, embora seja provável que o contributo do comércio líquido para o crescimento do PIB se torne positivo novamente, especialmente por conta das importações fracas.

Na parte final do ano 2013, assistiu-se a uma apreciação significativa do euro face às principais divisas internacionais, com efeito, o euro face ao dólar apreciou-se situando-se em 1.38 no final de Dezembro de 2013, acima dos 1.32 registados no final do ano 2012. Ao longo dos últimos três meses, o euro apreciou-se face ao dólar dos Estados Unidos 2.9% e 6.3% face ao iene japonês, no entanto depreciou-se face à libra esterlina 2.1%.

Em 2013, a taxa de inflação média da área euro diminuiu para 1.4%, muito abaixo dos 2.5% registados em 2012, situação para a qual contribuiu a descida significativa dos preços de energia. Por outro lado assistiu-se a um ligeiro aumento dos preços dos bens alimentares não transformados. Excluindo os preços de energia e dos produtos alimentares não transformados, a taxa de inflação média anual foi de 1.3%.

A incerteza associada às perspectivas económicas mundiais mantém-se ainda elevada e no caso da área euro deve-se sobretudo à continuação da crise das dívidas soberanas. Segundo as previsões do FMI, na área euro, após uma recessão que se prolongou até ao primeiro trimestre de 2013, o PIB retomou o crescimento nos restantes trimestres do ano e em 2014, a previsão é de uma recuperação gradual da economia, devendo o PIB aumentar em torno de 1%, em média anual, invertendo a contração registada nos dois anos precedentes. Para esta melhoria deverão contribuir o crescimento das exportações e a aceleração da procura interna.

## ECONOMIA PORTUGUESA

FONTE: BANCO DE PORTUGAL, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

### Introdução

De acordo com a última estimativa rápida do INE, no conjunto do ano 2013 o PIB diminuiu 1.4% em volume, registando uma variação de -3.2% em relação a 2012. No entanto, em termos homólogos, no quarto trimestre de 2013 o PIB registou um aumento de 1.6% em volume, após uma redução de 0.9% no trimestre anterior. Para esta evolução positiva contribuiu significativamente a recuperação da procura interna refletindo principalmente o comportamento do consumo privado, o que não se verificava desde o quarto trimestre de 2010. Devido à aceleração das exportações o contributo positivo da procura externa líquida também aumentou. As exportações e as importações registaram variações homólogas de 6.4% e 3.3% em Dezembro respetivamente. Os dados de hoje confirmam que após três trimestres consecutivos de crescimento trimestral a economia Portuguesa se encontra a caminho da recuperação.

Após atingir o mínimo da série em Dezembro de 2012, o indicador de clima económico recuperou continuamente entre Janeiro e Dezembro de 2013, tendo-se observado nos últimos seis meses do ano aumentos nos indicadores de confiança de todos os setores. Em termos homólogos, verificou-se uma diminuição menos significativa da atividade económica dos serviços e na construção e obras públicas e uma aceleração na indústria. No entanto, a evolução recente destes indicadores poderá estar influenciada pelo efeito de dois dias uteis adicionais no último trimestre de 2013 em comparação com o trimestre homólogo.

O índice bolsista português PSI Geral encerrou o ano de 2013 nos 2,698 pontos, mais 15.6% do que o registado no final de 2012. A taxa de rendibilidade das obrigações do Tesouro com maturidade residual de 10 anos situou-se, em Dezembro de 2013, nos 6.04%, 112 pontos base abaixo do nível observado no final do ano 2012.

O défice das administrações públicas relevante para o critério de desempenho estabelecido no Programa de Assistência Económica e Financeira ascendeu a 7.19 mil milhões de euros para o conjunto do ano 2013, valor inferior em 1.71 mil milhões à meta fixada de 8.90 mil milhões de euros.

De acordo com a Direção Geral do Orçamento, a receita fiscal do estado aumentou 13.1% em 2013, face ao período homólogo, situando-se 4 pontos percentuais acima da variação estimada no Orçamento de Estado para 2014. Este aumento deveu-se sobretudo ao aumento dos impostos diretos que cresceram 27.6%, dado que tanto a receita do IRS como a receita do IRC registaram uma evolução muito positiva. A tributação indireta também registou um aumento de 2.4%, beneficiando principalmente do crescimento do IVA em 3.5%.

A despesa corrente primária do estado, em 2013, aumentou 3.4%, uma evolução muito próxima da estimada no Relatório do Orçamento de Estado para 2014, influenciada em parte pelo aumento em 6.6% das remunerações certas e permanentes essencialmente resultantes do pagamento dos subsídios de férias e de Natal.

### **Consumo Privado**

Em Dezembro o indicador do consumo privado apresentou um crescimento homólogo significativo, embora tenha estabilizado em relação ao mês anterior refletindo o ligeiro abrandamento do consumo corrente, que se deveu ao contributo menos acentuado da componente não alimentar, e a aceleração do consumo de bens duradouro que registou em Dezembro um crescimento homólogo mais intenso, prolongando a trajetória crescente iniciada em Janeiro de 2012.

### **Comércio Externo**

No conjunto do ano 2013, em termos acumulados, as exportações de bens aumentaram 4.6% face a 2012 e as importações cresceram 0.8% o que determinou um desagravamento do défice da balança comercial de 1,63 milhões de euros relativamente a 2012 e um aumento da taxa de cobertura de 83.6%. Excluindo combustíveis, as exportações e as importações aumentaram 2.1% e 1.9%, respetivamente, em termos anuais. No quarto trimestre de 2013, as exportações cresceram 6.4% e as importações de bens 3.3% face ao período homólogo, destacando-se o acréscimo de 44.8% verificado nas exportações de combustíveis e lubrificantes devido aos produtos transformados.

### **Mercado de Trabalho**

De acordo com o INE, a taxa de desemprego média anual estimada de 2013 fixou-se em 16.3%, representando um aumento de 0.6% face a 2012. A população desempregada foi estimada em 875.9 mil pessoas, representando um aumento de 1.8% em relação ao ano anterior. O emprego total registou uma redução homóloga de 2.6% em 2013. A taxa de desemprego entre os jovens manteve-se inalterada em relação a 2012 nos 37.7%.

### **Inflação**

Em termos anuais, a taxa de inflação medida pelo IHPC registou uma variação média anual de 0.4% no ano 2013, muito inferior aos 2.8% registados em 2012 e inferior em 1.0 ponto percentual à taxa de variação da área do Euro. Para esta desaceleração contribuiu de forma significativa a redução da inflação subjacente, cuja taxa de variação média anual passou de 1.5% em 2012 para 0.2% em 2013 assim como a redução da taxa de variação dos produtos energéticos de 9.6% em 2012 para -0.7% em 2013. Em 2013 verificou-se também um crescimento médio anual mais elevado dos preços dos serviços em relação ao preço dos bens, sendo que a taxa de variação média dos preços dos serviços aumentou 0.7% enquanto a taxa de variação média dos preços dos bens foi nula.

### **Setor Automóvel**

No ano 2013, o mercado automóvel registou um crescimento de 11.7% em relação a 2012. Após quedas superiores a 30% nos dois anos anteriores, as vendas de veículos ligeiros de passageiros, incluindo veículos todo-o-terreno, aumentaram 11.1% em 2013 face a 2012, no entanto mantiveram-se em níveis particularmente baixos comparativamente com outros anos precedentes a 2012.

A produção automóvel em Portugal apresentou uma variação homóloga de menos 5.8% em termos acumulados face a 2012. Um resultado desfavorável que ficou 15.4% abaixo da média dos últimos dez anos e 3.1% abaixo da média dos últimos cinco anos.

#### QUADRO RESUMO DE VENDAS DE VIATURAS NOVAS (Fonte: ACAP)

TIPO DE VIATURA	Unidades		Variação 2013/2012		Unidades		Variação 2013/2005	
	2012	2013	Quantidade	%	2005	2013	Quantidade	%
Veículos ligeiros passageiros	95,309	105,898	10,589	11.11%	206,488	105,898	-100,590	-48.71%
Veículos comerciais ligeiros	16,011	18,224	2,213	13.82%	66,638	18,224	-48,414	-72.65%
Total de ligeiros	111,320	124,122	12,802	11.50%	273,126	124,122	-149,004	-54.56%
Outros veículos	2,115	2,562	447	21.13%	5,344	2,562	-2,782	-52.06%
<b>TOTAL</b>	<b>113,435</b>	<b>126,684</b>	<b>13,249</b>	<b>11.86%</b>	<b>278,470</b>	<b>126,684</b>	<b>-151,786</b>	<b>-54.51%</b>

#### Vendas a Retalho

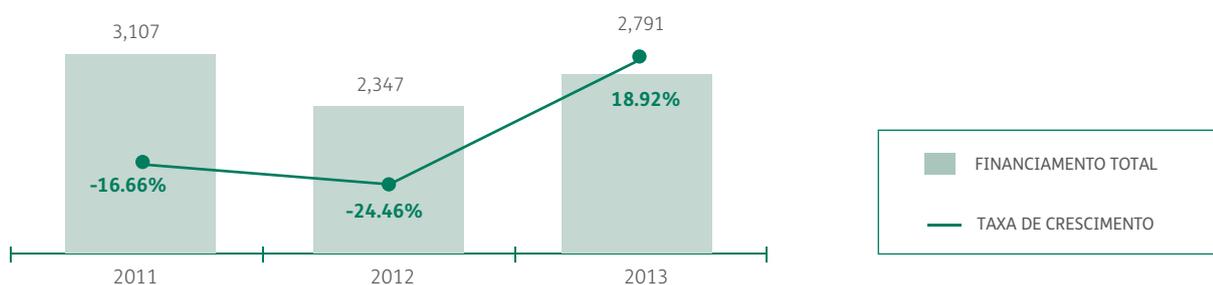
Para o conjunto do ano 2013, o índice de volume de negócios no comércio a retalho diminuiu 1.8%, inferior em 5.8 p.p. ao apurado no ano 2012, tendo-se verificado um maior decréscimo nas vendas de produtos não alimentares com uma variação homóloga de -5.0%.

#### CRÉDITO CONCEDIDO (EXCLUINDO DEALER FUNDING)

FONTE: ASFAC

O conjunto das instituições financeiras especializadas no mercado de crédito ao consumo (crédito direto e intermediado) alcançou um volume de crédito de 2,790 milhões de euros, representando um aumento de 18.9% em relação ao ano 2012.

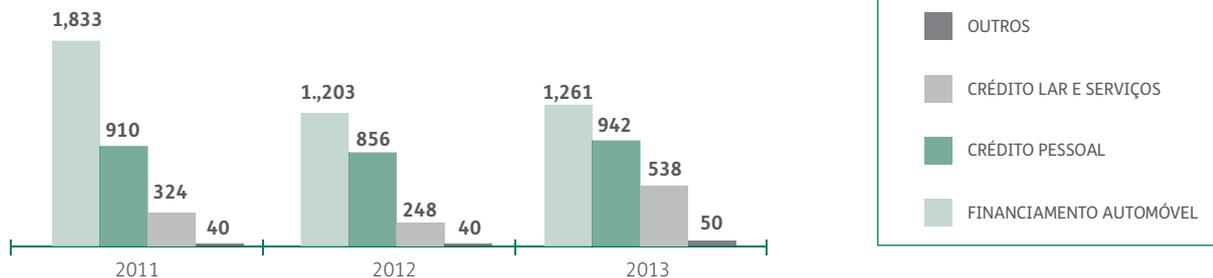
Crédito Concedido Por Entidades Financeiras Especializadas  
2011-2013 (excluindo Dealer Funding) (k€)



Em comparação com o ano anterior, no ano 2013 os níveis de produção apresentaram um incremento em todos os segmentos, com o negócio Auto a crescer 5% em relação ao ano 2012 e o negócio do Lar e do Crédito Pessoal a apresentarem crescimentos na ordem dos 10% e 116%, respetivamente.

O financiamento a fornecedores – *Dealer Funding* – também registou um aumento de 11% em relação ao ano anterior.

Crédito Concedido Por Tipo de Segmento 2011- 2013 (excluindo Dealer Funding) (k€)



No universo das entidades financeiras especializadas no mercado de crédito ao consumo, o financiamento Automóvel mantém-se como o segmento com maior peso, com um total de crédito concedido em 2013 de 45% e apresentando um decréscimo de 6 p.p. em relação ao registado no ano passado.

O crédito Lar e Serviços apresenta um total de crédito concedido de cerca de 34%, inferior em 3 p.p. ao registado no ano 2012 e o Crédito Pessoal um total de 19%, mais 9 p.p. que em 2012.

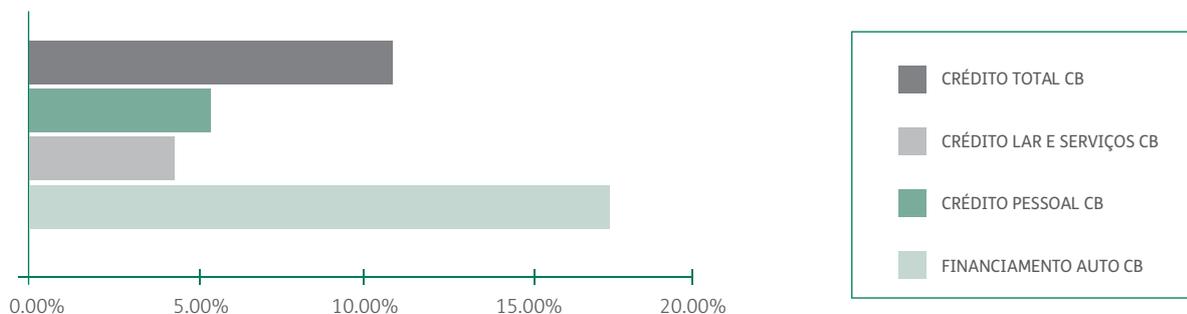
Representando 40% do total de financiamentos concedidos durante ano 2013, o produto de Crédito Clássico diminuiu 9 p.p. em relação ao ano 2012 por contrapartida do produto *Revolving* que cresceu 11%. O produto *Leasing/ALD* manteve-se ao mesmo nível do ano anterior.

Crédito Concedido Por Tipo de Produto 2011- 2013



## DISTRIBUIÇÃO DO MERCADO EM 2013

Quota de Mercado Banco Credibom nos Segmentos de Mercado Relevantes ano 2013 (excluindo Dealer Funding)



A quota de mercado do Banco Credibom, excluindo *Dealer Funding*, foi de 9.5% em 2013, inferior à quota de 11.3% alcançada no ano 2012. No entanto, o banco manteve a liderança no segmento de financiamento automóvel com uma quota de mercado acumulada a Dezembro de 16.5%

## ALTERAÇÕES RELEVANTES COM IMPACTO NA ATIVIDADE

- Adoção das regras SEPA para efeitos de gestão de débitos, decorrentes da aplicação do Decreto-Lei nº 141/2013;
- Revisão do dispositivo Basileia 2, com implementação em Fevereiro;
- Implementação da Lei nº 227/2012 de 25 de Outubro, que estabelece um conjunto de medidas que, promovem a prevenção do incumprimento, assim como, a regularização extrajudicial das situações de incumprimento dos contratos celebrados com clientes que se revelem incapazes de cumprir os compromissos financeiros assumidos perante as instituições de crédito. A implementação destas premissas implicou alterações profundas na estratégia de recuperação, nas primeiras fases de incumprimento com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013;
- Implementação da Lei nº 58/2013 de 8 de Maio, que estabelece as normas aplicáveis à classificação e contagem do prazo das operações de crédito, aos juros remuneratórios, à capitalização de juros e à mora do devedor, traduzindo-se numa alteração significativa na forma de aplicabilidade quer das comissões, despesas e juros moratórios, como na gestão dos processos de recuperação de crédito em incumprimento enquanto gestão eficiente dos custos inerentes à atividade;
- Implementação da Lei 41/2013 de 26 de Junho que é revestida de alterações profundas no âmbito da Acção Executiva e que culmina numa série de premissas com impactos nas atividades de recuperação pela via judicial, quer quanto à adaptação das estruturas internas às exigências ao nível da gestão, quer no controlo das interações entre Mandatários e Agentes de Execução;
- Passagem a produção do novo *Rating System* de suporte à decisão de crédito para os segmentos Automóvel, Lar e Crédito Pessoal composto por novos scorecards de crédito, novos filtros e alertas de risco;
- Continuação da harmonização da metodologia de provisões IFRS do Banco Credibom com as normas do grupo Credit Agricole, nomeadamente a inclusão de regras de cobertura mais conservadoras;
- Mudança da sede social do Banco Credibom para o Lagoas Park;
- Alteração do método de cálculo das taxas de Usura para o segundo semestre de 2013, com impacto direto no negócio, decorrentes da aplicação do DL 42-A/2013, Instrução do Banco de Portugal 15/2013.

## CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO E PRODUTOS

O Banco Credibom fornece a clientes particulares e empresas uma ampla gama de soluções de financiamento personalizado que se encontra focalizada em quatro segmentos principais: Financiamento Automóvel, Crédito Lar e Serviços, Crédito Pessoal e *Dealer Funding*. Os produtos disponibilizados aos clientes finais são o Crédito Clássico, o *Leasing*, o *ALD* (aluguer de longa duração) e o Crédito *Revolving*. Como forma de apoio à atividade comercial e à tesouraria dos nossos parceiros comerciais encontram-se também disponíveis os produtos de Adiantamento de Fundos por contratos futuros, o *Crédito Stock* e a Conta Corrente. São também disponibilizados seguros no âmbito da mediação.

### Financiamento Automóvel

Após um ano de 2012 que apresentou o pior resultado dos últimos 27 anos, verificou-se em 2013 um crescimento de 11.7%, com 126.684 veículos automóveis vendidos. O mercado de viaturas novas ligeiras de passageiros registou um aumento de 11.1%, com 105.898 unidades vendidas.

No mercado de financiamento automóvel, assistimos a um aumento de 4% face a 2012, suportado pelo segmento dos veículos automóveis novos, que cresceu 10%, ao invés do segmento de veículos automóveis usados que caiu 3%. O Banco Credibom realizou em 2013 uma produção de 206 milhões de euros (1.5% superior ao período homólogo), alcançando uma quota de mercado de 16.5%, ligeiramente inferior aos 16.8% registados no ano de 2012.

No final do ano de 2013, o Banco Credibom dispunha de uma rede comercial distribuída por Portugal Continental e Ilhas composta por 918 parcerias de negócio automóvel.

### **Crédito Lar e Serviços**

O ano 2013 foi de consolidação do negócio Lar no Banco Credibom, com o enfoque nas parcerias já existentes. O Banco atingiu um volume de produção de 33.5 milhões de euros dos quais 90% realizados em Crédito Clássico e 10% em Crédito *Revolving*.

O mercado de crédito ao consumo subiu ligeiramente face a 2012, suportado pelo segmento Crédito *Revolving* já que o segmento Crédito Clássico caiu 14% face a 2012. Apesar da queda neste segmento, o Banco Credibom conseguiu aumentar em 15% a produção de Crédito Clássico em 2013.

No final do ano de 2013, o Banco Credibom dispunha de uma rede comercial distribuída por Portugal Continental e Ilhas composta por 101 parcerias de negócio lar.

### **Crédito Pessoal**

Em 2013, o Banco Credibom assistiu ao relançamento da atividade de concessão de crédito a clientes, apesar de ter mantido uma política de risco restritiva, em consonância com a conjuntura económica vivida em Portugal.

Apesar do mercado de Crédito Pessoal ter apresentado uma evolução negativa, contraindo 11.9% face a 2012, com menos 29.4 milhões de euros (excluindo a Unicre), a produção gerada pelo crédito concedido a clientes diretos pelo Banco Credibom refletiu um acréscimo significativo de 217%, face a 2012, gerando um volume de negócios de 25.8 milhões de euros e permitindo assim, em termos acumulados, ao Banco manter o terceiro lugar no *ranking*, de acordo com dados disponibilizados pela ASFAC, com uma quota de mercado de 11.9%, excluindo a Unicre (e em quarto lugar com 4.8% de quota de mercado considerando a Unicre).

Embora o ambiente económico vivido em 2013 se tenha caracterizado pela inversão da tendência negativa de alguns indicadores, como a redução do desemprego e o aumento da confiança dos consumidores, é de salientar que, o risco do crédito direto no Banco Credibom se manteve controlado, situando-se bastante abaixo do orçamentado.

O ano 2013 pautou-se pelo reposicionamento do Banco, com o afastamento da marca Flexibom e a adoção apenas da marca Credibom como “*umbrella*” para todas as atividades de negócio, seguindo-se o *rebranding* da marca, com o enquadramento da nova imagem corporativa no Grupo Crédit Agricole, e a adequação da nova forma de comunicar e atitude do Banco, mais próximo do cliente, como conselheiro, com capacidade de o escutar, dialogar e apresentar a melhor solução em função das suas necessidades.

De forma a dar continuidade ao projeto do grupo de *Customer Satisfaction*, foram realizados novos inquéritos de satisfação a clientes, sendo os resultados de uma forma generalizada positivos, com ligeiras melhorias face a 2012, nomeadamente no que respeita ao índice de satisfação e recomendação por parte dos clientes.

Ainda no âmbito da relação com os clientes, e tendo por base a informação do índice de reclamações disponibilizada pelo Banco de Portugal<sup>1</sup>, o Banco Credibom posicionou-se em 5º lugar, no que respeita às instituições financeiras com menos reclamações por cada 100.000 contratos, com um valor de 0,18, traduzindo uma ligeira melhoria em relação a 2012 (0,19) e substancialmente melhor do que a média do setor financeiro (0,28), o que mais uma vez refletiu uma clara estratégia e foco no cliente.

## PRODUÇÃO

### Novas Propostas

O ano de 2013 caracterizou-se pela estabilização e melhoria dos processos em todo o circuito de análise de propostas, validação de informação e documentos, assim como na deteção de fraude, nas fases de pré e pós financiamento.

Procedeu-se à redefinição de novos indicadores referentes aos níveis de serviço estabelecidos, assim como a uma melhoria significativa na extração de informação estatística para efeitos de gestão.

No ano 2013 foram analisadas um total de 108,020, das quais 34,234 dizem respeito ao segmento Auto (32%), 31,908 no segmento Lar (29%) e 41,878 ao Circuito Curto (39%).

Durante o ano de 2013, algumas melhorias operacionais e desenvolvimentos tecnológicos foram introduzidos:

- Melhorias no sistema de decisão com introdução de novos filtros e regras de avaliação de risco;
- Criação de um novo ecrã de decisão, centralizando toda a informação necessária para a análise de crédito, com vista à otimização da qualidade de análise e do tempo de decisão;
- Atualização do Sistema de Gestão de Alertas de Fraude, com regras automáticas de geração de avisos, e gestão integrada de fraudes em propostas em fase de análise e validação, assim como em contratos já financiados;
- Otimização ao nível das garantias e controlo de custos de averbamento no que respeita ao *Crédito Stock*;
- Recolha e validação de dados adicionais no processo de análise, conferência e financiamento, quer financeiros, quer demográficos;
- Desenvolvimento de melhorias operativas no processo de averbamento automóvel, face à integral internalização das tarefas ligadas ao averbamento *on-line* de propriedade de veículos automóveis, permitindo elevar o nível do controlo e seguimento processual.

### Crédito Concedido

Em 2013, o volume de crédito concedido ascendeu a 285.0 milhões de euros, refletindo um crescimento de 1.0% face a 2012.

Representando 87.1% de volume da nova produção o crédito clássico é o principal produto comercializado na empresa, onde o negócio auto tem um peso de 76.3% e o lar de 10.8%.

A produção total do *Crédito Stock* permitiu a angariação de um volume de crédito de 17.3 milhões de euros, correspondendo a 6.2% do volume de produção em 2013.

O produto *Revolving* angariou 5.9 milhões de euros de crédito concedido, correspondendo a 2.1% do volume de produção em 2012.

O *Leasing* e *ALD* em 2013 contribuíram com 11.7 milhões de euros de crédito concedido, correspondendo a 4.1% do volume de produção em 2013.

<sup>[1]</sup> Atividades de Supervisão Comportamental – Síntese Intercalar emitido pelo Banco de Portugal

## Carteira de Crédito

Apesar de atualmente disponibilizar outros produtos financeiros, a carteira do Banco Credibom é maioritariamente suportada pelo produto de crédito clássico que representa 94.3% do volume total da carteira (1,022.8 milhões de euros desagregados em 795.9 milhões de euros de negócio auto e 226.9 milhões de euros lar). Os restantes 5.7% de capital em dívida refletem 61.8 milhões de euros desagregados em 12.8 milhões de euros de crédito *Revolving*, 13.5 milhões de euros de *Crédito Stock* e 35.5 milhões de euros de *Leasing* e *ALD*.

Os valores referentes ao acréscimo de proveitos dos juros e o custo de transação não estão incluídos nesta rubrica, ascendendo a um montante de 25.9 milhões de euros.

## TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

As Direções de Tecnologias de Informação do Banco Credibom mantiveram a sua estratégia de consolidação e melhoria dos processos de TI.

Esta estratégia já permitiu em 2013 um significativo melhoramento tanto a nível dos controlos 2.2C, que são reportados ao grupo *Crédit Agricole*, especificamente *CASA*, como também ao nível de recomendações de Auditoria.

De facto, em 2013, o Banco Credibom SA viu o seu dispositivo de reporte corporativo, *Credit Risk Report* (versão 2), endossado por o IGL, entidade que audita o grupo CA, sem recomendações ao nível das TI.

Em 2013 também se assistiu à mudança de instalações do Banco Credibom SA, que para as TI se traduziu nos projetos de mudança e implementação de um novo centro de informática dotado das últimas tecnologias de segurança e funcionamento. Foi ainda um ano em que a Direção de Desenvolvimento implementou os primeiros frutos da aposta em novas tecnologias e ferramentas de programação em ambientes de *Webservices* e HTTP, que resultaram na disponibilização de novas ferramentas tanto ao nível dos Parceiros do Banco Credibom como a nível do *Front-Office* interno.

### • Desenvolvimento aplicacional

No que diz respeito à Direção de Desenvolvimento, o ano de 2013 pautou-se pela implementação de processos suportados em SI para garantir a conformidade com os requisitos legais que o ano de 2013 trouxe, nomeadamente o DL 227/2012 e DL 58/2013, e também a melhoria nos canais de comunicação com os parceiros, melhorias a nível operacional nas áreas comerciais, análise e conferência, recuperação de crédito e apoio a clientes.

A nível dos processos internos da Direção, a contínua melhoria dos processos de “*IT Governance*”, teve como foco a convergência aplicacional e tecnológica dando continuidade à estratégia iniciada em 2012 de adoção de novas tecnologias e a adaptação do processo de desenvolvimento a diretivas de conformidade do grupo.

### • Continuidade de negócio

Adequação continuada na redundância dos sistemas de computação do Banco, da infraestrutura de rede e circuitos de comunicação e dos procedimentos das áreas de TI. Continuação da política de testes regulares dos meios de redundância com vista a assegurar a sua efetividade e a automatização dos procedimentos de transição entre os Centros de Processamento de Lisboa e Porto. Implementação de “*software*” e de processos regulares de análise de vulnerabilidades nas TI.

- **Infraestruturas**

O ano de 2013 marcou a mudança das instalações do Banco Credibom para o Lagoas Park. Este projeto permitiu a implementação de um novo centro de informática em Lisboa dotado das mais recentes tecnologias em segurança física e lógica.

Grande enfoco na contínua atualização das tecnologias TI do Banco, quer por uma questão de competitividade, quer por manutenção do nível de resistência a ataques informáticos.

- **Sistemas de informação de gestão**

O maior foco de desenvolvimento em 2013 centrou-se em duas vertentes. A complementação da informação de todos os sistemas de gestão de negócio no DW e a inclusão de informação que permite a análise de crédito de um cliente por forma a implementar um apoio ao sistema de decisão de aprovação de crédito e análise comportamental do cliente.

## ORGANIZAÇÃO DO BANCO CREDIBOM

O Banco Credibom durante o ano de 2013 não teve alterações á sua estrutura Organizacional.

## ANÁLISE FINANCEIRA

### ATIVO

No final de 2013 o ativo líquido do Banco Credibom atingiu 1,040.0 milhões de euros, inferior em 7.1% comparativamente a 2012. O volume de crédito concedido a clientes, não considerando juros periodificados e encargos diferidos, atingiu o valor de 1,170.6 milhões de euros.

### RENTABILIDADE

Embora o contexto económico se mantenha adverso, o resultado líquido voltou a crescer face ao valor registado no exercício anterior, registando um lucro de 19.6 milhões de euros.

A rentabilidade dos capitais próprios (ROE), excluindo dívidas subordinadas, foi de 13.1%, cerca de 2.15 p.p. superior em relação a 2012.

### RISCO

O Custo do Risco estabeleceu-se em 17.5 milhões de euros, versus 19.8 milhões de euros atingidos em 2012 (-11.5%).

O crédito vencido (superior a 90 dias) sobre o total da carteira registou uma diminuição de 0.1 p.p. em relação ao ano anterior, refletindo a contínua aplicação de instrumentos, políticas de controlo do risco e estratégias de recuperação de crédito mais eficazes.

A cobertura de provisões sobre o crédito vencido, que se cifrava em 2012 em 106.10% verificou um acréscimo em 2013 de cerca de 2.48 p.p., colocando aquela taxa em 108.58% a 31 de Dezembro de 2013.

## VARIÁVEIS DE GESTÃO E INDICADORES

Valores em milhares de euros	2012	2013	Variação
Ativo Líquido	1,119,761	1,040,021	-7.12%
Crédito sobre Clientes (a)	1,048,838	972,742	-7.26%
Crédito Vencido Superior a 90 dias	114,771	105,298	-8.25%
Capital e Reservas	137,433	150,449	9.47%
Resultado do Exercício	14,980	19,641	31.11%
Tx Crédito Vencido Superior a 90 dias	9.84%	9.74%	-0.10%
Tx Cobertura Provisões/Crédito Vencido	106.10%	108.58%	2.48%
ROE	10.90%	13.05%	2.15%
Cost-to-Income	38.97%	40.18%	1.21%
Rácio Solvabilidade	22.29%	19.08%	-3.21%

a) Crédito vincendo

## BALANÇO SOCIAL

### EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

O Banco Credibom fechou o ano de 2013 com 334 empregados, menos 2.62% que no ano anterior. O quadro de pessoal é composto por colaboradores com idades compreendidas entre 24 e 58 anos, sendo a média de idade de 38 anos. Relativamente à sua distribuição por escalões etários, 5.09% têm menos de 30 anos, 56.59% têm entre 30 e 39 anos, 32.62% têm entre 40 e 49 anos e 5.7% têm 50 anos ou mais anos de idade.

A distribuição por género apresenta-se bastante equilibrada e sem alterações significativas face ao ano anterior: 54.79% do sexo masculino e 45.21% do sexo feminino.

No final de 2013 a antiguidade média dos colaboradores no Banco Credibom é de 9 anos de serviço. A distribuição por intervalos de anos completos de serviço revela que 12.87 % têm até 4 anos de antiguidade, 48.51 % têm entre 5 e 9 anos, 29.34% têm entre 10 e 14 anos e 9.28% têm 15 ou mais anos de serviço.

### HABILITAÇÕES LITERÁRIAS E FORMAÇÃO

No que respeita às habilitações literárias, 46.11% de colaboradores completaram estudos ao nível do ensino superior, onde se incluem licenciatura e mestrado, 50.30% possuem um grau de ensino equivalente ao 12º ano e apenas 3.59% têm habilitações iguais ou inferiores ao 11º ano de escolaridade.

A formação profissional ministrada em 2013 abrangeu diversas áreas temáticas, com especial enfoque nas ações de formação direcionadas para o desenvolvimento pessoal e comunicação junto das equipas operacionais de apoio ao cliente, gestão de reclamações, venda direta, recuperação de ativos, análise de crédito e financiamento; entre elas, o autoconhecimento e gestão de emoções, a negociação, o relacionamento comercial com o cliente, as técnicas de venda e a recuperação de crédito por telefone, com a finalidade de proporcionar o desenvolvimento de competências e o reforço da motivação.

No âmbito da gestão financeira foram ministradas várias ações de formação às equipas comerciais com o objetivo de aprofundarem conhecimentos na área financeira e solidificarem uma cultura financeira responsável, indispensável no contexto atual na avaliação da situação e a solidez financeira dos clientes e no controlo do impacto económico e financeiro das decisões comerciais.

A nível da formação interna, no âmbito do projeto fraude, a empresa desenvolveu uma ação de formação, ministrada no formato de *e-learning* a todos os colaboradores, com o objetivo de, no final da ação, saberem identificar situações/comportamentos que potenciem fraude através da hipótese de ‘Cressey’ ou triângulo da fraude, identificar um incidente de fraude, distinguir entre fraude externa e fraude interna, reconhecer os três pilares do sistema de gestão de fraude em uso no Banco Credibom e identificar procedimentos a seguir caso se detete uma suspeita de Fraude.

À semelhança de anos anteriores, a aposta no Programa de Valorização Profissional, que constituiu uma parte importante do plano de desenvolvimento dos colaboradores chave do Banco, abrangeu alguns empregados, com o objetivo de proporcionar a aquisição de novos conhecimentos ao nível do ensino superior pós-licenciatura, através do financiamento de mestrados e pós-graduações, cujos conteúdos estão diretamente relacionados com as funções exercidas no Banco.

## FUNDO DE PENSÕES

A determinação do montante das responsabilidades por serviços passados de colaboradores do Banco é efetuada em conformidade com o estabelecido na IAS 19.

Os ativos relacionados com o Fundo de Pensões encontram-se no Fundo de Pensões aberto Multireforma, sendo gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundo Pensões, SA.

Em 31 de Dezembro de 2013, os Pensionistas, Colaboradores no Ativo e ex-colaboradores com direitos adquiridos, beneficiários de planos de pensões financiados pelos fundos de pensões, são no seguinte número:

	31-Dez-13
Pensionistas por reforma	21
Colaboradores no ativo	333
Ex-colaboradores com direitos adquiridos	79

Em 31 de Dezembro de 2013, a situação patrimonial do fundo de pensões é a seguinte:

## SITUAÇÃO PATRIMONIAL DO FUNDO DE PENSÕES

Valores em milhares de euros	31-Dez-13
Situação inicial	43,227
Rendimento do fundo de pensões	1,954
Pensões pagas	(176)
Desvio atuarial	114
Contribuições da Sociedade e dos empregados	250
	<b>45,369</b>

O detalhe da situação patrimonial do Fundo de Pensões e das responsabilidades com pensões encontra-se descrito na Nota 24 do anexo às Demonstrações Financeiras.

## GESTÃO DE RISCO

A gestão de risco no Banco Credibom é uma das principais áreas orientadoras na definição do planeamento estratégico e operacional.

O Conselho de Administração tem assegurado que a área do risco dispõe de uma estrutura adequada e consistente com a dimensão do banco, complexidade das operações e tipologia dos seus clientes, à qual tem dedicado investimentos substanciais, de forma a manter o total rigor na elaboração, revisão e controlo de políticas e critérios de análise de assunção de novos riscos, na gestão da carteira sob gestão e na prevenção de riscos operacionais relacionados com a atividade em que desenvolve o seu negócio.

A gestão do risco de crédito continua a ser efetuada em quatro vertentes principais, relacionadas com i) introdução de níveis adequados de risco e rentabilidade na nova carteira de crédito, ii) manutenção, desenvolvimento e controlo das parcerias comerciais ii) recuperação de dívidas e iii) prevenção de risco operacional relacionado com a atividade creditícia.

### RISCO DE CRÉDITO RETALHO

A função de gestão e controlo do risco de crédito de retalho desenvolve-se de acordo com as seguintes linhas orientadoras:

- Desenvolvimento e implementação de modelos de suporte à decisão de crédito com o objetivo de proporcionar a coerência da decisão face aos riscos mensuráveis e expetáveis, manter a velocidade de resposta de acordo com as melhores práticas do setor e fornecer os elementos necessários à avaliação da rentabilidade expetável das propostas de crédito;
- Monitorização, controlo e reporte do risco de crédito, assegurando o cumprimento dos objetivos definidos e permitindo um gestão pró-ativa de eventuais desvios;
- Implementação e gestão dos requisitos regulamentares para efeitos de adequação de capitais próprios; e
- Análise das práticas ou identificação de segmentos da população ou carteira suscetíveis de gerar risco de crédito, e sugestão e implementação de medidas de controlo com vista à sua eliminação ou mitigação.

A gestão de risco no Banco Credibom incide ao nível da decisão de crédito e ao nível da gestão das carteiras existentes sobre cobrança ou sobre processos de recuperação amigável ou judicial.

Na decisão de crédito a intervenção é realizada ao nível do processo de análise e decisão de crédito quer a clientes finais quer relativa a instrumentos financeiros de estímulo e apoio da relação institucional com os parceiros comerciais angariadores das operações de crédito, sendo desenvolvidos e aplicados modelos estatísticos, regras de negócio e esquemas de delegação de competências, assentes principalmente na informação e experiência passada dos clientes no segmento de crédito ao consumo, no conhecimento do negócio e nas melhores práticas do setor.

Ao nível da gestão e avaliação de risco do portfólio, cobertura de imparidades e apuramento de requisitos de capital, são desenvolvidos modelos estatísticos e análises específicas baseadas numa ótica de vigilância individual das exposições -*Watch lists* - de acordo com as normas em vigor no grupo Crédit Agricole e observadas as instruções e melhores práticas emitidas pela entidade supervisora da atividade bancária em Portugal, o Banco de Portugal.

O desenvolvimento, implementação e controlo de todos os modelos em utilização é efetuado em aplicativos informáticos desenvolvidas internamente para o efeito ou adquiridos a entidades externas amplamente reconhecidas no setor, e são seguidas normas de grupo quanto às fases de desenvolvimento, teste, passagem a

produção e controlo por métodos de *backtesting*, de acordo com as normas internas do grupo Crédit Agricole.

A monitorização regular do risco de crédito é reportada em várias sedes, internas e ao grupo Crédit Agricole e com diversos níveis de detalhe, sendo produzidos indicadores específicos de avaliação da qualidade das decisões de crédito e qualidade das carteiras sob gestão. As análises são divulgadas nos relatórios de risco mensais produzidos pelas diferentes áreas de Risco e analisadas nos Comitês de risco, com a presença de elementos da Comissão Executiva e do acionista, de acordo com a *Governance* em vigor.

Apesar das alterações legislativas que prevaleceram no ano de 2013, as áreas de atuação da Direção de Recuperação de Ativos mantiveram-se inalteradas, centrando a sua atividade na fase de Recuperação Amigável (entre a 1ª prestação em atraso até à fase de Pré Contencioso), salientando-se o aumento de atividade gerida internamente em detrimento das atividades em *Outsourcing* e Recuperação Judicial (Processo Injuntivo e Executivo), onde se destaca o crescimento da atividade da Área de Contencioso Interno, registado um forte investimento na sua estrutura interna ao longo do ano de 2013.

Em 2013 assistiram-se a algumas atividades e factos marcantes na Direção de Recuperação de Ativos:

- Desenvolvimentos informáticos e consequentes alterações dos processos de gestão de incumprimento na fase de recuperação telefónica, com o objetivo de implementação das condições impostas pelo DL 227/2012 (PARI/PERSI);
- Alteração do processo de aplicação das comissões por incumprimento, de acordo com o DL 58/2013, com as necessárias alterações e ajustamentos às soluções informáticas de gestão de dívida, enquanto modelo de aplicação dos juros de mora, comissões e despesas, bem como reajustamento dos procedimentos de cobrança de dívida e estruturas de suporte (Ordens de Serviço e Processos);
- Reorganização Interna da Direção de Recuperação de Ativos, permitindo uma melhor alocação dos recursos em fases estratégicas de recuperação, reduzindo significativamente os custos de estrutura, com identificação de sinergias;
- Ajustamento das condições de gestão na fase de recuperação telefónica com vista à normalização do processo de cobrança de prestações (alteração relevante dos ciclos de cobrança), decorrente da implementação do procedimento de cobranças bancárias – SEPA.

## RISCO DE CRÉDITO CORPORATE

O procedimento definido para a gestão de riscos corporate é idêntico ao que se encontra determinado para o risco de retalho, assentando na fiscalização particular da exposição corporate do Banco Credibom. Uma entidade corporate entende-se por qualquer exposição que tenha sido concedida ao Aderente/Ponto de Venda e/ou outra entidade que pertença ao mesmo grupo de Contrapartes, qualquer que seja a sua titularidade. Também estão incluídas na definição corporate todas as exposições superiores a 500 mil euros por entidade de cliente final (Retalho ou SME), mesmo que este não seja parceiro comercial do Credibom. Este processo é submetido a diversos parâmetros, nomeadamente:

- Atestar o controlo do risco inerente a cada parceiro Credibom (Auto e Lar), em obediência aos princípios de excelência e compliance;
- Supervisionar eficientemente os riscos do parceiro e adotar processos, no sentido da diminuição de tal risco, utilizando um *rating* de risco do grupo;
- Estabelecer normativos e procedimentos de gestão de crédito corporate, em conformidade com as políticas gerais do Banco Credibom; e

- Supervisão do portfólio Corporate, mediante o recurso a elementos indicativos próprios, expostos e debatidos nos Comitês de Risco Corporate, seguindo-se as devidas decisões, baseadas no contexto afigurado.

## RISCO OPERACIONAL

O Banco Credibom tem implementado processos específicos com o objetivo de assegurar o cumprimento dos requisitos do Acordo de Capital Basileia II, sendo o desenvolvimento destas atividades coordenado pela área de Risco Operacional da Direção de Risco e Controlo Permanente.

A gestão do risco operacional é suportada por uma estrutura de processos, baseando-se numa metodologia definida pelo acionista, suportada numa cartografia dos riscos e num processo de coleta de incidentes (que se encontra em curso desde Janeiro de 2005) em ferramenta específica do Acionista. O modelo de risco operacional é ainda suportado por uma organização de correspondentes em cada unidade orgânica do Banco que funciona em estreita colaboração com a Direção de Risco e Controlo Permanente com o objetivo de deteção e mitigação dos riscos operacionais.

A quantificação das necessidades de capital interno para cobertura deste tipo de risco é efetuada com base no método do indicador básico.

## PERSPECTIVAS PARA 2014

O ano 2013 foi marcado por uma clara melhoria da economia Portuguesa com um crescimento do PIB positivo nos últimos três meses de 2013 e uma tendência descendente da taxa de desemprego (-2 por cento em termos homólogos). Alguns esforços significativos foram solicitados pela Troika ao governo Português e Portugal tem vindo a mostrar a sua capacidade de superação.

Resultados sólidos e estáveis em 2013 são o fruto de um programa ambicioso iniciado em 2010. A estratégia desenvolvida durante estes últimos quatro anos foi claramente orientada em três direções principais: a rentabilidade de cada uma das diferentes linhas de negócio, a melhoria da eficiência através da redução de custos e da simplificação de processos e, finalmente, a melhoria da qualidade do crédito. Em 2014, um Banco Credibom mais robusto, mais eficiente e mais rentável vai entrar numa nova era com a forte ambição de atingir as novas metas propostas pelo grupo Crédit Agricole.

Para 2014, o Banco Credibom tem como principal ambição a diversificação da sua fonte de financiamento e o aumento da sua taxa de autofinanciamento; alguns projetos já se encontram a ser traçados por forma a atingir este objetivo. O Banco Credibom tem ainda como ambição reavivar o seu crescimento orgânico que nos dois últimos anos foi marcado por um decréscimo significativo na sua carteira de crédito a clientes, e cuja tendência terá que ser invertida. Já se encontram definidas e alinhadas com a estratégia do grupo Crédit Agricole três alavancas: um programa de digitação (2014-2016), que irá permitir que os nossos clientes nos contactem a partir de diferentes dispositivos; inovar a fim de oferecer aos nossos clientes a melhor e mais útil solução de financiamento e finalmente implementar um programa forte para satisfação do cliente a fim de o melhor compreender e poder responder com maior rapidez de forma apropriada às necessidades do cliente. Como última ambição o Banco pretende prosseguir e acelerar a sua eficiência através do programa MUST (redução de 500 milhões de euros de custos entre 2011 e 2014 a nível do grupo Crédit Agricole) iniciado há alguns anos pelo Crédit Agricole SA, melhorando assim o seu rácio de eficiência.

As fundações do Banco Credibom são sólidas e o Banco mantém-se dedicado a apresentar bons resultados ao entrar numa nova era de inovação, satisfação e eficiência.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da sua competência estatutária e em conformidade com a vontade do Acionista, o Conselho de Administração tem a honra de apresentar à Assembleia Geral, a seguinte proposta de aplicação do resultado do exercício, positivo em 19,640,799.00 euros.

Valores em milhares de euros	31-Dez-13
Para reserva legal	1,964,079.90
Para resultados transitados	0
Para distribuição aos acionistas	17,676,719.10
Total	19,640,799.00

Ao montante a distribuir como dividendos acima referido, propomos que sejam adicionados 2,323,280.90 euros incluídos na rubrica “Outras Reservas e Resultados Transitados” na conta “Resultados Transitados”, totalizando assim o montante de 20,000,000.00 euros para distribuição ao único acionista.

## OUTRAS INFORMAÇÕES

Não se registaram situações cuja natureza se possa enquadrar nas alíneas d), e) e g) do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

## NOTA FINAL

Ao concluir o Relatório de Gestão, o Conselho de Administração quer, uma vez mais, manifestar o seu agradecimento às autoridades monetárias e financeiras, pela atitude de diálogo e rigor com que acompanharam a atividade do Banco Credibom.

Um agradecimento, ainda, ao acionista pela franca cooperação prestada e aos nossos clientes pela preferência e fidelidade depositados no Banco, situação que nos honra e que procuraremos não defraudar no futuro.

Gostaríamos de salientar a contribuição, dedicação e o empenho demonstrado por todos os colaboradores, sem os quais o Banco não teria mantido a sua posição de relevância no mercado português.

Lisboa, 12 de Março de 2014

O Conselho de Administração



03

Demonstrações  
Financeiras

## Balço em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

			31/Dez/13		31/Dez/12 Reexpresso	1/Jan/12 Reexpresso
	Notas	Ativo Bruto	Imparidade e Amortizações	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Ativo Líquido
<b>Ativo</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	29	1,700	-	1,700	1,700	1,700
Disponibilidades em outras instituições de crédito	29	4,946,875	-	4,946,875	3,940,044	35,219,496
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	12	760	-	760	760	760
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito		-	-	-	-	-
Crédito a clientes	13, 14	1,104,255,018	100,482,564	1,003,772,454	1,085,353,842	1,228,394,019
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-	-
Ativos com acordo de recompra		-	-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-	-
Ativos não concorrentes detidos para venda		-	-	-	-	-
Propriedades de investimento	15	2,935,258	643,815	2,291,443	-	-
Outros ativos tangíveis	16	8,627,390	5,653,619	2,973,771	3,861,710	3,637,880
Diferença consolidação positiva (Goodwill)	17	52,205,335	52,205,335	-	-	2,567,661
Ativos intangíveis	17	5,742,381	3,318,548	2,423,833	3,274,111	5,502,216
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-	-	-	-
Ativos por impostos correntes	11, 18	-	-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos	11, 18	5,601,933	-	5,601,933	5,964,714	6,427,010
Outros ativos	19	19,290,633	1,282,500	18,008,133	23,399,907	25,587,924
<b>Total de Ativo</b>		<b>1,203,607,283</b>	<b>163,586,381</b>	<b>1,040,020,902</b>	<b>1,125,796,788</b>	<b>1,307,338,665</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de bancos centrais				-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação				-	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados				-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	20			813,778,101	904,337,664	1,090,908,645
Recursos de clientes e outros empréstimos				-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos				-	-	-
Passivos financeiros associados e ativos transferidos				-	-	-
Derivados de cobertura				-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda				-	-	-
Provisões	14			20,892,621	24,060,687	28,674,561
Passivos por impostos correntes	11, 18			1,185,393	1,070,351	5,331,924
Passivos por impostos diferidos	11, 18			-	-	-
Instrumentos representativos de capital				-	-	-
Outros passivos subordinados	21			27,165,995	27,163,993	27,201,487
Outros passivos	19			26,549,563	25,695,542	24,456,335
<b>Total de Passivo</b>				<b>889,571,673</b>	<b>982,328,237</b>	<b>1,176,572,953</b>
<b>Capital Próprio</b>						
Capital	25			124,000,000	124,000,000	124,000,000
Prémios de emissão				-	-	-
Outros instrumentos de capital				-	-	-
Ações próprias				-	-	-
Reservas de reavaliação				-	-	-
Outras reservas e resultados transitados	26			6,808,430	4,828,021	6,765,714
Resultado do exercício				19,640,799	14,640,531	-
Dividendos antecipados				-	-	-
<b>Total do Capital Próprio</b>				<b>150,449,229</b>	<b>143,468,552</b>	<b>130,765,714</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>				<b>1,040,020,902<sup>1</sup></b>	<b>1,125,796,788</b>	<b>1,307,338,665</b>

(Valores expressos em Euros)

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



## Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Notas	31/Dez/13	31/Dez/12 Reexpresso
Juros e rendimentos similares	6	106,455,651	117,620,535
Juros e encargos similares	6	(37,438,742)	(47,620,086)
<b>Margem financeira</b>		<b>69,016,909</b>	<b>70,000,449</b>
Rendimentos de instrumentos de capital		27	11
Rendimentos de serviços e comissões	7	10,337,703	13,368,402
Encargos com serviços e comissões	7	(914,636)	(1,530,794)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		-	-
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de reavaliação cambial		-	-
Resultados de alienação de outros ativos		-	-
Outros resultados de exploração	8	4,536,876	13,790,951
<b>Produto bancário</b>		<b>82,976,879</b>	<b>95,629,019</b>
Custos com pessoal	9, 24	(14,925,512)	(16,187,408)
Gastos gerais administrativos	10	(15,883,250)	(17,953,928)
Amortizações do exercício	15, 16, 17	(2,532,722)	(3,468,771)
Provisões liquidadas de reposições e anulações	14	3,157,642	4,470,985
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	14	(23,635,132)	(36,979,823)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações		-	-
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações		(484,141)	(2,684,660)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>28,673,764</b>	<b>22,825,414</b>
Correntes	11	(8,670,184)	(7,722,587)
Diferidos	11	(362,781)	(462,296)
<b>Resultado Líquido do exercício</b>		<b>19,640,799</b>	<b>14,640,531</b>

(Valores expressos em Euros)

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



## Demonstração de Alterações no Capital Próprio

	Capital Social	Outras Reservas	Resultados Transitado	Resultado Líquido	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>124,000,000</b>	<b>10,084,414</b>	<b>(6,785,889)</b>	<b>(3,835,018)</b>	<b>123,463,507</b>
Transferência para resultados transitados	-	-	(3,835,018)	3,835,018	-
Alterações de política contabilística - Fundo de Pensões - IAS 19 Revisto	-	-	7,302,207	-	7,302,207
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2012 reexpresso</b>	<b>124,000,000</b>	<b>10,084,414</b>	<b>(3,318,700)</b>	<b>-</b>	<b>130,767,714</b>
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-
Transferência para reserva legal	-	(10,279,000)	10,279,000	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-
<b>Rendimento Integral</b>					
Resultado líquido do exercício 2012 (Reexpresso)	-	-	-	14,640,531	14,640,531
<b>Outro Rendimento Integral</b>					
Amortização de diferença em responsabilidade com pensões (Transição IFRS)	-	-	(1,023,975)	-	(1,023,975)
Alterações de política contabilística - Fundo de Pensões - IAS 19 Revisto	-	-	(926 840)	-	(926 840)
Outros ajustamentos	-	-	13,122	-	13,122
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012 reexpresso</b>	<b>124,000,000</b>	<b>(194,586)</b>	<b>5,022,607</b>	<b>14,640,531</b>	<b>143,468,552</b>
Transferência para resultados transitados	-	194,596	4,287,154	(4,481,740)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	(8,660,766)	(8,660,766)
Transferência para reserva legal	-	1,498,025	-	(1,498,025)	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Rendimento integral	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício 2013	-	-	-	19,640,799	19,640,799
<b>Outro Rendimento Integral</b>					
Amortização de diferença em responsabilidade com pensões (Transições IFRS)	-	-	(1,023,975)	-	(1,023,975)
Remensurações Fundo Pensões	-	-	(2,985,770)	-	(2,985,770)
Outros Ajustamentos	-	-	10,389	-	10,389
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>124,000,000</b>	<b>1,498,025</b>	<b>5,310,405</b>	<b>19,640,799</b>	<b>150,449,229</b>

(Valores expressos em Euros)

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



## Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Notas	2013	2012
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Juros e proveitos recebidos		106,455,651	117,536,261
Juros e custos pagos		(27,802,907)	(36,503,215)
Serviços e comissões recebidas		10,337,703	13,048,722
Serviços e comissões pagas		(10,550,471)	(11,897,734)
Recuperação de créditos previamente abatidos		4,769,781	14,948,704
Pagamento de caixa a empregados e a fornecedores		(30,003,884)	(32,863,953)
Outros fluxos operacionais		(2,058,828)	(1,858,566)
		<b>51,147,045</b>	<b>62,410,218</b>
<i>Varição nos ativos operacionais:</i>			
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
Crédito a clientes		57,781,019	105,446,349
Outros ativos operacionais		1,299,028	8,784,473
<i>Varição nos passivos operacionais:</i>			
Recursos de instituições de crédito		(88,234,361)	(187,358,407)
Outros passivos operacionais		(10,529,126)	(13,571,417)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>		<b>(39,683,440)</b>	<b>(86,699,001)</b>
Impostos sobre os lucros pagos		(7,092,975)	(4,261,574)
		<b>4,370,630</b>	<b>(28,550,357)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Compra de imobilizações		(2,795,977)	(2,729,095)
Venda de imobilizações		0	-
		<b>(2,795,977)</b>	<b>(2,729,095)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital		-	-
Dividendos de ações ordinárias pagas		-	-
Fluxos de caixa líquidos de atividades de financiamento		-	-
Efeitos de alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		-	-
<b>Varição líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<b>1,574,653</b>	<b>(31,279,452)</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do período</b>	29	3,941,744	35,221,196
<b>Caixa e equivalentes no fim do período</b>	29	4,948,575	3,941,744
		<b>1,006,831</b>	<b>(31,279,452)</b>

(Valores expressos em €uros)

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



## Demonstração de Rendimento Integral dos exercícios em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Notas	2013	2012 Reexpresso
Resultado líquido do exercício		19,640,799	14,640,531
<b>Outro rendimento integral</b>			
<b>Itens que não serão reclassificados pela demonstração de resultados</b>		<b>(3,999,356)</b>	<b>(1,937,693)</b>
Amortização de diferença em responsabilidade com pensões (transição IFRS)	24	(1,023,975)	(1,023,975)
Alterações de política contabilística -Fundo de Pensões - IAS 19 Revisto		-	(926,840)
Remensurações Fundo de Pensões		(2,985,770)	-
Outros ajustamentos		10,389	13,122
<b>Itens que poderão vir a ser reclassificados pela demonstração de resultados</b>			
<b>Rendimento integral do exercício</b>		<b>15,641,443</b>	<b>12,702,837</b>

(Valores expressos em €uros)

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração





04

Anexo às Demonstrações  
Financeiras

# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2013

(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

## INTRODUÇÃO

O Banco Credibom, SA (adiante designado por Credibom ou Banco), foi constituído em 3 de Novembro de 1995 como CREDIBOM - Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, SA, a qual foi transformada em Instituição Financeira de Crédito no início de 2004.

Em Setembro de 2007 foi obtida a autorização necessária do Banco de Portugal para a transformação da Credibom - Instituição Financeira de Crédito, SA em Banco Credibom, S.A. Em 17 de Outubro desse ano foi efetuado o registo da escritura de transformação na Conservatória do Registo Comercial, pelo que a partir dessa data a instituição financeira começou a laborar como Banco. O Banco tem como principal objeto as atividades permitidas por lei aos bancos.

Desde a data da sua constituição, o Banco vem operando a partir da sua sede social, inicialmente em Lisboa e, entre 1998 e 2013 em Algés, e desde 2013, no Lagoas Park, Edifício 14 – Piso 2 - 2740-262 Porto Salvo. O início efetivo da atividade creditícia ocorreu em Janeiro de 1996.

Por escritura de 13 de Janeiro de 2006, o Banco procedeu à fusão por incorporação da Crédilar – Instituição Financeira de Crédito, SA (Credilar), a qual teve efeitos a partir de 1 de Julho de 2005 data em que o Credibom assumiu o controlo desta Sociedade.

O Banco integra o Grupo Crédit Agricole, SA, e tem como único acionista a Crédit Agricole Consumer Finance (CACF) e, conseqüentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões do Grupo.

## NOTA 1 BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE

As demonstrações financeiras do Banco relativamente a 31 de Dezembro de 2013 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental, mantidos de acordo com as disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, tendo sido aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 12 de Março de 2014.

No exercício de 2006, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005 de 21 de Fevereiro, as demonstrações financeiras do Banco passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tais como:

- a carteira de crédito e garantias está sujeita à constituição de provisões para riscos específicos e riscos gerais de crédito, nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro e a valorimetria desta componente deverá ser efetuada de acordo com o disposto no Aviso n.º 1/2005;
- o impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma, resultante da aplicação do IAS 19 com referência a 31 de Dezembro de 2005 poderá ser reconhecido em resultados transitados, através de um plano de prestações uniformes por um prazo de 5 anos, com exceção da parte relativa a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego e alteração dos pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para as quais o prazo se estende até aos 7 anos, conforme definido nos Avisos do Banco de Portugal n.º 4/2005 e n.º 12/2005, de 21 de Fevereiro e 22 de Dezembro, respetivamente.

Adicionalmente, o Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2008, de 14 de Outubro, veio permitir que o reconhecimento, em resultados transitados, do impacto que a 30 de Junho de 2008 ainda se encontra por reconhecer, ao abrigo do plano de amortização acima, pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à duração ali prevista; e

- os ativos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verificarem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais valias daí resultantes serão incorporadas em sub-rubrica apropriada da conta “Reservas legais de reavaliação”.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras individuais do Credibom foram preparadas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) estabelecido pelo Banco de Portugal através da Instrução n.º 4/96, de 17 de Junho. O Credibom apresentou em 2006, pela primeira vez, as demonstrações financeiras de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração definidos nas Normas de Contabilidade Ajustadas.

Em 2013 foram alteradas normas contabilísticas e interpretações, as quais se encontram descritas na Nota 31.

## REEXPRESSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Tendo em consideração a aplicação da IAS 19R (IAS 19 Revista), com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013, que elimina a possibilidade de utilizar a metodologia do Corredor para registar os ganhos e perdas atuariais (agora denominadas remensurações), o Banco reexpressou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2012 de forma a incorporar as alterações preconizadas e reconheceu o saldo de remensurações a 31/12/2012 (€6,035 milhares) e as remensurações do ano 2013 (€2,986 milhares) em Outro Rendimento Integral.

Em seguida apresentam-se os impactos, sumarizados:

	Demonstrações antes ajustamento		Ajustamentos		Demonstrações após ajustamento	
	31.12.12	01.01.12	31.12.12	01.01.12	31.12.12	01.01.12
Total Ativo	1,119,761	1,300,036	6,036	7,302	1,125,797	1,307,339
Outros Ativos	17,364	18,286	6,036	7,302	23,400	25,588
Total Passivo	982,328	1,176,573	-	-	982,328	1,176,573
Total Capital Próprio	137,433	123,464	6,036	7,302	143,469	130,766
Resultados Transitados	(1,547)	3,299	6,375	7,302	4,828	10,601
Resultado Exercício	14,980	(3,835)	(340)	-	14,641	(3,835)

## NOTA 2 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

### 2.1 ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo Banco na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

O Credibom classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: ativos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, empréstimos e contas a receber e ativos financeiros disponíveis para venda. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação, o justo valor é o montante pelo qual um ativo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efetuar a transação. Na data de transação ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efetuada a transação.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de ativos financeiros é determinado com base em:

- preços de um mercado ativo; e
- tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efetuado ao custo de aquisição.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, excepto nos casos de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou quando o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

#### 2.1.1 ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta categoria inclui os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros designados na opção de justo valor. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objetivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela Administração, respetivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os ativos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

- eliminem ou reduzam significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento;
- um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente aos colaboradores chave da gestão da entidade nessa base; ou
- se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo o IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria como ativos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

A avaliação destes ativos é efetuada diariamente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidos em resultados.

## 2.1.2 CRÉDITO E OUTROS VALORES A RECEBER

O crédito e outros valores a receber compreende todos os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo créditos tomados (*factoring*) e operações de locação financeira mobiliária e imobiliária, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade do Banco e exclui as operações com instituições de crédito.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal e não pode ser reclassificado para as restantes categorias de ativos financeiros.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método de taxa efetiva, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

O Banco Credibom procede ao *write-off* operacional de contratos de crédito clássico quando os mesmos se encontram em contencioso há pelo menos 36 meses e desde que não tenham havido recebimentos nos últimos 30 meses.

O Banco Credibom classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros corridos que continuem a ser devidos após 5 dias do seu vencimento. Nos créditos em contencioso todas as prestações de capital são consideradas vencidas (vincendas ou vencidas).

O Banco Credibom procede à anulação dos juros vencidos que ao final de 90 dias ainda não tenham sido dados como cobrados. Estes juros voltam a ser reconhecidos como proveitos quando efetivamente cobrados.

O Banco Credibom procede ao abate de créditos ao ativo (*write-offs*) de operações que considere irre recuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total da operação.

As garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados nas contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

### 2.1.3 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS (ATIVOS FINANCEIROS)

O quadro de classes de instrumentos financeiros (ativos financeiros) a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é como se segue:

31 de Dezembro de 2013

	Empréstimos e contas a receber	Ativos pelo justo valor por via de resultados	Derivados de cobertura	Disponíveis para venda	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	-	-	-	2
Disponibilidades em outras inst. de crédito	4,947	-	-	-	4,947
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1	-	-	1
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	1,104,255	-	-	-	1,104,255
Outros ativos	16,802	-	-	-	16,802
<b>Total</b>	<b>1,126,006</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,126,007</b>

31 de Dezembro de 2012

	Empréstimos e contas a receber	Ativos pelo justo valor por via de resultados	Derivados de cobertura	Disponíveis para venda	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	-	-	-	2
Disponibilidades em outras inst. de crédito	3,940	-	-	-	3,940
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1	-	-	1
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	1,190,454	-	-	-	1,190,454
Outros ativos	14,845	-	-	-	14,845
<b>Total</b>	<b>1,209,240</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,209,241</b>

## 2.2 PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Os outros passivos financeiros, essencialmente, incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e outros passivos (outros encargos a pagar, outros recursos). Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

### 2.2.1 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS (PASSIVOS FINANCEIROS)

O quadro de classes de instrumentos financeiros (passivos financeiros) a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é como se segue:

31 de Dezembro de 2013

	Passivos pelo justo valor por via de resultados	Derivados de cobertura	Outros passivos financeiros	Total
Recursos de outras instit. de crédito	-	-	813,778	<b>813,778</b>
Outros passivos subordinados	-	-	27,166	<b>27,166</b>
Outros passivos	-	-	20,610	<b>20,610</b>
<b>Total</b>	-	-	<b>861,554</b>	<b>861,554</b>

31 de Dezembro de 2012

	Passivos pelo justo valor por via de resultados	Derivados de cobertura	Outros passivos financeiros	Total
Recursos de outras instit. de crédito	-	-	904,338	<b>904,338</b>
Outros passivos subordinados	-	-	27,164	<b>27,164</b>
Outros passivos	-	-	19,575	<b>19,575</b>
<b>Total</b>	-	-	<b>951,077</b>	<b>951,077</b>

## 2.3 GOODWILL

De acordo com o IFRS 3, as diferenças de consolidação negativas – *goodwill* – correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis das empresas filiais na data de assumpção do respetivo controlo, são registadas como ativo e sujeitas a testes de imparidade (nos termos do IFRS 3 e IAS 36 e 39), não sendo permitido o seu abate, imediato ou faseado, aos capitais próprios.

## 2.4 RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

## 2.5 RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados, são reconhecidos em resultados no período a que se referem; e
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

## 2.6 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os imóveis reconhecidos como Propriedades de Investimento são detidos pelo Banco, com o objetivo de recebimento de rendas dos mesmos, não se perspectivando a sua alienação ou utilização no uso ordinário da atividade do Banco no curto prazo.

Estes investimentos encontram-se registados pelo seu custo de aquisição, encontrando-se a depreciar os mesmos pelo período remanescente da sua vida útil, em conformidade com a política descrita na Nota 2.8.

Regularmente o valor líquido destes investimentos é comparado ao seu valor de mercado e, sendo este menor, registadas as correspondentes perdas por imparidade.

## 2.7 ATIVOS INTANGÍVEIS

O Banco regista nesta rubrica essencialmente custos de aquisição de sistemas de tratamento automático de dados, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida esperada, que regra geral corresponde a um período entre 3 a 5 anos (ver Nota 17).

Os encargos com a manutenção de *software* são reconhecidos como custo quando incorridos.

## 2.8 OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os outros ativos tangíveis são ativos utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são diretamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

A amortização é calculada a partir do mês de entrada em funcionamento dos bens, segundo o método das quotas constantes, às taxas previstas na lei fiscal, as quais se consideram razoavelmente representativas da vida útil estimada dos respetivos bens.

As taxas atualmente aplicadas aos outros ativos tangíveis, que reflectem a vida útil esperada dos bens, são as seguintes (ver Nota 16):

	Anos de vida útil
Imóveis	50
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	3 - 5
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Instalações interiores	4 - 10
Material de transporte	4 - 10
Outros	4 - 10

## 2.9 LOCAÇÃO FINANCEIRA

A contabilização de um contrato de locação é efetuada de acordo com o tipo de contrato, isto é, se o Banco assume o papel de locador ou locatário.

### Como locador:

Os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

### Como locatário:

Exceto quanto a uma operação de dação em cumprimento de imóvel com contrato de locação financeira associado, os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo, na rubrica Outros ativos tangíveis por contrapartida da rubrica Outros passivos, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vencidas. Os outros ativos tangíveis são amortizados conforme descrito na Nota 2.8.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em custos e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzido à rubrica Outros passivos. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

## 2.10 PROVISÕES PARA CRÉDITO E JUROS VENCIDOS, PARA CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA E PARA RISCOS GERAIS DE CRÉDITO

O Banco constitui provisões para crédito e juros vencidos, para créditos de cobrança duvidosa e para riscos gerais de crédito, de acordo com a atual versão do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal.

### (i) Provisão para crédito e juros vencidos

Esta provisão, apresentada no ativo como dedução à rubrica Crédito a clientes, destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas, de capital ou juros. Conforme disposto na versão atual do Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, o montante a provisionar é função do período decorrido após o respetivo vencimento e da eventual existência de garantias, excluindo os créditos concedidos ao Setor Público Administrativo.

(ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

As provisões para créditos de cobrança duvidosa são apresentadas no ativo como dedução à rubrica Crédito a clientes e destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança das prestações vincendas relativas a créditos daquela natureza não vencidos. Esta provisão é calculada mediante a aplicação de uma percentagem não inferior a 50% da percentagem média de cobertura por provisões para crédito vencido relativa ao cliente em questão, sobre o capital financiado e não vencido.

(iii) Provisão para riscos gerais de crédito

A provisão para riscos gerais de crédito, cujo valor satisfaz as orientações do Banco de Portugal fixadas no Aviso acima mencionado, é de natureza geral e destina-se a fazer face a riscos de crédito não identificados especificamente.

Encontra-se registada no passivo, na rubrica Provisões e corresponde, tendo em conta a sua natureza, a 1% ou a 1.5% do total do crédito não vencido concedido pelo Credibom, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga. À base de cálculo desta provisão são deduzidos os créditos concedidos ao Setor Público Administrativo.

## 2.11 PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) o Credibom tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

## 2.12 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

### Pensões de reforma

Conforme previsto no Acordo Tripartido celebrado em 9 de Dezembro de 2008 entre o Governo, Associação Portuguesa de Bancos e os três Sindicatos dos bancários, os novos trabalhadores do setor bancário, contratados após 1 de Janeiro de 2009, são integrados no Regime Geral da Segurança Social (RGSS).

Desta forma, após a publicação do Decreto-Lei nº 54/2009, de 2 de Março, os novos trabalhadores deixam de estar abrangidos pelo plano de pensões de benefício definido do Credibom, que segue o estipulado no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) do Setor Bancário, com algumas exceções, especialmente ao nível do salário pensionável.

Conforme constante no ACTV do Setor Bancário de 2008, publicado no BTE nº 3 de 22 de Janeiro de 2009, estes trabalhadores inscritos no Regime Geral da Segurança Social, serão abrangidos por um plano de contribuição definida, complementar de reforma e com direitos adquiridos. Este Plano será financiado conjuntamente pelas contribuições das Instituições de crédito e dos trabalhadores.

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº1-A/2011, de 3 de Janeiro, os trabalhadores bancários, que se encontram no ativo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) e admitidos no setor antes de 3 de Março de 2009, passam, a partir de 1 Janeiro de 2011, a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social (RGSS) para efeitos de proteção nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção, e na velhice.

Adicionalmente, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, procedeu-se à transferência para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011 previstas no regime de segurança social substitutivo constante dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho vigentes no setor bancário. Desta forma, a Segurança Social é responsável, a partir de 1 de Janeiro de 2012, pelas referidas pensões, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de Dezembro de 2011.

Nestas circunstâncias e para fazer face às responsabilidades, com pensões de reforma e de sobrevivência calculadas de acordo com o ACTV, para com os empregados e respetivas famílias, o Banco aderiu, em 1996, como associada ao Fundo de Pensões GES.

O fundo de pensões é suportado através de contribuições efetuadas, com base nos montantes determinados por cálculos atuariais periódicos. O valor do fundo de pensões corresponde ao justo valor dos seus ativos à data de balanço.

O Banco determina anualmente o valor atual das responsabilidades passadas por pensões de reforma através de avaliações efetuadas por atuários qualificados e independentes utilizando o método de “*Project Unit Credit*”. Os pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) utilizados têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e a tábua de mortalidade que se adequa à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas com baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

Contabilmente, o passivo reconhecido em balanço nos Outros passivos, relativamente aos planos de pensões de benefícios definidos é o valor atual das responsabilidades de benefício definido à data do balanço, menos o justo valor dos ativos do plano conjuntamente com ajustamentos de ganhos/perdas atuariais não reconhecidas.

Após 1 de Janeiro de 2013, e decorrente da aplicação da IAS 19R, em diferenças atuariais, agora denominadas remensurações, passaram a ser reconhecidas como outro rendimento integral, tendo sido reexpressas as demonstrações financeiras do exercício de 2012, conforme descrito na Nota 24.

Os acréscimos de responsabilidades com serviços passados, nomeadamente os decorrentes da passagem de colaboradores à situação de reforma antecipada são reconhecidos como custos em resultados no período em que ocorrem.

Até 30 de Junho de 2008, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005, as remensurações acumuladas (positivas) e o acréscimo de responsabilidades resultante da aplicação do IAS 19 em 31 de Dezembro de 2005, foram reconhecidos na rubrica Outros ativos e estão a ser amortizados em resultados transitados de acordo com um plano de amortização de prestações uniformes em 5 anos, com início no exercício de 2006, com exceção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização terá a

duração de 7 anos. O referido Aviso determina ainda a obrigatoriedade do financiamento integral pelo fundo das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo, exceto quanto às responsabilidades ainda não amortizadas nos termos acima referidos.

Adicionalmente, tendo por base o Aviso do Banco de Portugal nº 7/2008, o reconhecimento, em Resultados transitados, do impacto que em 30 de Junho de 2008 ainda se encontrava por reconhecer ao abrigo do plano de amortização acima referido, irá ser atingido através de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à duração ali prevista.

Os Custos com pessoal do Banco incluem os seguintes custos, líquidos dos proveitos, relativos a responsabilidades por pensões de reforma:

- custo do serviço corrente (custo do ano);
- custo dos juros da totalidade das responsabilidades; e
- rendimento esperado do Fundo de Pensões.

### **Participação lucros empregados**

A participação nos lucros a empregados, atribuída pelo Credibom tem a natureza de uma participação nos resultados e é contabilizado em resultados no exercício a que respeita.

## **2.13 IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS**

O Banco Credibom está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada que, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 era de 25%, acrescida de uma derrama sobre o lucro tributável de 1.5%. Adicionalmente, sempre que aplicável, aplica-se uma derrama estadual de 3% para a parte do lucro tributável entre €1,5 milhões e €7,5 milhões e de 5% para a parte do lucro tributável acima de €7,5 milhões (2012: Derrama Estadual de 3% para a parte do lucro tributável entre €1,5 milhões e €10 milhões e de 5% para a parte do lucro tributável acima de €10 milhões).

O Banco Credibom regista impostos diferidos decorrentes (i) das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, para efeitos de tributação em sede de IRC e (ii) dos prejuízos fiscais apurados a utilizar em exercícios futuros. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos

apenas na medida em que seja exetável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os prejuízos fiscais apurados em 2013 e 2012 são dedutíveis aos lucros fiscais dos cinco anos seguintes e os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2010 e 2011 são dedutíveis aos lucros fiscais dos quatro anos seguintes. Em 2012 e 2013 inclusive, a dedução dos prejuízos fiscais está limitada a 75% do Lucro tributável apurado em cada exercício. A partir de 2014, inclusive, a dedução de prejuízos fiscais está limitada a 70% do lucro tributável apurado no período.

## 2.14 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos diretamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida de capitais próprios.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando a aprovação para efetuar o seu pagamento é estabelecida.

## 2.15 RELATO POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações criados para providenciar produtos ou serviços, sujeitos a riscos e a benefícios, diferentes dos verificados noutros segmentos.

Um segmento geográfico está associado à oferta de produtos ou serviços num ambiente económico específico, caracterizado por ter riscos e benefícios distintos aos verificados em segmentos que operam em outros ambientes económicos.

## 2.16 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inicial inferior 3 meses, onde se incluem a caixa, as disponibilidades em bancos centrais, bem como as aplicações em instituições de crédito.

## 2.17 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

### • Provisões para crédito concedido

O Banco Credibom apreciou a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de provisões para crédito adicionais aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa recuperáveis incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais.

### • Impostos sobre lucros

O Banco Credibom reconheceu impostos diferidos ativos no pressuposto da existência de matéria coletável futura e tendo por base a legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

### • Pensões de reforma e outros

As responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em tábuas atuariais e pressupostos de crescimento das pensões e salários. Estes pressupostos são baseados nas expectativas do Credibom à data do balanço, para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades.

## NOTA 3 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

### 3.1 GESTÃO DO RISCO

O Conselho de Administração do Banco é responsável por definir os objetivos da atividade, princípios e políticas de gestão, bem como as estratégias de risco e assegurar que dispõe de uma estrutura adequada para a sua implementação.

### 3.2 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está associado ao grau de incerteza dos fluxos de caixa futuros, e resulta da incapacidade do cliente, ou contraparte, em cumprir as obrigações contratualmente estabelecidas com o Banco.

No âmbito do risco de crédito encontram-se em produção grelhas de *scoring* de aceitação e comportamentais especializadas por tipo de negócio. A gestão destas grelhas é efetuada por uma ferramenta informática específica, acompanhada por uma unidade organizacional vocacionada para o risco de crédito.

Adicionalmente encontram-se parametrizadas informaticamente limitações automáticas na aprovação de crédito, que apenas poderão ser derogadas de acordo com normas claramente definidas. É efetuado um controlo periódico do incumprimento dos novos contratos de crédito, tendo por base períodos distintos da vida do contrato.

No contexto da atividade do Banco Credibom, existe a função de Analista de Crédito, cuja atividade/tarefa é precisamente fazer a avaliação económico-financeira dos dados, sobre clientes e bens, comunicados/enviados pelos Pontos de Venda e a aceitação ou não da proposta, dentro das suas competências, e segundo as regras estabelecidos e os poderes de autorização atribuídos.

Encontra-se em vigor o Regulamento de Concessão de Crédito, que define o conjunto dos princípios ou regras subjacentes à decisão creditícia, os órgãos de concessão e as suas funções, composição, modo de funcionamento e os respetivos limites de competência.

Todo o crédito concedido é acompanhado através de modelos estatísticos especificamente desenvolvidos, de forma a serem apurados os níveis de incumprimento de crédito, que poderão ter de vir a ser suportados pela empresa garantindo, numa óptica prudencial, a suficiência de fundos para a cobertura destes riscos.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição máxima ao risco de crédito é, essencialmente, representada pelo valor do crédito a clientes (ver Nota 13).

O Banco Credibom efetuou análises de sensibilidade à sua carteira de crédito, na qual aplicou as seguintes hipóteses, baseadas no cenário disponibilizado pelo Banco de Portugal:

- 1) Deterioração da qualidade de 10% e 20% da exposição da carteira IRB, em um nível de risco

#### Valor da Posição em Risco (EAD)

Caraterização dos choques	<i>Downgrade</i> de 1 nível aplicado a X% da carteira IRB, por classe de risco:	<i>Downgrade</i> de 1 nível aplicado a X% da carteira IRB, por classe de risco:
2013	10%	20%
2014	10%	20%
2015	10%	20%
2016	10%	20%

Os resultados desse exercício para os anos de 2013 a 2016 foram os seguintes:

Downgrade de 1 nível de risco ao portfólio (aplicado proporcionalmente, a 10% da carteira IRB, por classe de risco)	Probabilidade de Incumprimento (PD)	Perda dado o Incumprimento (LGD)	Valor dos Ativos		Res. Operacionais (líquido de Provisões)		Requisitos Mínimos de Fundos Próprios		Perda Esperada (EL)		Rácio Core Tier 1	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)
			em milhares de Euros	em milhares de Euros	t.v.a.	em milhares de Euros	t.v.a.	em milhares de Euros	t.v.a.				
Resultados dos testes 2013	14.53%	44.28%	889,762	29,486	-6.69%	34,870	2.29%	90,872	3.48%	17.57%	16.76%	13.32%	
Resultados dos testes 2014	16.31%	46.39%	935,505	25,062	-7.81%	37,041	2.16%	114,218	2.87%	18.61%	17.48%	12.77%	
Resultados dos testes 2015	15.92%	46.25%	930,840	21,681	-8.88%	37,322	2.20%	109,929	3.17%	19.17%	17.47%	14.76%	
Resultados dos testes 2016	15.73%	46.26%	942,649	23,426	-8.37%	38,140	2.22%	109,531	3.34%	18.85%	15.66%	13.40%	

Downgrade de 1 nível de risco ao portfólio (aplicado proporcionalmente, a 20% da carteira IRB, por classe de risco)	Probabilidade de Incumprimento (PD)	Perda dado o Incumprimento (LGD)	Valor dos Ativos		Res. Operacionais (líquido de Provisões)		Requisitos Mínimos de Fundos Próprios		Perda Esperada (EL)		Rácio Core Tier 1	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)
			em milhares de Euros	em milhares de Euros	t.v.a.	em milhares de Euros	t.v.a.	em milhares de Euros	t.v.a.				
Resultados dos testes 2013	15.30%	44.30%	889,762	27,372	-13.38%	35,652	4.59%	93,925	6.95%	17.35%	16.53%	13.03%	
Resultados dos testes 2014	17.06%	46.42%	935,505	22,938	0.00%	37,825	4.32%	117,403	5.74%	18.37%	17.23%	12.46%	
Resultados dos testes 2015	16.72%	46.27%	930,840	19,567	-17.76%	38,126	4.40%	113,302	6.33%	18.66%	16.45%	13.00%	
Resultados dos testes 2016	16.56%	46.28%	942,649	21,286	-16.74%	38,970	4.45%	113,071	6.68%	18.59%	15.33%	13.03%	

2) Aumento de 5% e 10% na percentagem de Crédito Vencido no total da carteira associada ao Método Padrão

#### Valor da Posição em Risco (EAD)

Caraterização dos choques	Aumento de X% no peso relativo do crédito vencido, no total da exposição associada ao Método Padrão.	Aumento de X% no peso relativo do crédito vencido, no total da exposição associada ao Método Padrão.
2013	5%	10%
2014	5%	10%
2015	5%	10%
2016	5%	10%

Os resultados desse exercício para os anos de 2013 a 2016 foram os seguintes:

Aumento de 5% na percentagem de Crédito Vencido no total da carteira associada ao Método Padrão	Valor dos Ativos	“Resultados Operacionais (líquido de Provisões)”		Requisitos Mínimos de Fundos Próprios		Rácio Core Tier 1	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)
	em milhares de Euros	em milhares de Euros	t.v.a.	em milhares de Euros	t.v.a.			
Resultados dos testes 2013	222,244	29,992	-5.09%	11,680	-0.77%	17.82%	17.02%	13.63%
Resultados dos testes 2014	137,014	26,361	-3.03%	7,474	-0.68%	18.88%	17.76%	13.10%
Resultados dos testes 2015	133,539	23,015	-3.27%	7,207	-0.71%	19.19%	17.06%	13.72%
Resultados dos testes 2016	135,191	24,797	-3.01%	7,279	-0.71%	19.13%	16.01%	13.79%

Aumento de 10% na percentagem de Crédito Vencido no total da carteira associada ao Método Padrão	Valor dos Ativos	“Resultados Operacionais (líquido de Provisões)”		Requisitos Mínimos de Fundos Próprios		Rácio Core Tier 1	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)
	em milhares de Euros	em milhares de Euros	t.v.a.	em milhares de Euros	t.v.a.			
Resultados dos testes 2013	222,244	28,385	-10.18%	11,590	-1.53%	17.84%	17.05%	13.65%
Resultados dos testes 2014	137,014	25,536	-6.07%	7,422	-1.37%	18.89%	17.78%	13.11%
Resultados dos testes 2015	133,539	22,237	-6.54%	7,156	-1.41%	19.21%	17.08%	13.73%
Resultados dos testes 2016	135,191	24,027	-6.02%	7,227	-1.43%	19.15%	16.02%	13.80%

### 3) Probabilidade de Incumprimento (PD) - aumento de 1 a 3 desvio-padrão

#### Valor da Posição em Risco (EAD)

Caraterização dos choques	Aumento de 1 desvio-padrão	Aumento de 2 desvios-padrão	Aumento de 3 desvios-padrão
2013	PD + (1 x St-Dev)	PD + (2 x St-Dev)	PD + (3 x St-Dev)
2014	PD' + (1 x St-Dev)	PD' + (2 x St-Dev)	PD' + (3 x St-Dev)
2015	PD' + (1 x St-Dev)	PD' + (2 x St-Dev)	PD' + (3 x St-Dev)
2016	PD'' + (1 x St-Dev)	PD'' + (2 x St-Dev)	PD'' + (3 x St-Dev)

Os resultados desse exercício para os anos de 2013 a 2016 foram os seguintes:

Aumento da PD em 1 desvio-padrão	Probabilidade de Incumprimento (PD)	Perda dado o Incumprimento (LGD)	Valor dos Ativos	Res. Operacionais (líquido de Provisões)	Requisitos Mínimos de Fundos Próprios		Perda Esperada (EL)		Rácio Core Tier 1	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)
			em milhares de Euros	em milhares de Euros	em milhares de Euros	t.v.a.	em milhares de Euros	t.v.a.			
Resultados dos testes 2013	14.38%	44.26%	889,762	31,600	35,740	4.84%	90,157	2.66%	17.32%	16.49%	12.96%
Resultados dos testes 2014	16.19%	46.37%	935,505	27,186	38,059	4.97%	113,708	2.41%	18.29%	17.14%	12.34%
Resultados dos testes 2015	16.44%	46.23%	930,840	23,794	39,862	9.16%	112,078	5.18%	18.13%	15.83%	12.24%
Resultados dos testes 2016	16.92%	46.24%	942,649	25,567	42,079	12.78%	114,582	8.11%	17.69%	14.15%	11.67%

Aumento da PD em 2 desvios-padrão	Probabilidade de Incumprimento (PD)	Perda dado o Incumprimento (LGD)	Valor dos Ativos	Res. Operacionais (líquido de Provisões)	Requisitos Mínimos de Fundos Próprios		Perda Esperada (EL)		Rácio Core Tier 1	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)
			em milhares de Euros	em milhares de Euros	em milhares de Euros	t.v.a.	em milhares de Euros	t.v.a.			
Resultados dos testes 2013	14.99%	44.26%	889,762	31,600	37,118	8.89%	92,494	5.32%	16.95%	16.08%	12.39%
Resultados dos testes 2014	16.84%	46.37%	935,505	27,186	39,548	9.07%	116,382	4.82%	17.85%	16.66%	11.69%
Resultados dos testes 2015	17.77%	46.23%	930,840	23,794	42,277	15.77%	117,597	10.36%	17.45%	14.96%	11.09%
Resultados dos testes 2016	18.92%	46.24%	942,649	25,567	45,175	21.08%	123,061	16.11%	16.87%	12.89%	10.12%

Aumento da PD em 3 desvios-padrão	Probabilidade de Incumprimento (PD)	Perda dado o Incumprimento (LGD)	Valor dos Ativos	Res. Operacionais (líquido de Provisões)	Requisitos Mínimos de Fundos Próprios		Perda Esperada (EL)		Rácio Core Tier 1	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)
			em milhares de Euros	em milhares de Euros	em milhares de Euros	t.v.a.	em milhares de Euros	t.v.a.			
Resultados dos testes 2013	15.59%	44.26%	889,762	31,600	38,298	12.35%	94,831	7.98%	16.65%	15.73%	11.88%
Resultados dos testes 2014	17.48%	46.37%	935,505	27,186	40,816	12.57%	119,056	7.23%	17.49%	16.26%	11.11%
Resultados dos testes 2015	19.07%	46.23%	930,840	23,794	44,152	20.91%	123,010	15.44%	16.95%	14.27%	10.12%
Resultados dos testes 2016	20.85%	46.24%	942,649	25,567	47,395	27.03%	131,209	23.79%	16.33%	11.91%	8.86%

#### 4) Aumento da LGD (impacto nas taxas de recuperação - 90%,95%,97%,99% nível de confiança)

Aumento da LGD (impacto nas taxas de recuperação - (90%,95%,97%,99% nível de confiança))	Probabilidade de Incumprimento (PD)	Perda dado o Incumprimento (LGD)	Valor dos Ativos	Res. Operacionais (líquido de Provisões)	Requisitos Mínimos de Fundos Próprios		Perda Esperada (EL)		Rácio Core Tier 1	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)
			em milhares de Euros	em milhares de Euros	em milhares de Euros	t.v.a.	em milhares de Euros	t.v.a.			
Resultados dos testes 2013	13.77%	47.89%	889,762	31,600	37,399	9.71%	89,887	2.35%	16.88%	16,07%	12.66%
Resultados dos testes 2014	15.55%	50.56%	935,505	27,186	40,273	11.07%	113,562	2.28%	17.64%	16,54%	11.92%
Resultados dos testes 2015	15.12%	50.98%	930,840	23,794	41,064	12.45%	109,378	2.65%	17.78%	15,67%	12.35%
Resultados dos testes 2016	14.90%	52.08%	942,649	25,567	42,988	15.22%	109,463	3.28%	17.44%	14,33%	12.14%

## 5) Deterioração, em 10% e 20% das taxas de provisão do crédito vencido (IFRS) associadas ao Método IRB

Deterioração, em 10% das taxas de provisão do crédito vencido (IFRS) associadas ao Método IRB	Valor dos Ativos	Res. Operacionais (líquido de Provisões)		Requisitos Mínimos de Fundos Próprios		Rácio Core Tier 1	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)
	em milhares de Euros	em milhares de Euros	t.v.a.	em milhares de Euros	t.v.a.			
Resultados dos testes 2013	889,762	29,486	-6.69%	34,870		17.57%	16.76%	13.32%
Resultados dos testes 2014	935,505	25,062	-7.81%	37,041		18.61%	17.48%	12.77%
Resultados dos testes 2015	930,840	21,681	-8.88%	37,322		19.17%	17.47%	14.76%
Resultados dos testes 2016	942,649	23,426	-8.37%	38,140		18.85%	15.66%	13.40%

Deterioração, em 20% das taxas de provisão do crédito vencido (IFRS) associadas ao Método IRB	Valor dos Ativos	Res. Operacionais (líquido de Provisões)		Requisitos Mínimos de Fundos Próprios		Rácio Core Tier 1	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)
	em milhares de Euros	em milhares de Euros	t.v.a.	em milhares de Euros	t.v.a.			
Resultados dos testes 2013	889,762	29,486	-6.69%	34,870		17.57%	16.76%	13.32%
Resultados dos testes 2014	935,505	25,062	-7.81%	37,041		18.61%	17.48%	12.77%
Resultados dos testes 2015	930,840	21,681	-8.88%	37,322		19.17%	17.47%	14.76%
Resultados dos testes 2016	942,649	23,426	-8.37%	38,140		18.85%	15.66%	13.40%

## 6) Deterioração, em 10% e 20% das taxas de provisão do crédito vencido (IFRS) associadas ao Método Padrão

Deterioração, em 10% das taxas de provisão do crédito vencido (IFRS) associadas ao Método Padrão	Valor dos Ativos	Res. Operacionais (líquido de Provisões)		Requisitos Mínimos de Fundos Próprios		Rácio Core Tier 1	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)
	em milhares de Euros	em milhares de Euros	t.v.a.	em milhares de Euros	t.v.a.			
Resultados dos testes 2013	222,244	28,034	-11.29%	11,490	-2.39%	17.87%	17.07%	13.67%
Resultados dos testes 2014	137,014	25,352	-6.75%	7,381	-1.92%	18.91%	17.79%	13.12%
Resultados dos testes 2015	133,539	22,015	-7.48%	7,120	-1.91%	19.22%	17.09%	13.74%
Resultados dos testes 2016	135,191	23,793	-6.94%	7,193	-1.89%	19.16%	16.03%	13.81%

Deterioração, em 20% das taxas de provisão do crédito vencido (IFRS) associadas ao Método Padrão	Valor dos Ativos	Res. Operacionais (líquido de Provisões)		Requisitos Mínimos de Fundos Próprios		Rácio Core Tier 1	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)
	em milhares de Euros	em milhares de Euros	t.v.a.	em milhares de Euros	t.v.a.			
Resultados dos testes 2013	222,244	24,467	-22.57%	11,208	-4.78%	17.96%	17.15%	13.74%
Resultados dos testes 2014	137,014	23,518	-13.49%	7,237	-3.83%	18.95%	17.83%	13.15%
Resultados dos testes 2015	133,539	20,236	-14.95%	6,981	-3.83%	19.27%	17.13%	13.77%
Resultados dos testes 2016	135,191	22,018	-13.88%	7,055	-3.77%	19.20%	16.07%	13.84%

Os testes efetuados permitem concluir que não existe necessidade de reforço de capital de Fundos Próprios com base nos requisitos de capital (Tier 1) previstos para os anos de 2012 a 2014.

### 3.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado representa a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de ações.

O Banco está exposto ao risco cambial e ao risco da taxa de juro. Para além destes riscos, o Banco não está exposto a outros riscos de preço, uma vez que não é um *market maker* e não assume posições em dívida emitida, ações, moeda estrangeira e outros títulos, mercadorias ou em instrumentos financeiros equivalentes, nomeadamente, derivados.

#### 3.3.1 RISCO CAMBIAL

O risco cambial é praticamente nulo, pois exceto quanto ao pagamento em dólares e libras de alguns serviços informáticos, todas as restantes transações do Banco são negociadas e liquidadas em Euros.

#### 3.3.2 RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro associado a fluxos de caixa corresponde ao risco dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

O quadro abaixo demonstra a sensibilidade de uma variação de +100 bps nas renovações de *funding* a efetuar nos exercícios de 2014 a 2016.

Variação de +100 bps	Valor da Carteira de <i>Funding</i>	"Resultados Operacionais (líquido de Provisões)"	Situação Líquida (Fundos Próprios)	<i>Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)</i>	<i>Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)</i>
	em milhares de Euros	em milhares de Euros	%	%	%
Resultados dos testes 2014	809,100	26,149	-0.48%	17.75%	13.08%
Resultados dos testes 2015	769,100	20,681	-1.45%	17.04%	13.70%
Resultados dos testes 2016	726,100	21,058	-2.08%	15.95%	13.74%

Para além da análise de sensibilidade referida anteriormente, também foi efetuada uma variação de +200 bps na taxa de juro sobre o gap do risco de taxa de juro para os exercícios de 2014 a 2016, de acordo com a regulamentação definida pelo CACF.

Variação de +200 bps	Gap do risco de Taxa de Juro (-Ativo+ Passivo)	"Resultados Operacionais (líquido de Provisões)"	Situação Líquida (Fundos Próprios)	<i>Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)</i>	<i>Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)</i>
	em milhares de Euros	em milhares de Euros	%	%	%
Resultados dos testes 2014	-31,621	26,569	-0.29%	17.75%	13.08%
Resultados dos testes 2015	13,863	24,054	0.12%	17.04%	13.70%
Resultados dos testes 2016	2,397	25,610	0.02%	15.99%	13.78%

Excepto quanto aos empréstimos subordinados que representam 3.31% (2012: 2.95%) do financiamento obtido e às operações de locação financeira que representam 3.02% (2012: 3.16%) do crédito concedido a clientes, as taxas de juro contratadas pelo Banco até à presente data são fixas. Consequentemente, o risco de uma variação nas taxas de juro traduz-se num impacto reduzido em resultados.

### 3.4 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é o risco de uma instituição de crédito não dispor de fundos necessários para fazer face, em cada momento, às suas obrigações de pagamento.

O Banco apresenta a priori um risco de liquidez reduzido, na medida em que apenas gere a sua carteira de *funding*.

A área ALM/Tesouraria da Direção Financeira é a área responsável pela análise e acompanhamento das necessidades de fundos (gestão da liquidez do Banco) requeridos para a sua atividade e por toda a negociação da contratação de operações para aquisição de dinheiro, naturalmente aprovadas pela Comissão Executiva, mediante a apresentação das várias propostas e respetivas condições (tipo de taxa de juro e seu valor, prazo do empréstimo, condições de amortização e/ou liquidação, etc.). Controla igualmente a totalidade dos recebimentos e pagamentos efetuados em todas as contas do Banco sediadas em Portugal e no estrangeiro.

Mensalmente realiza-se o Comité de ALM, onde é elaborado um relatório para a Comissão Executiva do Banco Credibom que servirá de documento de base à tomada de decisões em matéria de ALM (Asset Liability Management). Na prática, o modelo ALM do Credibom concentra-se sobretudo na proteção contra o risco de taxa de juro, o que equivale à proteção das margens nos contratos de crédito à taxa fixa e à proteção das margens nos contratos de crédito sujeito à revisão.

A análise dos fluxos contratuais futuros dos passivos financeiros é apresentada como segue:

#### Vencimentos do balanço em 31 de Dezembro de 2013

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Recursos de outras insti. de crédito	30,419	69,930	196,072	556,304	-	<b>852,725</b>
Outros passivos subordinados	28	131	479	5,562	25,203	<b>31,403</b>
Outros passivos	1,094	1,026	18,658	2,320	-	<b>23,098</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>31,542</b>	<b>71,087</b>	<b>215,208</b>	<b>564,186</b>	<b>25,203</b>	<b>907,226</b>

#### Vencimentos do balanço em 31 de Dezembro de 2012

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Recursos de outras insti. de crédito	18,494	34,645	220,263	634,310	5,113	<b>912,824</b>
Outros passivos subordinados	9	27	466	2,484	28,807	<b>31,793</b>
Outros passivos	1,170	821	18,720	2,344	-	<b>23,055</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>19,673</b>	<b>35,492</b>	<b>239,449</b>	<b>639,138</b>	<b>33,920</b>	<b>967,672</b>

O quadro abaixo demonstra a sensibilidade da renovação da carteira de *funding* de curto prazo por empréstimos com maturidades médias de 3 anos no exercício de 2014, e respetivos impactos ao nível dos resultados financeiros, da situação líquida do banco e dos rácios de capital regulamentares.

Eliminação da carteira de <i>funding</i> de curto prazo	Valor da Carteira de <i>Funding</i>	“Resultados Operacionais (líquido de Provisões)”	Situação Líquida (Fundos Próprios)	Core Tier 1	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)
	em milhares de Euros	em milhares de Euros	%	%	%	%
Resultados dos testes 2014	35,000	26,686	-0.23%	18.86%	17.75%	13.08%
Resultados dos testes 2015	35,000	23,794	0.00%	19.17%	17.04%	13.70%
Resultados dos testes 2016	35,000	25,567	0.00%	19.11%	15.99%	13.77%

### 3.5 GESTÃO DO CAPITAL

O Banco Credibom gere o seu capital de forma rigorosa, de forma a otimizar a sua alocação e garantir o cumprimento das normas prudenciais.

O acompanhamento da evolução da adequabilidade dos fundos próprios e do respetivo rácio de solvabilidade é efetuado de uma forma regular ao longo do ano, em conjunto com a evolução da atividade e tem em consideração as orientações estratégicas do Conselho de Administração e do Grupo em que o Banco se encontra inserido.

Em seguida demonstram-se os níveis de solvabilidade para o ano de 2013 e 2012:

	31.12.13	31.12.12
Fundos Próprios de Base (1) =(2)+(3)	<b>121,131</b>	<b>116,710</b>
Core Tier 1 (2)	128,385	119,014
Outros Elementos (3)	-7,253	-2,304
Fundos Próprios Complementares (4)	19,247	24,796
Dedução imóvel Palme (5)	-561	-231
Fundos Próprios Elegíveis (6)	<b>139,817</b>	<b>141,276</b>
Total dos Ativos Ponderados pelo Risco (7)	732,768	633,917
<b>Rácio Core Tier 1 (2/7)</b>	<b>17.5%</b>	<b>18.8%</b>
<b>Rácio Tier 1 (1/7)</b>	<b>16.5%</b>	<b>18.4%</b>
<b>Rácio de Solvabilidade (6/7)</b>	<b>19.1%</b>	<b>22.3%</b>

### 3.6 RISCO OPERACIONAL

#### 1) Perdas na carteira de crédito concedido associado à falha na prestação de serviços

Provisionamento gradual da carteira associada ao prestador de serviço em causa	“Resultados Operacionais (líquido de Provisões)”	Situação Líquida (Fundos Próprios)	Rácio Core Tier 1	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)
	em milhares de Euros	%	%	%	%
Resultados dos testes 2014	26,388	-0.37%	18.86%	17.75%	13.08%
Resultados dos testes 2015	21,594	-1.03%	19.17%	17.04%	13.70%
Resultados dos testes 2016	23,167	-1.11%	19.09%	15.97%	13.75%

100% de variação do montante de provisões associado à carteira de crédito relacionada com prestação de serviços	“Resultados Operacionais (líquido de Provisões)”	Situação Líquida (Fundos Próprios)	Rácio Core Tier 1	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)
	em milhares de Euros	%	%	%	%
Resultados dos testes 2014	25,755	-0.67%	18.86%	17.75%	13.08%
Resultados dos testes 2015	23,794	0.00%	19.16%	17.04%	13.69%
Resultados dos testes 2016	25,567	0.00%	19.10%	15.98%	13.77%

Os resultados demonstram que o Banco apresenta uma posição sólida, capaz de suportar a ocorrência de um cenário de esforço que contemple os eventos identificados, sem comprometer os rácios mínimos de capital.

### 3.7 RISCO DE RESPONSABILIDADES COM FUNDO DE PENSÕES

Foram efetuadas duas análises de sensibilidade relativamente ao risco de fundo de pensões: choque na taxa de desconto para cálculo das responsabilidades por serviços passados e choque na composição do ativo do fundo de pensões.

Os resultados apresentados nesta análise de sensibilidade resultam do choque anual de -100 bps aplicado à taxa de desconto utilizada como pressuposto para o cálculo das responsabilidades por serviços passados associadas ao Fundo de Pensões, para o exercício de 2014, e -50 bps para os exercícios de 2015 e 2016. Os impactos da alteração da taxa de desconto são reconhecidos em capitais próprios, tendo em conta que o método contabilístico utilizado é o método Sorie.

De seguida apresentam os resultados dos testes efetuados:

- 1) Variação de -30% nos índices accionistas, -15% nos imóveis e +100 bps nas obrigações nos ativos do Fundo de Pensões

Variação de -30% nos índices accionistas, -15% nos imóveis e +100 bps nas obrigações nos ativos do Fundo de Pensões	Valor do Fundo de Pensões	Situação Líquida (Fundos Próprios)	Core Tier 1	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)
	em milhares de Euros	%	%	%	%
Resultados dos testes 2014	42,668	-1%	18.86%	17.81%	13.40%
Resultados dos testes 2015	40,057	-2%	19.17%	17.31%	14.36%
Resultados dos testes 2016	37,482	-4%	19.11%	16.59%	14.77%

- 2) Variação de -100 bps na taxa de desconto

Variação de -100 bps na taxa de desconto	Valor das Responsabilidades por Serviços Passados do Fundo de Pensões	Desvios Atuariais	Situação Líquida (Fundos Próprios)	Core Tier 1	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)
	em milhares de Euros	em milhares de Euros	%	%	%	%
Resultados dos testes 2014	45,731	8,976	-4%	17.63%	16.74%	12.98%

## 3) Variação de -50 bps na taxa de desconto

Variação de -50 bps na taxa de desconto	Valor das Responsabilidades por Serviços Passados do Fundo de Pensões	Desvios Actuariais	Situação Líquida (Fundos Próprios)	Core Tier 1	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)
	em milhares de Euros	em milhares de Euros	%	%	%	%
Resultados dos testes 2015	50,218	4,488	-6%	17.32%	15.64%	12.96%
Resultados dos testes 2016	54,706	4,488	-8%	16.68%	14.22%	12.44%

## 3.8 RISCO DE EXPOSIÇÃO AO MERCADO IMOBILIÁRIO

O quadro abaixo demonstra sensibilidade de uma desvalorização dos preços no mercado imobiliário. Atualmente o Banco Credibom tem 4 imóveis registados no seu balanço. De acordo com instrução da carta circular do Banco de Portugal foi aplicado uma variação de 15% em 2014, 2015 e 2016 nos valores dos imóveis registados no balanço a 31 de Dezembro de 2013, com o objetivo de quantificar os impactos ao nível dos resultados financeiros, da situação líquida do banco e dos rácios de capital regulamentares.

-15% no valor de mercado dos imóveis	Valor dos Imóveis	Resultados Operacionais (líquido de Provisões)	Situação Líquida (Fundos Próprios)	Core Tier 1	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (phasing in)	Common Equity Tier 1 Capital Ratio (fully Basel III)
	em milhares de Euros	em milhares de Euros	%	%	%	%
Resultados dos testes 2014	3,723	26,520	-0.31%	18.86%	17.75%	13.08%
Resultados dos testes 2015	3,007	23,128	-0.31%	19.17%	17.04%	13.70%
Resultados dos testes 2016	2,291	24,901	-0.31%	19.10%	15.98%	13.77%

## NOTA 4 JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos que se encontram registados no balanço do Banco ao custo amortizado são:

- Caixa e disponibilidades em bancos centrais – considera-se que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor, considerando os curtos prazos associados a esse instrumento financeiro;
- Disponibilidades em outras instituições de crédito – são constituídas por depósitos à ordem, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes ativos são taxas de mercado;
- Aplicações em instituições de crédito – são constituídas por depósitos a prazo, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registados, considerando que as taxas aplicáveis a estes ativos são taxas de mercado;
- Crédito a clientes – o justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente

definidas. Assim, o justo valor é idêntico ao valor contabilístico, considerando que as taxas aplicáveis são taxas de mercado;

- Recurso de outras instituições de crédito – considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor; e
- Passivos subordinados – o justo valor é idêntico ao valor porque se encontram registados, considerando que as taxas aplicáveis são taxas de mercado.

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012 não foram identificados ativos e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado e cujo valor de balanço difira significativamente do seu justo valor.

## NOTA 5 ELEMENTOS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DO BALANÇO VENTILADOS POR LINHAS DE NEGÓCIO E POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

A atividade desenvolvida pelo Banco, na segmentação por linhas de negócio, enquadra-se como banca de retalho, onde deverão ser considerados todos os elementos da demonstração de resultados e do balanço. Adicionalmente, dado o Banco não ter Sucursais ou Filiais no estrangeiro, todos os proveitos e custos gerados resultaram de operações realizadas em Portugal.

## NOTA 6 MARGEM FINANCEIRA

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica:

	31.12.13	31.12.12
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito	0	2
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro	7	30
Juros de créditos a clientes	101,592	111,244
Juros de crédito vencido	12	-
Outros juros e rendimentos similares	4,845	6,344
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado de operações ativas	-	-
	<b>106,456</b>	<b>117,620</b>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros de recursos de outras instituições de crédito	27,161	36,454
Juros de passivos subordinados	634	782
Juros de credores	7	17
Comissões pagas associadas ao custo amortizado de operações passivas	9,637	10,367
	<b>37,439</b>	<b>47,620</b>
<b>Margem financeira</b>	<b>69,017</b>	<b>70,000</b>

## NOTA 7 RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.13	31.12.12
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Comissão bancária - Clientes	795	2,593
Comissão bancária - Atraso	6,401	8,057
Comissão bancária - Liquidação antecipada	66	61
Comissão Seguros	3,076	2,975
Comissões - Outras	(0)	(318)
	<b>10,338</b>	<b>13,368</b>
<b>Encargos de serviços e comissões</b>		
Operações de crédito	-	-
Outros serviços bancários prestados por terceiros	745	954
Outras Comissões	170	577
	<b>915</b>	<b>1,531</b>

Registou-se um decréscimo nos montantes apresentados face a 2012, com maior expressão nas comissões bancárias – clientes e atraso.

Nas comissões bancárias de clientes, encontram-se registadas as comissões bancárias relacionadas com o produto *Revolving* e VISA. As comissões de *Revolving* incluem *fees* cobrados aos clientes por cheques devolvidos, revogações, penalizações, comissões de seguros e ainda comissões de abertura. A variação entre 2012 e 2013 resulta, em parte, do fim da parceria com a FNAC ocorrido em 2012.

Nas comissões bancárias – atraso, encontram-se registadas as comissões recebidas por atrasos no pagamento de prestações de crédito. Até Setembro de 2013 as comissões bancárias em atraso eram calculadas com base nos valores em *default*, variando em proporcionalidade direta em relação ao valor da prestação em atraso, tal como discriminado no preçário. A partir do dia 5 de Setembro de 2013, as taxas moratórias e comissões são determinadas em função do estabelecido no Decreto Lei nº 058/2013.

## NOTA 8 OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

	31.12.13	31.12.12
<b>Outros proveitos de exploração</b>		
Reembolso de despesas	158	156
Recuperação de crédito, juros e despesas	4,770	14,949
Outros	2,042	1,620
	<b>6,970</b>	<b>16,725</b>
<b>Outros custos de exploração</b>		
Outros impostos	742	580
Quotizações e donativos	32	40
Contribuições para o FGD e FGCAM	18	17
Perdas em ativos não financeiros	1	0
Outros	1,640	2,297
	<b>2,433</b>	<b>2,934</b>
<b>Outros resultados de exploração</b>	<b>4,537</b>	<b>13,791</b>

Registou-se um decréscimo nos outros proveitos de exploração face a 2012, sendo maioritariamente justificado pela variação da rubrica de recuperação de crédito, juros e despesas, que engloba, essencialmente, os valores de crédito e juros recuperados de contratos dos quais já tinha sido efetuado o *write-off*. No decorrer de 2012, o Banco Credibom alienou créditos a clientes no valor de €167,211 milhares, que na sua maioria se encontravam na área de recuperação. Esta venda possibilitou a recuperação de créditos que estavam considerados como incobráveis pelo Banco.

## NOTA 9 CUSTOS COM PESSOAL

Os custos com pessoal podem ser analisados no quadro que se segue:

	31.12.13	31.12.12 Reexpresso
<b>Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização</b>		
Remuneração mensal	514	444
Remunerações adicionais	6	5
Outras remunerações	69	47
<b>Remuneração de empregados</b>		
Remuneração mensal	7,242	7,637
Remunerações adicionais	2,205	2,378
Prémio realização objetivos	393	610
Distribuição de resultados	1,001	647
Subsídio de Renda	49	85
Subsídio de Creche - Empregados	4	8
<b>Encargos sociais obrigatórios</b>		
Encargos relativos a remunerações	2,921	3,069
Fundo de pensões (ver Nota 24)	270	250
Outros encargos sociais obrigatórios	121	(88)
<b>Outros custos com pessoal</b>		
Indemnização caducidade contrato	149	821
Outros custos com pessoal	(18)	275
	<b>14,926</b>	<b>16,188</b>

O quadro dos trabalhadores ao serviço do Banco em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 encontrava-se distribuído pelas seguintes grandes categorias profissionais:

	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
Administração	3	3
Direção	20	20
Quadros técnicos	145	152
Administrativos	166	168
	<b>334</b>	<b>343</b>

## NOTA 10 GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

A decomposição desta rubrica é a que se segue:

	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
Serviços especializados	10,474	12,249
Rendas e alugueres	1,968	1,423
Comunicações	1,405	1,764
Outros	664	641
<b>Publicidade e edição de publicações</b>	<b>569</b>	<b>569</b>
Água, energia e combustíveis	431	506
Deslocação, estadas e representação	171	243
Formação de pessoal	144	155
Material de consumo corrente	107	282
Conservação e reparação	(50)	122
	<b>15,883</b>	<b>17,954</b>

Os serviços especializados podem ser analisados como segue:

	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
Avenças e honorários	4,494	4,910
Judiciais, contencioso e notariado	1,169	1,298
Informática	1,724	1,829
<b>Serviço Cobranças</b>	<b>926</b>	<b>1,202</b>
Consultoria Informática	566	815
Informações	108	139
Recuperação Viaturas	575	749
Serviços Especializados Consultoria	65	175
Outros	847	1,132
	<b>10,474</b>	<b>12,249</b>

## NOTA 11 IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

Os lucros apurados pelo Banco são tributados em sede de IRC e correspondente derrama. O pagamento dos impostos sobre lucros é efetuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

	31.12.13	31.12.12
<b>Apuramento do Imposto corrente sobre o rendimento</b>		
Resultado antes de impostos	28,674	23,165
Variações patrimoniais	(1,024)	(1,024)
Provisões para crédito não aceites fiscalmente (valor líquido)	1	-
Imparidade <i>goodwill</i>	-	2,568
Benefícios fiscais	292	408
Fundo de Pensões	99	105
Prejuízo fiscal anos anteriores	-	-
Outros	(1,633)	(657)
<b>Rendimento tributável</b>	<b>26,409</b>	<b>24,565</b>
<b>Imposto corrente sobre o rendimento (1)</b>	<b>8,106</b>	<b>7,493</b>
Despesas tributadas autonomamente	1,287	1,356
<b>Imposto corrente sobre o rendimento da tributação autónoma (2)</b>	<b>183</b>	<b>191</b>
<b>Reconciliação entre o custo do exercício e o saldo em balanço</b>		
Imposto corrente sobre o rendimento		
- Reconhecimento como custo no exercício (1) + (2) (*)	8,290	7,684
- Menos: Pagamentos por conta e especial por conta	7,105	6,614
- Saldo corrente a pagar (Ver Nota 18)	<b>1,185</b>	<b>1,070</b>

(\*) No ano de 2013, adicionalmente, foram reconhecidos €380 milhares (2012: €39 milhares) em custos do exercício, relativamente a correções da estimativa do exercício anterior.

Os impostos diferidos ativos e passivos são registados quando existe uma diferença temporária entre o valor de um ativo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

A taxa nominal de imposto e a carga fiscal efetivamente verificada nos exercícios de 2013 e 2012 é como se segue:

	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
Imposto corrente:		
Do exercício	8,290	7,684
De exercícios anteriores	380	39
Impostos diferidos:		
Registo e reversão de diferenças temporárias	363	462
<b>Total do imposto registado em resultados (1)</b>	<b>9,033</b>	<b>8,185</b>
<b>Resultado antes de impostos (2)</b>	<b>28,674</b>	<b>23,165</b>
<b>Carga Fiscal ((1)/(2))</b>	<b>31.5%</b>	<b>35.3%</b>

A taxa nominal de imposto corrente decompõe-se como segue:

	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
IRC	25.00%	25.00%
Derrama estadual de 3% sobre Lucro tributável entre 1.5 e 7.5 milhões de Euros	0.68%	-
Derrama estadual de 3% sobre Lucro tributável entre 1.5 e 10 milhões de Euros	-	1.04%
Derrama estadual de 5% sobre Lucro tributável acima de 7.5 milhões de Euros	3.58%	-
Derrama estadual de 5% sobre Lucro tributável acima de 10 milhões de Euros	-	2.96%
Derrama sobre Lucro tributável	1.50%	1.50%
	<b>30.76%</b>	<b>30.50%</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor dos impostos diferidos ativos e passivos registados no balanço é como segue:

	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
<b>Impostos diferidos</b>		
Ativos	5,602	5,965
Passivos	-	-
	<b>5,602</b>	<b>5,965</b>
<b>Registados por contrapartida de</b>		
Resultado do exercício	363	462
	<b>363</b>	<b>462</b>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados durante o exercício de 2013 e 2012 é como segue:

**IMPOSTOS DIFERIDOS**

Descrição	Base para imposto		Balanço		Resultado
	01.01.13	31.12.13	01.01.13	31.12.13	31.12.13
Prémios de antiguidade - Credibom e Crédilar	(1,138)	(1,224)	336	361	(25)
Provisões tributadas	(9,219)	(9,010)	2,720	2,658	62
Plano Médico	(29)	(44)	9	13	(4)
Imparidade - Crédito a clientes	(8,680)	(6,895)	2,561	2,034	527
Provisão de venda da carteira	(487)	(488)	144	144	-
Imparidade - Ativos tangíveis	(210)	(556)	62	164	(102)
Imparidade - Propriedades de Investimento	-	(251)	-	74	(74)
Terreno	(105)	(276)	31	82	(51)
Custos a pagar tributados	(349)	(247)	1 03	73	30
	<b>(20,218)</b>	<b>(18,992)</b>	<b>5,965</b>	<b>5,602</b>	<b>363</b>

**IMPOSTOS DIFERIDOS**

Descrição	Base para imposto		Balanço		Resultado
	01.01.12	31.12.12	01.01.12	31.12.12	31.12.12
Prémios de antiguidade - Credibom e Crédilar	(1,050)	(1,050)	(1,138)	336	(26)
Provisões tributadas	(9,219)	(9,219)	(9,219)	2,720	-
Plano Médico	(21)	(21)	(29)	9	(3)
Imparidade - Crédito a clientes	(11,086)	(11,086)	(8,680)	2,561	710
Provisão de venda da carteira	-	-	(487)	144	(144)
Imparidade - Ativos tangíveis	(91)	(91)	(210)	62	(35)
Terreno	(81)	(81)	(105)	31	(7)
Custos a pagar tributados	(239)	(239)	(349)	103	(32)
Outros passivos	<b>(21,787)</b>	<b>(21,787)</b>	<b>(20,218)</b>	<b>5,965</b>	<b>462</b>

## NOTA 12 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.13	31.12.12
<b>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</b>		
Participação no Millenium BCP - Prestação de Serviços, ACE	1	1
	<b>1</b>	<b>1</b>

Com a aquisição da Crédilar – Instituição Financeira de Crédito, SA, o Banco passou a deter uma participação no Millennium BCP – Prestação de Serviços, ACE, no valor de €760.

## NOTA 13 CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.13	31.12.12
<b>Operações de crédito ao consumo</b>		
Crédito AUTO	755,289	790,282
Crédito MOTO	7,024	8,885
Crédito LAR	91,389	118,691
Crédito <i>Revolving</i>	8,832	15,862
Crédito empregados	117	1,181
Crédito <i>stock</i>	8,269	6,870
Crédito pessoal	58,726	59,475
Adiantamento Fundos	725	1,411
Contas Correntes Caucionadas	1,417	2,982
Outros	8,212	8,494
<b>Operações de locação financeira</b>		
Locação Financeira	26,524	28,479
Aluguer Financeiro		
Sem caução	3,029	3,397
Com Caução	3,189	2,831
<b>Crédito vincendo sem imparidade</b>	<b>972,742</b>	<b>1,048,838</b>
Juros e comissões a receber	5,123	5,398
Despesas com encargo diferido		
- Comissões, <i>Rappel</i> e imposto de selo	20,543	20,603
Receitas com rendimento diferido	(5,940)	(6,121)
	<b>19,726</b>	<b>19,880</b>
<b>Crédito vencido</b>		
Até 90 dias	3,125	3,216
Mais de 90 dias	105,298	114,772
	<b>108,423</b>	<b>117,988</b>
<b>Juros e despesas vencidos</b>		
Até 90 dias	3,364	3,748
Crédito e juros vencidos	111,787	121,736
<b>Saldo bruto de Crédito a clientes</b>	<b>1,104,255</b>	<b>1,190,454</b>
<b>Provisões</b>		
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	(1,142)	(1,114)
Provisões para créditos e juros vencidos	(99,341)	(103,986)
	<b>(100,483)</b>	<b>(105,100)</b>
<b>Valor líquido de Crédito a clientes</b>	<b>1,003,772</b>	<b>1,085,354</b>

No 1º semestre de 2012, o Banco realizou uma operação de venda de parte da sua carteira de crédito, no valor de €167.2 milhões, dos quais ainda faziam parte da sua carteira de ativos €38.1 milhões. Estes créditos encontravam-se provisionados no montante de €37,527 milhões, tendo a operação gerado uma mais-valia no montante de €998 milhares.

O crédito encontra-se provisionado de acordo com as regras de provisionamento definidas no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal (ver Nota 2.10).

O movimento ocorrido nas provisões nos exercícios de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 14 – Provisões e imparidade.

Os juros a receber de adiantamentos efetuados estão incluídos no valor da carteira.

A rubrica de Crédito a Clientes, de acordo com o tipo de garantia, é a seguinte:

	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
<b>Crédito vincendo:</b>		
Crédito com garantias reais	515,471	545,809
Créditos sem garantias	456,653	502,441
Créditos com garantias pessoais	618	588
	<b>972,742</b>	<b>1,048,838</b>
<b>Crédito vencido:</b>		
Crédito com garantias reais	17,713	23,532
Créditos sem garantias	90,661	94,390
Créditos com garantias pessoais	49	65
	<b>108,423</b>	<b>117,987</b>

O justo valor das garantias dos créditos em carteira é o seguinte:

	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
Garantias reais (ver Nota 22)	615,135	648,245
	<b>615,135</b>	<b>648,245</b>

O Banco Credibom considera e classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros corridos que continuem a ser devidos após 5 dias do seu vencimento. A totalidade dos créditos vencidos encontra-se em imparidade, e desagrega-se por classe de atraso temporal (classes do Banco de Portugal), da seguinte forma:

	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
Até 3 meses	3,125	3,216
De 3 meses até 6 meses	1,613	3,422
De 6 meses até 9 meses	3,428	6,023
De 9 meses até 12 meses	7,461	10,946
De 12 meses até 36 meses	59,570	64,233
Mais de 36 meses	33,226	30,147
	<b>108,423</b>	<b>117,987</b>

As taxas de juro médias por tipo de produto para contratos iniciados durante o ano de 2013 e 2012 podem ser analisadas no quadro que se segue:

	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
<b>Canal Longo</b>	<b>10.57%</b>	<b>11.51%</b>
<b>Auto (dos quais):</b>		
Crédito Auto Novos	7.02%	7.67%
Crédito Auto Usados	10.57%	11.22%
Locação financeira e renting	6.37%	6.63%
	<b>Sub-total AUTO</b>	<b>10.07%</b>
<b>Lar (do qual):</b>		
Revolving	14.80%	15.16%
	<b>Sub-total LAR</b>	<b>13.65%</b>
<b>Circuito curto</b>	<b>13.31%</b>	<b>15.05%</b>
<b>Taxa global</b>	<b>10.84%</b>	<b>11.67%</b>

As operações de Locação Financeira e de Aluguer Financeiro, em termos de prazos residuais, são apresentadas da seguinte forma:

	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
<b>Rendas e valores residuais</b>		
Até 1 ano	2,346	1,933
De 1 ano a 5 anos	24,981	25,828
Mais de 5 anos	10,121	11,894
	<b>37,448</b>	<b>39,655</b>
Juros Vincendos	(4,705)	(4,948)
<b>Investimento líquido</b>	<b>32,743</b>	<b>34,707</b>
<b>Capital vincendo</b>		
Até 1 ano	2,287	1,893
De 1 ano a 5 anos	22,213	23,092
Mais de 5 anos	8,242	9,721
	<b>32,742</b>	<b>34,707</b>

## NOTA 14 PROVISÕES E IMPARIDADE

Os movimentos ocorridos nas provisões e imparidades durante os exercícios de 2013 e de 2012 foram os seguintes:

	Saldo em 31.12.12	Reforços	Reposições/ Anulações	Utilizações	Saldo em 31.12.13
Provisões para crédito e juros vencidos	103,986	200,206	(176,636)	(28,215)	99,341
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	1,114	5,529	(5,464)	(37)	1,142
<b>Provisões apresentadas no ativo</b>	<b>105,100</b>	<b>205,735</b>	<b>(182,100)</b>	<b>(28,252)</b>	<b>100,483</b>
Provisões para Riscos Gerais de Crédito	15,499	5,202	(6,299)	(1)	14,401
Provisões para Outros Riscos	8,562	(1,967)	(94)	(9)	6,492
<b>Provisões apresentadas no passivo</b>	<b>24,061</b>	<b>3,235</b>	<b>(6,393)</b>	<b>(10)</b>	<b>20,893</b>
<b>Total de provisões</b>	<b>129,161</b>	<b>208,970</b>	<b>(188,493)</b>	<b>(28,262)</b>	<b>121,376</b>

	Saldo em 31.12.11	Reforços	Reposições/ Anulações	Utilizações	Saldo em 31.12.12
Provisões para crédito e juros vencidos	127,280	225,069	(188,079)	(60,284)	103,986
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	1,188	7,279	(7,290)	(63)	1,114
<b>Provisões apresentadas no ativo</b>	<b>128,468</b>	<b>232,348</b>	<b>(195,369)</b>	<b>(60,347)</b>	<b>105,100</b>
Provisões para Riscos Gerais de Crédito	17,665	5,173	(7,188)	(151)	15,499
Provisões para Outros Riscos	11,010	(2,317)	(139)	-	8,562
<b>Provisões apresentadas no passivo</b>	<b>28,675</b>	<b>2,856</b>	<b>(7,327)</b>	<b>(151)</b>	<b>24,061</b>
<b>Total de provisões</b>	<b>157,143</b>	<b>235,204</b>	<b>(202,696)</b>	<b>(60,498)</b>	<b>129,161</b>

## NOTA 15 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O Banco transferiu em Junho de 2013 um imóvel de Ativos Fixos Tangíveis para Propriedade de Investimento, uma vez que deixou de utilizar o ativo no exercício da sua atividade, passando a ter como objetivo a obtenção de rendas do mesmo.

Saldo em 31.12.12								
	Valor bruto	Imparidade e Amortizações acumuladas	Aquisições	Imparidade e Amortizações do exercício	Alienações/ abates (liq)	Reg.	Transferências	Valor líquido em 31.12.13
Propriedades de investimento	-	-	1,008	(644)	-	-	1,927	2,291
	-	-	1,008	(644)	-	-	1,927	2,291

## NOTA 16 OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido na rubrica de ativos tangíveis registados durante os exercícios de 2013 e de 2012 é como segue:

### Saldo em 31.12.12

	Valor bruto	Amor- tizações acumula- das	Aquisições	Amor- tizações do ex- ercício	Alien- ações/ abates (liq)	Reg.	Trans- ferências	Valor líquido em 31.12.13
Imóveis em locação financeira	2,500	(560)	-	560	(573)	-	(1,927)	-
Obras em edifícios arrendados	1,242	(698)	-	551	(927)	-	1,005	1,173
Equipamento:								
Mobiliário e material	1,254	(1,125)	1	243	(352)	-	283	304
Máquinas e ferramentas	220	(198)	-	7	(17)	-	-	12
Equipamento informático	3,793	(2,723)	82	(388)	(71)	-	45	738
Instalações interiores	1,120	(986)	-	(48)	-	-	81	166
Equipamento de segurança	134	(112)	-	(14)	-	-	103	111
Material de transporte	-	-	484	(18)	-	-	-	466
Outro equipamento	116	(116)	-	-	-	-	-	-
Património artístico	27	(27)	-	-	-	-	-	-
Em curso	-	-	1,242	-	-	-	(1,238)	4
	<b>10,406</b>	<b>(6,545)</b>	<b>1,809</b>	<b>893</b>	<b>(1,940)</b>	<b>-</b>	<b>(1,649)</b>	<b>2,974</b>

### Saldo em 31.12.11

	Valor bruto	Amor- tizações acumula- das	Aquisições	Amor- tizações do ex- ercício	Alienações/ abates (liq)	Reg.	Trans- ferências	Valor líquido em 31.12.12
Imóveis em locação financeira	2,500	(405)	(405)	(155)	-	-	-	1,940
Obras em edifícios arrendados	927	(621)	(621)	(77)	-	-	-	544
Equipamento:								
Mobiliário e material	1,202	(1,031)	(1,031)	(94)	-	-	-	129
Máquinas e ferramentas	208	(187)	(187)	(11)	-	-	-	22
Equipamento informático	3,725	(2,838)	(2,838)	115	(520)	-	-	1,070
Instalações interiores	1,057	(913)	(913)	(75)	-	-	-	132
Equipamento de segurança	112	(102)	(102)	(10)	-	-	-	23
Outro equipamento	116	(115)	(115)	-	-	-	-	1
Património artístico	27	(24)	(24)	(3)	-	-	-	-
	<b>9,874</b>	<b>(6,236)</b>	<b>(6,236)</b>	<b>(310)</b>	<b>(520)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3,861</b>

## NOTA 17 GOODWILL E ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no *goodwill* e nos ativos intangíveis registados durante os exercícios de 2013 e de 2012 é como segue:

### Saldo em 31.12.12

	Valor bruto	Amor- tizações acumula- das	Aquisições	Amor- tizações do ex- ercício	Alien- ações/ abates (liq)	Transferên- cias	Impari- dades	Valor líquido em 31.12.13
<i>Goodwill</i>	52,205	(52,205)	-	-	-	-	-	-
Despesas de constituição	38	(38)	-	-	-	-	-	-
Custos plurianuais	207	(207)	-	-	-	-	-	-
Despesas de invest. e desenv.	479	(479)	-	-	-	-	-	-
Síst. Trat. Aut. Dados	3,146	(1,494)	46	(1,100)	-	1,788	-	2,386
Imobilizado em curso	1,623	-	500	-	-	(2,085)	-	38
	<b>5,492</b>	<b>(2,218)</b>	<b>546</b>	<b>(1,100)</b>	<b>-</b>	<b>(296)</b>	<b>-</b>	<b>2,424</b>

### Saldo em 31.12.11

	Valor bruto	Amor- tizações acumula- das	Aquisições	Amor- tizações do ex- ercício	Alien- ações/ abates (liq)	Transferên- cias	Impari- dades	Valor líquido em 31.12.12
<i>Goodwill</i>	52,205	-	-	-	-	-	-	(2,568)
Despesas de constituição	38	-	-	-	-	-	-	-
Custos plurianuais	208	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de invest. e desenv.	479	-	-	-	-	-	-	-
Síst. Trat. Aut. Dados	25,305	20,503	1,101	1,101	(24,407)	(24,407)	1,147	-
Imobilizado em curso	2,195	-	575	575	-	-	(1,147)	-
	<b>28,225</b>	<b>20,503</b>	<b>1,676</b>	<b>1,676</b>	<b>(24,407)</b>	<b>(24,407)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A rubrica de *goodwill* diz respeito à seguinte transação:

A 30 de Junho de 2005 o Banco adquiriu ao Grupo Millennium BCP, a Crédilar – Instituição Financeira de Crédito, SA, com sede na Rua Gonçalo Sampaio, nº 159, 1º andar, Porto, pelo montante de €65 milhões. Conforme referido na introdução deste Anexo, por escritura de 13 de Janeiro de 2006 o Banco procedeu à fusão por incorporação da Crédilar – Instituição Financeira de Crédito, SA, a qual teve efeitos a partir de 1 de Julho de 2005, tendo-se apurado um *goodwill* calculado da seguinte forma (em milhares de euros):

	<b>Goodwil</b>
Valor de aquisição	65,000
Custos de aquisição	420
Capital social da Crédilar em 30 de Junho de 2005	(12,600)
Resultado líquido da Crédilar em 30 de Junho de 2005	(874)
Reconhecimento de ajustamentos do Fundo de Pensões	259
<i>Goodwill</i> apurado	52,205
Perda por imparidade em 2009	(4,356)
<i>Goodwill</i> - Valor líquido em 31 de Dezembro de 2009	47,849
Perda por imparidade em 2010	(26,594)
<i>Goodwill</i> - Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010	21,256
Perda por imparidade em 2011	(18,688)
<i>Goodwill</i> - Valor líquido em 31 de Dezembro de 2011	2,568
Perda por imparidade em 2012	(2,568)
<i>Goodwill</i> - Valor líquido em 31 de Dezembro de 2012	-

De acordo com o IFRS 3, o *goodwill* gerado em concentrações empresariais é sujeito a testes de imparidade, não sendo permitido o seu abate, imediato ou faseado, aos capitais próprios.

Em 2013, a quantia escriturada do ativo é nula pelo que o *goodwill* não foi sujeito ao teste de imparidade

Os principais projetos que se encontram contabilizados em Ativos intangíveis em curso, nos exercícios de 2013 e de 2012, são maioritariamente referentes a *software* de suporte a produtos específicos, cujo custo é determinado de modo fiável e os quais irão gerar benefícios económicos futuros.

Assim, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de Ativos intangíveis – imobilizado em curso é composta pelos seguintes projetos:

	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
ACO / JDE	-	16
Central Compras	-	4
Sales Force II	30	19
Ferramentas Recuperação	-	1
Basel II	-	1,463
Projeto B2B	-	120
Faturação Obrigatória	8	-
<b>Imobilizado em curso</b>	<b>38</b>	<b>1,623</b>

O projeto Sales Force II tem como objetivo implementar a atual ferramenta CRM do Banco Credibom (Salesforce.Com) no Circuito Longo, de modo a potenciar o processo de angariação de parceiros, e processos de suporte à concretização de produção. A data prevista para conclusão deste projeto é Junho de 2014.

O projeto Faturação Obrigatória consiste na alteração do aplicativo de faturação para garantir o cumprimento das regras de faturação dos Decretos de Lei n.º 197/2012 e n.º 198/2012, com data de conclusão prevista para Junho de 2014.

## NOTA 18 IMPOSTOS ATIVOS E PASSIVOS

A origem dos saldos em balanço dos impostos correntes e diferidos, ativos e passivos, pode ser vista no quadro que se segue:

	31.12.13		31.12.12	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
<b>Impostos correntes</b>				
IRC	-	1,185	-	1,070
<b>Impostos diferidos</b>				
Prémios de antiguidade	361	-	336	-
Plano Médico	13	-	9	-
Provisões tributadas	2,658	-	2,720	-
Imparidade	2,034	-	2,561	-
Imobilizado	164	-	62	-
Venda da Carteira	144	-	-	-
Propriedade de Investimento	74	-	-	-
Outros	154	-	277	-
	<b>5,602</b>	<b>-</b>	<b>5,965</b>	
<b>Total de impostos em balanço</b>	<b>5,602</b>	<b>1,185</b>	<b>5,965</b>	<b>1,070</b>

## NOTA 19 OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

A decomposição da rubrica Outros Ativos encontra-se no quadro que se segue:

	31.12.13	31.12.12	01.01.12
		Reexpresso	Reexpresso
<b>Outros Ativos</b>			
Devedores e outras aplicações	4,686	5,091	11,942
Outros ativos - imóveis	3,430	3,430	3,430
Imparidades dos outros ativos - imóveis	(1,283)	(1,057)	(678)
	<b>6,833</b>	<b>7,464</b>	<b>14,694</b>
<b>Rendimentos a receber</b>			
Outros rendimentos a receber	271	540	221
Despesas com encargo diferido			
Fundo de pensões (ver Nota 24)	593	1,617	2,641
Outras rendas	124	22	21
Outras	489	880	709
	<b>1,206</b>	<b>2,519</b>	<b>3,371</b>
<b>Fundo de pensões (ver Nota 24)</b>			
Responsabilidades com pensões	(36,755)	(31,358)	-
Outras Responsabilidades com pensões	5	5	-
Valor patrimonial do Fundo	45,369	43,227	-
Remensurações	-	-	7,302
Fundo - Valores a transferir	-	-	-
	<b>8,619</b>	<b>11,874</b>	<b>7,302</b>
<b>Outras contas de regularização</b>			
Outras operações a regularizar	1,079	1,003	-
	<b>18,008</b>	<b>23,400</b>	<b>25,588</b>

A decomposição da rubrica Outros Passivos, encontra-se no quadro que se segue:

	31.12.13	31.12.12
<b>Credores e outros recursos</b>		
Setor Público administrativo	1,269	1,219
Cobranças por conta de terceiros	7	7
Contribuições p/out sistema de saúde	58	56
Credores diversos	3,168	2,669
	<b>4,502</b>	<b>3,951</b>
<b>Encargos a pagar</b>		
Outros encargos a pagar	<b>13,644</b>	<b>12,239</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Outras operações a regularizar	<b>8,404</b>	<b>9,506</b>
	<b>26,550</b>	<b>25,696</b>

Na rubrica Credores diversos está refletido o capital em dívida da locação financeira efetuada em 2003 para aquisição do 2º andar das instalações Algés. No quadro seguinte está detalhado o capital em dívida à data do balanço, de acordo com o respetivo prazo de vencimento

	31.12.13	31.12.12
Até 1 ano	223	218
De 1 a 5 anos	253	476
	<b>476</b>	<b>694</b>

## NOTA 20 RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.13	31.12.12
<b>Recursos de IC's no País:</b>		
Empréstimos	-	-
Outros recursos	3,625	1,345
<b>Recursos de IC's no Estrangeiro:</b>		
Empréstimos obtidos (ver Nota 27)	801,500	892,015
<b>Juros a Pagar</b>	8,653	10,978
	<b>813,778</b>	<b>904,338</b>

Os Empréstimos obtidos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 decompõem-se em 71 e 69 linhas de *funding*, respetivamente, obtidas junto do acionista CACF, com as maturidades dos seus *cash flows* futuros descritas na Nota 3.4. A taxa média ponderada em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é de 2.99% e de 3.28%, respetivamente.

## NOTA 21 OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
Suprimento subordinado nº 1	9,000	9,000
Suprimento subordinado nº 4	3,000	3,000
Suprimento subordinado nº 5	5,100	5,100
Suprimento subordinado nº 6	10,000	10,000
Juros de passivos subordinados	66	64
	<b>27,166</b>	<b>27,164</b>

### “Suprimento subordinado nº 1”

Em 14 de Janeiro de 2005, o Banco emitiu um suprimento perpétuo subordinado no montante de €9 milhões, por período indeterminado. Os juros vencem-se trimestral e postecipadamente em 14 de Abril, 14 de Julho, 14 de Outubro e 14 de Janeiro de cada ano, sendo calculado por referência à taxa de juro Euribor a 3 meses, acrescidas de um *spread* de 1.50% ou de 2.25%, para os primeiros cinco anos ou do quinto ao décimo ano, respetivamente. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2013 é de 2.477% (31 de Dezembro de 2012: 2.460%).

### “Suprimento subordinado nº 4”

Em 30 de Junho de 2008, o Banco emitiu um suprimento subordinado no montante de €3 milhões, por um período de 10 anos. Os juros vencem-se trimestral e postecipadamente em 30 de Junho, 30 de Setembro, 31 de Dezembro e 31 de Março de cada ano, sendo calculado com referência à taxa de juro Euribor a 3 meses, acrescida de um *spread* de 2.125%. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2013 é de 2.419% (31 de Dezembro de 2012: 2.310%).

### “Suprimento subordinado nº 5”

Em 13 de Agosto de 2010, o Banco emitiu um suprimento subordinado no montante de €5.1 milhões, por um período de 10 anos. Os juros vencem-se trimestral e postecipadamente em 13 de Agosto, 13 de Novembro, 13 de Fevereiro e 13 de Maio de cada ano, sendo calculado com referência à taxa de juro Euribor a 3 meses, acrescida de um *spread* de 2%. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2013 é de 2.218% (31 de Dezembro de 2012: 2.193%).

### “Suprimento subordinado nº 6”

Em 30 de Setembro de 2010, o Banco emitiu um suprimento subordinado no montante de €10 milhões, por um período de 10 anos. Os juros vencem-se trimestral e postecipadamente em 30 de Setembro, 31 de Dezembro, 31 de Março e 30 de Junho de cada ano, sendo calculado com referência à taxa de juro Euribor a 3 meses, acrescida de um *spread* de 2%. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2013 é de 2.294% (31 de Dezembro de 2012: 2.185%).

## NOTA 22 EXTRAPATRIMONIAIS

A situação extrapatrimonial do Banco é resumida na seguinte tabela:

	31.12.13	31.12.12
<b>Garantias recebidas</b>		
Garantias reais - ativos recebidos em garantia (ver Nota 13)	615,135	648,245
	<b>615,135</b>	<b>648,245</b>
<b>Compromissos perante terceiros</b>		
Linhas de crédito revogáveis	39,114	201,082
Outros compromissos revogáveis	148	147
	<b>39,262</b>	<b>201,229</b>
<b>Compromissos assumidos por terceiros</b>		
Linhas de crédito revogáveis	20,000	4,984
	<b>20,000</b>	<b>4,984</b>
<b>Outras contas extrapatrimoniais</b>		
Créditos abatidos ao ativo	104,642	79,715
Juros vencidos abatidos ao ativo	21,912	24,190
Rendas vincendas de operações de locação financeira	44,067	46,462
Contas diversas	(845,017)	(1,004,825)
	<b>(674,396)</b>	<b>(854,458)</b>

Os Compromissos perante terceiros decompõem-se em linhas de crédito revogáveis e outros compromissos revogáveis. Nas linhas de crédito revogáveis estão contabilizados os *plafonds* não utilizados dos clientes associados ao produto *revolving*. Nos outros compromissos revogáveis estão os *plafonds* não utilizados dos cartões de crédito dos empregados. A condição de revogável consiste no facto de ser possível o seu cancelamento ou alteração com o acordo expresso de alguma das partes envolvidas.

Os Compromissos assumidos por terceiros detalham-se em linhas de crédito revogáveis, que dizem respeito a um acordo contratual efetuado com a CACF, pelo qual a conta de depósito à ordem pode ter um saldo devedor até ao montante de €4,984 milhares.

As contas diversas representam, em conformidade com a legislação em vigor, as contrapartidas de todos os restantes movimentos.

## NOTA 23 HONORÁRIOS PAGOS AOS AUDITORES

Os custos relativamente aos honorários pagos à Sociedade de Revisores oficiais de Contas a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 encontram-se discriminados da seguinte forma:

	31.12.13	31.12.12
Revisão Legal de Contas	65	65
Outros Projetos	5	4
Consultoria Fiscal	37	35
	<b>107</b>	<b>104</b>

O valor de Revisão Legal de Contas inclui os serviços no âmbito da emissão da certificação legal das contas, dos relatórios sobre imparidade sobre a carteira de crédito e do sistema de controlo interno.

## NOTA 24 PENSÕES DE REFORMA, SOBREVIVÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS

De acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, procedeu-se à transferência para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011 previstas no regime de segurança social substitutivo constante dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho vigentes no setor bancário. Desta forma, a Segurança Social ficou responsável, a partir de 1 de Janeiro de 2012, pelas referidas pensões, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de Dezembro de 2011.

Para pagamento das responsabilidades assumidas pela Segurança Social foram transmitidos para o Estado, os ativos dos fundos de pensões das instituições financeiras em causa, calculados de acordo com os termos e condições das transferências dos ativos que foram definidos.

O valor total transferido ascendeu a €4,129 milhares, sendo que em Dezembro de 2011 foi transferido 55% deste valor, ou seja, €2,271 milhares. Os restantes 45% (€1,858 milhares) foram transferidos em Junho de 2012.

Conforme referido na Nota 2.12 o Banco assumiu responsabilidades pelo pagamento de Pensões de reforma por invalidez ou velhice e pensões de sobrevivência.

A determinação do montante das responsabilidades por serviços passados de colaboradores do Banco é efetuada em conformidade com o estabelecido na IAS 19R (IAS 19 Revista).

Nestas circunstâncias, o Banco aderiu, em 1996, como associado ao Fundo de Pensões GES. Este Fundo de Pensões aberto é destinado a empresas do Grupo Espírito Santo sendo gerido pela ESAF - Espírito Santo Fundos de Pensões, SA. Em Dezembro de 2007, o Fundo de Pensões Credibom foi transferido para o Fundo de Pensões aberto Multireforma, continuando a ser gerido pela ESAF - Espírito Santo Fundo Pensões, SA.

Os ativos inicialmente relacionados com o Fundo de Pensões encontram-se no Fundo de Pensões aberto Multireforma, gerido pela ESAF - Espírito Santo Fundo Pensões, SA.

Os principais pressupostos atuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	Pressupostos		Verificados	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
<b>Hipóteses financeiras</b>				
Taxa de rendimento do Fundo	4.00%	4.53%	4.80%	9.79%
Taxa de crescimento salarial	2.00%	2.25%	1.40%	2.37%
Taxa de desconto	4.00%	4.53%	4.00%	4.53%
Taxa de crescimento das pensões	1.25%	1.25%	0.00%	0.00%
Inflação	2.00%	2.00%	0.40%	2.10%
<b>Hipóteses demográficas</b>				
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	-	-
Tábua de invalidez	50% EVK 80	50% EVK 80	-	-
Tábua de turnover	Não utilizada	Não utilizada	-	-
Idade normal da reforma	65 anos	65 anos	-	-
Saída em serviço	Nenhuma	Nenhuma	-	-
<b>Métodos de valorização actuarial</b>	Project Unit Credit Method			

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os pensionistas e colaboradores no ativo e ex-colaboradores com direitos adquiridos, beneficiários de planos de pensões financiados pelos fundo de pensões são em número de:

	31.12.13	31.12.12
Pensionistas por reforma	21	19
Colaboradores no ativo	333	341
Ex-colaboradores com direitos adquiridos	79	74

No ano de 2010, no âmbito do processo de despedimento coletivo ocorrido no Banco, verificou-se a saída de 55 colaboradores ativos e a passagem de 7 colaboradores ativos à situação de reforma. Dado o compromisso assumido pelo Credibom no processo de negociação destas saídas, é sua intenção garantir a este grupo específico de ex-colaboradores uma pensão de reforma calculada de acordo com as regras do plano de pensões do Banco Credibom. Esta pensão foi apurada, assumindo toda a antiguidade no setor bancário até ao momento da rescisão, incluindo todas as rubricas pensionáveis que o colaborador auferia na data da saída.

Em 2013, as 23 saídas ocorridas foram consideradas como ex-colaboradores com direitos adquiridos, tendo para o efeito sido efetuada avaliação considerando o previsto na cláusula 140ª do ACT do Setor Bancário.

A 1 de Janeiro de 2005 o valor total das remensurações (anteriormente denominadas desvios atuariais) acumuladas era positivo e no montante de €388 milhares. O Banco utilizou a exceção prevista no IFRS 1 e optou por reconhecer todas as remensurações diferidas em balanço por contrapartida de resultados transitados. No entanto, ao abrigo do regime transitório estabelecido pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005, até 30 de Junho de 2008 o Banco registou o montante total das remensurações por contrapartida de proveitos diferidos, os quais serão amortizados em resultados transitados de acordo com um plano de amortização de prestações uniformes em 5 anos (com início no exercício de 2006), com exceção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização terá a duração de 7 anos.

Adicionalmente, tendo por base o Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2008, o reconhecimento, em resultados transitados, do impacto que em 30 de Junho de 2008 ainda se encontrava por reconhecer ao abrigo do plano de amortização acima referido, irá ser atingido através de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à duração ali prevista.

A 31 de Dezembro de 2013 encontra-se registado na rubrica de Outros ativos um montante de €593 milhares (2012: €1,617 milhares) relativos ao ajustamento de transição para as NCA (ver Nota 19). Esta rubrica teve o seguinte movimento no exercício de 2013 e 2012:

	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
Saldo inicial	1,617	2,641
Amortização (resultados transitados) - ver Nota 26	(1,024)	(1,024)
Saldo final	<b>593</b>	<b>1,617</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades por serviços passados de colaboradores e a respetiva cobertura do fundo de pensões é como segue:

	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
<b>Responsabilidades totais por serviços passados</b>		
Responsab. por serviços passados de colaboradores reformados	4,118	3,266
Responsab. por serviços passados de colaboradores no ativo	24,386	21,224
Responsab. por serviços passados de Ex-colaboradores com direitos adquiridos	8,251	6,868
	<b>36,755</b>	<b>31,358</b>
<b>Situação patrimonial do fundo de pensões</b>		
Situação inicial	43,227	40,922
Rendimento esperado do fundo de pensões	1,954	2,184
Pensões pagas	(176)	(145)
Remensurações	114	1,868
Contribuições do Banco e dos empregados	250	256
Impacto resultante da transferência do fundo para a Segurança Social	-	(1,858)
	<b>45,369</b>	<b>43,227</b>
<b>Excesso de cobertura</b>	<b>8,616</b>	<b>11,869</b>

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2013 e 2012 no valor atual das responsabilidades por serviços passados foi como segue:

	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
<b>Responsabilidades no início do exercício</b>	31,358	26,010
Custo do serviço corrente	1,084	987
Custo dos juros	1,417	1,492
Remensurações	3,099	2,803
Pensões pagas	(176)	(145)
Diferença entre a estimativa e o real da contribuição colaboradores	(11)	(8)
Reconhecimento da responsabilidade resultante de uma situação de reforma antecipada	76	221
Alterações introduzidas nos contratos adesão nº 29 e nº 30 (alteração regras plano)	(91)	-
Responsabilidades no fim do exercício	<b>36,754</b>	<b>31,358</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 a duração média das responsabilidades destes benefícios é de 28 anos (2012: 30 anos).

Na composição dos ativos do fundo de pensões não se encontra nenhum: (i) ativo que esteja a ser utilizado pelo Banco; e (ii) título emitido pelo Banco.

As remensurações do exercício de 2013 e de 2012 discriminam-se como segue:

	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b> <b>Reexpresso</b>
<b>Remensurações durante o exercício</b>		
Taxa de rendibilidade do fundo	114	1,868
Responsabilidades nas pensões de reforma por invalidez	(3,099)	(2,803)
Responsabilidades no Plano Médico	(1)	8
Impacto resultante da transferência parcial das responsabilidades do fundo de pensões para a Segurança Social	-	-
Responsabilidades no Subsídio de Morte	-	-
Remensurações registadas em Outro Rendimento Integral	<b>(2,986)</b>	<b>(927)</b>

Atendendo à alteração introduzida na IAS 19 (revisão 2011), com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2013, que elimina a possibilidade de utilizar a metodologia do Corredor para registar os ganhos e perdas actuariais, o Banco reconheceu o saldo de remensurações a 31/12/2012 (€6,035 milhares) e as remensurações do ano 2013 (€2,986 milhares) em Outro Rendimento Integral.

Em seguida apresenta-se um quadro-resumo com o impacto das remensurações nos ativos e passivo do plano, decorrente das alterações à IAS 19:

## 31/12/13

	Passivo do plano	JV ativos do plano	Total
A 1 de Janeiro de 2013	31,358	(43,228)	(11,870)
Custo serviço corrente	806	-	806
Custo com juro	1,417	(1,954)	(537)
Contribuição Colaboradores	250	(250)	-
	<b>33,831</b>	<b>(45,432)</b>	<b>(11,601)</b>

## Remensurações:

Retorno dos ativos do plano (exclui juro)	-	(114)	(114)
(ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros	3,414	-	3 414
(ganhos)/perdas ajuste de experiência	(316)	-	(316)
	<b>3,098</b>	<b>(114)</b>	<b>2,984</b>
Benefícios pagos	(176)	176	-
A 31 de Dezembro de 2013	<b>36,753</b>	<b>(45,370)</b>	<b>(8,617)</b>

## 31/12/12

	Passivo do plano	JV ativos do plano	Total
A 1 de Janeiro de 2012	26,011	(39,066)	(13,055)
Custo serviço corrente	942	-	942
Custo com juro	1 492	(2,184)	(692)
Contribuição Colaboradores	255	(255)	-
	<b>28,700</b>	<b>(41,505)</b>	<b>(12,805)</b>

## Remensurações:

Retorno dos ativos do plano (exclui juro)	-	(1,868)	(1,868)
(ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos	108	-	108
(ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros	3,967	-	3 967
(ganhos)/perdas ajuste de experiência	(1,272)	-	(1,272)
	<b>2,803</b>	<b>(1,868)</b>	<b>935</b>
Benefícios pagos	(145)	145	-
A 31 de Dezembro de 2012	<b>31,358</b>	<b>(43,227)</b>	<b>(11,869)</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as demonstrações de resultados do Banco registam na rubrica de Custos com pessoal (Nota 9) os seguintes valores relativos a responsabilidades com pensões de reforma:

	31.12.13	31.12.12 Reexpresso
Custo dos serviços correntes	1,084	987
Custo dos juros	1,417	1,492
Contribuições dos colaboradores	(261)	(266)
Rendimento esperado do fundo de pensões	(1,954)	(2,184)
Alterações introduzidas nos contratos adesão nº 29 e nº 30 (alteração regras plano)	(91)	-
Reconhecimento da responsabilidade resultante de uma situação de reforma antecipada	76	221
<b>Custos com pessoal</b>	<b>270</b>	<b>250</b>

A simulação de um aumento ou diminuição de 1% no custo dos serviços correntes e nas responsabilidades no final do período a 31 de Dezembro de 2013 decompõem-se como segue:

	<b>Aumento</b>	<b>Diminuição</b>
Custo dos serviços correntes	1,095	1,073
Responsabilidades no final do período	37,122	36,387

O investimento do fundo de pensões do Credibom gerido pela ESAF, decompõe-se como segue:

	<b>31.12.13</b>		<b>31.12.12</b>	
	Valor	%	Valor	%
Ações	7,894	17.40%	11,757	27.20%
Obrigações	29,944	66.00%	23,162	53.58%
Outros Ativos	7,531	16.60%	8,308	19.22%
	<b>45,369</b>		<b>43,227</b>	

O retorno esperado nos ativos do plano é determinado considerando o retorno esperado disponível nos ativos subjacente à atual política de investimento. Os rendimentos esperados nos investimentos de juros fixos são baseados no rendimento bruto expetável à data de balanço. Os retornos esperados em investimentos de capitais e mobiliários refletem as taxas de retorno reais de longo prazo obtidas nos respetivos mercados.

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº1-A/2011, de 3 de Janeiro, os trabalhadores bancários, que se encontravam no ativo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) e admitidos no setor antes de 3 de Março de 2009, passaram, a partir de 1 de Janeiro de 2011, a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social (RGSS) para efeitos de proteção nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção, e na velhice.

No sentido desta integração não afetar por um lado os descontos atualmente efetuados pelos empregados bancários para o CAFEB, reduzindo deste modo o seu vencimento líquido, nem imputar às instituições bancárias custos adicionais com a majoração salarial conforme previsto no ponto 5 da Cláusula 92ª do Acordo Colectivo de Trabalho do Setor Bancário (ACTV), foi acordado que o montante de contribuições totais ascenda a 26.60%, repartidos entre os actuais 3% dos colaboradores e os restantes 23.60% a cargo das entidades patronais.

Ficou adicionalmente estipulado que transita para a esfera do Estado a proteção das eventualidades de parentalidade e a velhice, bem como a proteção de doença profissional e desemprego, continuando todos os colaboradores abrangidos pelo SAMS e Fundo Pensões para as restantes eventualidades (doença, invalidez e morte). Desta forma o pagamento da pensão de reforma por velhice passará a ser repartido entre o Banco e o Centro Nacional de Pensões, sendo que este impacto irá alterar a forma de cálculo das responsabilidades dos Fundos de Pensões.

Em termos de cálculo de responsabilidades será considerado o proporcional das pensões em cada período, ou seja, até à data de transição manter-se-á a pensão ACT e após esta data considera-se a pensão complementar determinada pela diferença entre a pensão ACT e a pensão da Segurança Social.

Se considerássemos o plano de pensões do Banco Credibom em vigor a 31 de Dezembro de 2013, o custo normal estimado para 2014, para os benefícios que são financiados pelo fundo de pensões, seria de €2,641 milhares.

Importa no entanto referir que no caso específico do Banco Credibom, e pelo facto do seu benefício ser superior às pensões atribuídas pelo plano ACT, não existem ganhos referentes às responsabilidades por serviços passados.

Os valores anteriormente divulgados, foram apurados com base na informação fornecida pela ESAF a 3 de Janeiro de 2014, na qual o valor da UP a 31 de Dezembro de 2013 era de €11.0830.

## NOTA 25 CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o capital está representado por 24.800.000 acções de valor nominal unitário de €5, encontrando-se totalmente subscrito e realizado pelo acionista único CACF.

## NOTA 26 RESERVAS

Os saldos das contas de reservas e resultados transitados decompõem-se como segue:

	31.12.13	31.12.12 Reexpresso
Outros instrumentos de capital	-	(195)
Reserva legal	1,498	-
Outras reservas	1,498	(195)
Resultados transitados	5,310	5,022
	<b>6,808</b>	<b>4,828</b>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	31.12.13	31.12.12 Reexpresso
<b>Outras reservas</b>		
Saldo abertura	(195)	10,084
Transferência de Resultados Transitados para Reserva Legal	1,498	-
Transferência de reserva legal para resultados transitados	195	(10,279)
<b>Saldo fecho</b>	<b>1,498</b>	<b>(195)</b>
<b>Resultados Transitados</b>		
Saldo abertura	-	(6,786)
Alterações de política contabilística - Fundo de Pensões - IAS 19 Revisto	-	7,302
Resultado líquido ano anterior	-	(3,835)
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2012 reexpresso</b>	<b>-</b>	<b>(3,319)</b>
Saldo abertura	5,022	
Alterações de política contabilística - Fundo de Pensões - IAS 19 Revisto	-	
Resultado líquido ano anterior	14,641	
Transferência para reserva legal	(1,498)	-
Distribuição Resultados	(8,661)	-
Transferência de reserva legal	(195)	10,279
Outros ajustamentos	10	13
Alteração política contabilística remensurações fundo pensões	(2,986)	(927)
Amortização do dif. de responsabilidades com pensões (ver Nota 24)	(1,024)	(1,024)
	5,310	5,022
<b>Total de outras reservas e resultados transitados</b>	<b>6,808</b>	<b>4,828</b>

Por proposta do Conselho de Administração aprovada na Assembleia Geral de 30 de Março de 2013, o resultado do exercício de 2012 foi aplicado da seguinte forma:

Para reserva legal	1,498
Para distribuição de dividendos	8,661
Para resultados transitados	4,821
<b>Resultado do exercício de 2012</b>	<b>14,980</b>

Conforme descrito na Nota 1, o resultado aprovado do exercício de 2012 passou de € 14,980 milhares para €14,641 milhares, decorrente da aplicação da IAS 19R.

## NOTA 27 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Resumem-se como segue os saldos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, relativos às transações verificadas com partes relacionadas:

	Comissão Executiva		CACF	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
<b>Balanco</b>				
<b>Ativo</b>	-	-	71	-
Disponibilidades	-	-	0	11
Devedores diversos	-	-	<b>71</b>	<b>11</b>
<b>Passivo</b>	-	-	828,600	919,115
Empréstimos	-	-	8,719	11,042
Encargos a pagar	1,082	1,004	-	-
Valor do Fundo de Pensões	26	23	-	-
Plano Médico	37	34	-	-
Prémio de Antiguidade	5	5	-	-
Subsídio de Morte	<b>1,150</b>	<b>1,065</b>	<b>837,319</b>	<b>930,157</b>
<b>Demonstração de resultados</b>				
<b>Custos</b>	-	-	27,794	37,236
Juros e encargos financeiros	589	497	-	-
Remunerações dos órgãos de gestão	35	30	-	-
Fundo de Pensões	1	1	-	-
Plano Médico	1	1	-	-
Prémio de Antiguidade	0	1	-	-
Subsídio de Morte	39	38	-	-
Aluguer de Viaturas	-	-	348	113
Comissões de Gestão	-	-	-	-
<b>Proveitos</b>	-	-	(7)	(30)
Juros e rendimentos similares	<b>665</b>	<b>568</b>	<b>28,135</b>	<b>37,319</b>

## NOTA 28 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

### POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

O Banco Credibom assenta a política de remunerações dos Órgãos de Gestão baseado nas orientações estratégicas do seu acionista único.

#### Membros não Executivos da Administração

Pelo facto dos membros não executivos do Conselho de Administração não terem responsabilidades na operacionalização das estratégias definidas, não existe sistema de remuneração destes no Credibom.

#### Membros Executivos da Administração – Comissão Executiva

A remuneração destes membros é composta por uma componente fixa e outra variável, sendo que esta é anualmente liquidada com base em objetivos previamente definidos. Em qualquer dos casos, a decisão das mesmas encontra-se no âmbito do acionista único.

#### Membros do Conselho Fiscal

À exceção do membro independente que auferir uma remuneração fixa anual, aprovada pela Assembleia Geral no início de cada mandato, os restantes membros do Conselho Fiscal do Credibom não auferem qualquer tipo de remuneração, direta ou indiretamente, pelo exercício das suas funções, sendo remunerados pelas funções exercidas em outras empresas do Grupo.

De modo a dar cumprimento à legislação e em conformidade com as melhores práticas, a Comissão de Remunerações do Banco Credibom tem preparado um documento com a definição da política de remunerações dos Órgãos de Gestão e Fiscalização, o qual será objeto de análise e aprovação na Assembleia Geral que irá decorrer no próximo mês de Março de 2014.

### REMUNERAÇÃO ANUAL FIXA DOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA

A remuneração anual fixa agregada dos membros da Comissão Executiva no ano 2013 foi de € 589,257, individualizada da seguinte forma:

Dr. João Miguel dos Santos Leandro:	€ 221,006
Eng.º Jorge Monreal Fontes:	€ 168,298
Dr. Philippe Durand	€ 199,953

### REMUNERAÇÃO ANUAL VARIÁVEL DOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA

#### Distribuição de Resultados (Participação nos Lucros)

Dr. João Miguel dos Santos Leandro	€ 100,674
Eng.º Jorge Monreal Fontes	€ 48,960
Dr. Philippe Durand	€ 41,905

## Remunerações de 2013

Unidade Operacional	N.º Colab. Afetos	Fixa	Variável
Comissão Executiva - Secretariado	1	26	3
Direção Coordenação Comercial	50	1,620	686
Direção Coordenação de Crédito	52	1,036	246
Direção de Coordenação de Risco	98	2,056	530
Direção de Coordenação de Clientes	54	1,104	216
Direção de Controlo Permanente	10	278	38
Direção de Desenvolvimento	14	472	61
Direção de Organização e Projetos	14	395	49
Direção de Recursos Humanos & Logística	9	279	47
Direção de Sistemas	18	534	77
Gabinete de Auditoria Interna	3	85	10
Direção de Plan. Controlo de Gestão	7	237	34
Direção Financeira	14	315	53
	<b>344</b>	<b>8,437</b>	<b>2,050</b>

## NOTA 29 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui as seguintes componentes:

	31.12.13	31.12.12
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	2
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4,947	3,940
	<b>4,949</b>	<b>3,942</b>

## NOTA 30 PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

### Políticas contabilísticas de reconhecimento dos proveitos e dos custos:

As políticas contabilísticas seguidas pelo Banco de reconhecimento dos proveitos (comissões) são as seguintes:

Comissões mensais - Faturadas aos clientes e reconhecidas em resultados mensalmente de acordo com as informações enviadas pelas seguradoras;

### Total das remunerações recebidas, desagregadas por natureza e por tipo:

As remunerações recebidas são em numerário e relativas a comissões.

**Total das comissões desagregadas por ramos e seguradoras:**

## Comissões Seguro

	31.12.13	31.12.12
CACI	(3 073)	(2 970)
Mapfre	(3)	(6)
Tranquilidade	0	1
<b>Total</b>	<b>(3,076)</b>	<b>(2,975)</b>

## Seguros Vida / Não Vida

	Vida	Não Vida	Total
CACI	(3,073)	(1,048)	(3,073)
Mapfre	-	(3)	(3)
Tranquilidade	0	-	0
<b>Total</b>	<b>(2,025)</b>	<b>(1,051)</b>	<b>(3,076)</b>

**Valores das contas “clientes”:**

Não aplicável, pois na sua qualidade de mediador de seguros o Banco não tem poder de cobrança. Os prémios dos seguros são pagos pela sua totalidade pelo Banco, enquanto tomador de seguro, diretamente às seguradoras.

**Saldo de comissões a receber em 31 de Dezembro de 2013:**

O valor das Comissões mensais a receber a 31 de Dezembro de 2013 era de €363 milhares, relativos aos últimos dois meses do semestre.

O saldo referido acima, que se encontra registado na rubrica de Acréscimo de proveitos diz respeito aos valores reconhecidos em 2013, pendentes de documentação, facturação, mas resultam da melhor estimativa efetuada com base nos contratos em vigor, bem como em informação enviada pelas seguradoras.

## NOTA 31

### NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

São as seguintes as normas, alterações e interpretações, cuja aplicação se tornou obrigatória no exercício de 2013:

**NORMAS:**

- **IAS 1** (alteração), ‘Apresentação de demonstrações financeiras’. Esta alteração modifica a apresentação de itens contabilizados como Outros rendimentos integrais (ORI), ao exigir às Entidades que separem os itens contabilizados em ORI, em função de serem, ou não, reciclados no futuro por resultados do exercício, bem como o respetivo efeito do imposto, quando os itens sejam apresentados pelo valor bruto. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

- **IAS 12** (alteração), ‘Imposto sobre o rendimento’. Esta alteração requer que uma Entidade mensure o imposto diferido relacionado com um ativo, atendendo à forma como a Entidade espere vir a realizar o valor contabilístico do ativo através do uso ou da venda. A alteração também incorpora as orientações contabilísticas da SIC 21 na IAS 12, sendo esta primeira revogada. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras do Banco.
- **IAS 9** (revisão), ‘Benefícios dos empregados’. Esta revisão à IAS 19 introduz alterações significativas no reconhecimento e mensuração de gastos com planos de benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações para todos os benefícios dos empregados. Os desvios atuariais são reconhecidos de imediato, e apenas, em Outros rendimento integrais (o método do corredor deixa de ser permitido). O custo financeiro dos planos de benefícios definidos com fundos constituídos é calculado com base no valor líquido das responsabilidades não fundeadas. Os benefícios de cessação de emprego apenas são reconhecidos, quando cessa a obrigação do empregado prestar serviço no futuro. A adoção desta alteração teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.
- **Melhorias às normas 2009 – 2011**, O ciclo de melhorias anuais, afeta os seguintes normativos: IFRS 1 (segunda adoção da IFRS 1 e respetivas isenções), IAS 1 (apresentação de demonstrações financeiras adicionais quando uma alteração de política contabilística é obrigatória ou voluntária), IAS 16 (classificação de peças de reserva e equipamento de serviço quando a definição de ativo fixo tangível é cumprida), IAS 32 (classificação de impactos fiscais relacionados com transações que envolvem Capitais próprios ou Dividendos), e IAS 34 (isenção de divulgação de ativos e passivos por segmento). Estas melhorias serão adotadas pelo Banco, quando aplicáveis, exceto quanto às melhorias à IFRS 1 por o Banco já aplicar IFRS.
- **IFRS 1** (alteração) ‘Adoção pela primeira vez das IFRS’. Esta alteração cria uma isenção adicional, para os casos em que uma Entidade que tenha sido sujeita a hiperinflação severa, apresenta Demonstrações Financeiras IFRS pela primeira vez. A outra alteração reporta-se à substituição de referências a uma data fixa por ‘data de transição para IFRS’, nas isenções à adoção retrospectiva. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras do Banco.
- **IFRS 1** (alteração), ‘adoção pela primeira vez das IFRS – Empréstimos do Governo’. Esta alteração clarifica a forma como um adotante pela primeira vez contabiliza um empréstimo do Governo com taxas de juro inferiores às taxas de juro de mercado, na transição para IFRS. A alteração introduz uma exceção à aplicação retrospectiva das IFRS, atribuindo a mesma dispensa de aplicação que havia sido concedida aos preparadores de Demonstrações Financeiras em IFRS em 2009. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras do Banco.
- **IFRS 7** (alteração) ‘Divulgações – Compensação de ativos e passivos financeiros’. Esta alteração faz parte do projeto de “compensação de ativos e passivos financeiros” do IASB, e introduz novos requisitos de divulgação sobre o direito de uma Entidade compensar (ativos e passivos), as quantias compensadas, e os seus efeitos na exposição ao risco de crédito. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras do Banco.
- **IFRS 13** (nova), ‘Justo valor: mensuração e divulgação’. A IFRS 13 tem como objetivo melhorar a consistência das demonstrações financeiras, ao apresentar uma definição precisa de justo valor e uma única fonte de mensuração de justo valor, assim como as exigências de divulgação a aplicar transversalmente a todas as IFRS. A adoção desta alteração teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

**b) Normas, alterações a normas existentes e interpretações que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para o Banco, para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014, ou em data posterior, que Banco não adotou antecipadamente:**

- **IFRS 12** (nova), ‘Divulgação de interesses em outras entidades’ (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todas as naturezas de interesses em outras entidades, como: subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas, de forma a permitir a avaliação da natureza, riscos e efeitos financeiros associados aos interesses da Entidade. O Banco irá aplicar a IFRS 12 no período anual em que esta se tornar efetiva.
- **Alterações à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12**, ‘Regime de transição’ (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta alteração clarifica que, quando um tratamento contabilístico diferente das orientações da IAS 27/SIC 12 resultar da adoção da IFRS 10, os comparativos apenas devem ser ajustados para o período contabilístico imediatamente precedente, sendo as diferenças apuradas reconhecidas no início do período comparativo, em Capitais próprios. A alteração introduzida na IFRS 11, refere-se à obrigação de testar para imparidade o investimento financeiro que resulte da descontinuação da consolidação proporcional. Os requisitos de divulgação específicos estão incluídos na IFRS 12. O Banco irá aplicar estas alterações no início do período anual em que se tornar efetivas.
- **IAS 27** (revisão 2011), ‘Demonstrações financeiras separadas’ (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IAS 27 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 10, e contém os requisitos de contabilização e divulgação para os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, quando a Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. O Banco irá aplicar esta revisão à norma no início do período anual em que se tornar efetiva.
- **IAS 28** (revisão 2011), ‘Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IAS 28 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 11, e prescreve o tratamento contabilístico para investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, definindo ainda os requisitos de aplicação do método de equivalência patrimonial. O Banco irá aplicar esta revisão à norma no início do período anual em que se tornar efetiva.
- **IAS 32** (alteração) ‘Compensação de ativos e passivos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta alteração faz parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB, o qual visa clarificar a noção de “deter atualmente o direito legal de compensação”, e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (as câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. O Banco irá aplicar este normativo no início do período anual em que o mesmo se tornar efetivo.
- **IAS 36** (alteração) ‘Divulgação do valor recuperável para ativos não financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta alteração trata da divulgação de informação sobre o valor recuperável de ativos em imparidade, quando este tenha sido mensurado através do modelo do justo valor menos custos de vender. Não é exetável que esta alteração venha a ter impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

- **IAS 39** (alteração) ‘Novação de derivativos e continuidade da contabilidade de cobertura’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). A alteração à IAS 39 permite que uma Entidade mantenha a contabilização de cobertura, quando a contraparte de um derivado que tenha sido designado como instrumento de cobertura, seja alterada para uma câmara de compensação, ou equivalente, como consequência da aplicação de uma lei ou regulamentação. Não é exetável que esta alteração venha a ter impactos nas demonstrações financeiras do Banco.
- **Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27** - ‘Sociedades de investimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). A alteração define uma Sociedade de investimento (‘Investment entities’) e introduz uma exceção à aplicação da consolidação no âmbito da IFRS 10, para as entidades que qualifiquem como as Sociedades de investimento, cujos investimentos em subsidiárias devem ser mensurados ao justo valor através de resultados do exercício, por referência à IAS 39. Divulgação específicas exigidas pela IFRS 12. Não é exetável que esta alteração venha a ter impactos nas demonstrações financeiras do Banco.
- **IAS 19** (alteração), ‘Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições são independentes do número de anos de serviço. O Banco irá aplicar este normativo no início do período anual em que o mesmo se tornar efetivo.
- **Melhorias às normas 2010 - 2012**, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2014). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38 O Banco irá aplicar este normativo no início do período anual em que o mesmo se tornar efetivo.
- **Melhorias às normas 2011 - 2013**, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2014). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40. O Banco irá aplicar este normativo no início do período anual em que o mesmo se tornar efetivo.
- **IFRS 9** (nova), ‘Instrumentos financeiros – classificação e mensuração’ (data de aplicação ainda não definida). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 corresponde à primeira parte do novo normativo IFRS para instrumentos financeiros, a qual prevê a existência de duas categorias de mensuração: custo amortizado e justo valor. Todos os instrumentos de capital próprio são mensurados ao justo valor. Os instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detenha para receber fluxos de caixa contratuais, e os fluxos de caixa correspondam a capital/valor nominal e juros. Caso contrário, os instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor através de resultados. O Banco irá aplicar a IFRS 9 no exercício em que esta se tornar efetiva.
- **IFRS 9** (alteração), ‘Instrumentos financeiros – contabilidade de cobertura’ (data de aplicação ainda não definida). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração corresponde à terceira fase da IFRS 9, e reflete uma revisão substancial das regras de contabilidade de cobertura da IAS 39, eliminando a avaliação quantitativa da eficácia da cobertura, permitindo que um maior número de itens possa ser elegível como itens cobertos, e permitindo o diferimento de determinados impactos de instrumentos de cobertura em Outros rendimentos integrais. Esta alteração visa aproximar a contabilidade de cobertura às práticas de gestão de risco da Entidade. O Banco irá aplicar este normativo no início do período anual em que o mesmo se tornar efetivo.

### Interpretações

- **IFRIC 21** (nova), ‘Taxas do governo’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (“levy”) corresponde à atividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento. O Banco irá aplicar a IFRIC 21 no exercício em que esta se tornar efetiva.

## NOTA 32 CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas do Banco são consolidadas nas contas do Crédit Agricole, S.A.. As contas desta Sociedade podem ser obtidas diretamente na sua sede, 91/93, Boulevard Pasteur, 75 015 Paris Cedex, em Paris.





# 05

Certificação Legal  
de Contas

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



## Introdução

- 1 Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Credibom, SA (“o Banco”), as quais compreenderam o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidência um total de 1.040.021 milhares de euros e um total de capital próprio de 15.449 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 19.641 milhares de euros), a Demonstração de resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos da caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas pelo Aviso nº1 /2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor, tal como adotadas na União Europeia, com as exceções previstas nos Avisos nº1 /2005, nº4 /2005 e nº7 /2008 do Banco de Portugal.

## Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3- A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

## Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira contante no Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do banco Credibom, SA em 31 de dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

## Relato sobre outros requisitos legais

- 8- É também nossa opinião que a informação financeira constante no Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

25 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
representada por:



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.



06

Relatório e Parecer  
do Conselho Fiscal

# RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

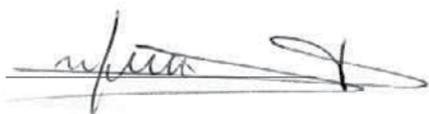
Senhores Acionistas,

- 1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as Demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Credibom, SA relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.
- 2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação.
- 3 Verificámos ainda a eficácia do sistema de controlo interno, do sistema de gestão de risco e do sistema de auditoria interna, donde resultaram os reparos incluídos no Parecer do Conselho Fiscal sobre a adequação e a eficácia do Sistema de Controlo Interno de 30 de Junho de 2013. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.
- 4 Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos por PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e apreciamos a Certificação Legal das Contas, em anexo, com a qual concordamos. Tomámos também conhecimento do teor do Memorando sobre aspetos de controlo interno e comentários suplementares decorrentes do exame às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 endereçado por aquela Sociedade ao Conselho de Administração.
- 5 No âmbito das nossas funções verificámos que:
  - i) o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, complementados com o teor da Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, do resultado e do rendimento integral das suas operações, das alterações no capital próprio e os fluxos de caixa;
  - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
  - iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspetos mais significativos;
  - iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
- 6 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:
  - i) seja aprovado o Relatório de gestão;
  - ii) sejam aprovadas as Demonstrações financeiras;
  - iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

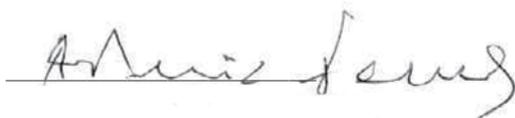
- 7 Finalmente, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco com quem contactámos, pela valiosa colaboração no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 28 de Março de 2014

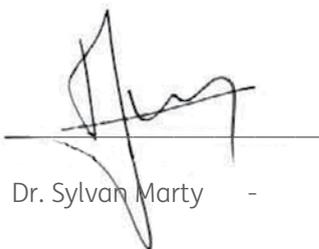
O Conselho Fiscal



Dr. David Jean Marie Drapeau - Presidente



Dr. Agostinho Pereira Fernandes - Vogal



Dr. Sylvan Marty - Vogal



07

Relatório do Governo  
da Sociedade

# RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

## 1. INTRODUÇÃO

Este documento tem em vista assegurar conformidade com o Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente a existência de um relatório sobre a estrutura e as práticas de governo societário<sup>2</sup> aplicáveis ao Banco Credibom S.A. (doravante denominado de Sociedade).

Entende-se como governo societário o sistema através do qual as sociedades são dirigidas e controladas, refletindo-se na sua estrutura organizativa, bem como na forma como os processos são geridos.

No entanto, o governo societário depende de múltiplos fatores, tais como:

- Enquadramento legal;
- Concentração ou dispersão do seu capital social;
- Estrutura e funcionamento dos órgãos sociais, nomeadamente Conselho de Administração, órgão de fiscalização, se existente.

A Sociedade adotou a estrutura de administração e de fiscalização prevista na alínea a), número 1 do artigo 278.º do Código das Sociedades Comerciais, a qual prevê, em adição à Assembleia Geral, um Conselho de Administração, Comissão Executiva, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas. O mandato dos membros dos órgãos sociais tem a duração de 2 anos.

A Assembleia Geral, que reúne obrigatoriamente uma vez por ano, tem as competências previstas no Código das Sociedades Comerciais, sendo de destacar as seguintes:

- Aprovar o relatório de gestão e as contas do exercício da Sociedade;
- Eleger os órgãos sociais;
- Delibera sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Procede à apreciação geral da administração e da fiscalização da Sociedade;
- Decide a política de remuneração dos administradores;
- Delibera sobre qualquer alteração ao contrato social.

O Conselho de Administração é composto por 6 membros, eleitos em Assembleia Geral, sendo permitida a sua reeleição sem qualquer restrição. O Conselho de Administração reúne pelo menos de forma trimestral, podendo ser realizadas reuniões adicionais sempre que solicitado.

A gestão corrente da Sociedade encontra-se delegada pelo Conselho de Administração numa Comissão Executiva, sendo o seu Presidente eleito pelo Conselho de Administração. A sua composição prevê no mínimo 2 Administradores que são igualmente membros do Conselho de Administração. A Comissão Executiva reúne numa base semanal.

O Conselho Fiscal é o órgão estatutário de fiscalização da atividade da Sociedade e é composto por 3 membros e 1 membro suplente, sendo que um dos membros é independente assegurando o disposto no número 4 do artigo 414.º. O membro independente só pode nomeado no máximo por dois mandatos.

<sup>2</sup>Em acordo com a alínea b) do número 2 do artigo 70º do Código das Sociedades Comerciais

## 2. PRINCÍPIOS DE GOVERNO DE SOCIEDADE

### 2.1 ACIONISTAS

A Sociedade é detida na sua totalidade pelo Crédit Agricole Consumer Finance, o qual é uma filial do Crédit Agricole, igualmente detido a 100% por este último. No decorrer do último ano não houve alterações na estrutura societária.

### 2.2 CÓDIGO DE ÉTICA E DEONTOLOGIA

A Sociedade dispõe de um Código de Conduta que estabelece as regras de natureza ética e deontológica a observar pelos membros dos Órgãos Sociais da Sociedade e por todos os seus colaboradores. Estas regras baseiam-se nos 9 princípios gerais em vigor e difundidos pelo Grupo Crédit Agricole S.A. através de Carta Deontológica em 2003:

- A relação com os parceiros e clientes baseia-se na lealdade;
- Enfoque na satisfação dos clientes, através da prestação de serviços realizados com competência e profissionalismo, sempre com respeito pelas regras e melhores práticas;
- Todos os clientes são iguais;
- Respeito pelo sigilo bancário e toda a atuação dos colaboradores é realizada para benefício dos clientes;
- Atitude mutualista para com o Grupo Crédit Agricole;
- Respeito pela imagem, reputação do Grupo Crédit Agricole;
- É da responsabilidade dos colaboradores do Banco Credibom o conhecimento de todas as regras aplicáveis no seio do Grupo Crédit Agricole e aplicá-las no exercício das suas funções;
- Utilização adequada e responsável dos recursos ao dispor de cada colaborador;
- Respeito pelo papel de liderança que o Grupo Crédit Agricole tem no seio de uma economia global, em equilíbrio com as responsabilidades locais.

### 2.3 CONFLITOS DE INTERESSES

As regras em vigor proíbem a realização de quaisquer operações em que haja conflito de interesses, quer ao nível dos órgãos societários, bem como ao nível dos colaboradores. Deste modo os membros da Comissão Executiva não podem deliberar sobre assuntos em que tenham, por conta própria ou de terceiro, um interesse em conflito com o da Sociedade; em caso de conflito, o membro da Comissão Executiva deve informar, por escrito, o Presidente ou os restantes membros da Comissão Executiva sobre o mesmo.

Igual princípio é seguido ao nível dos colaboradores, os quais não podem intervir na apreciação e decisão de operações em que sejam direta ou indiretamente interessados os próprios, seus cônjuges, parentes ou afins em 1.º grau, ou sociedades ou outros entes coletivos que uns ou outros, direta ou indiretamente, dominem. Todas as operações de crédito nestas condições são analisadas de acordo com um procedimento específico.

### 2.4 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Encontra-se definida uma política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como dos respetivos colaboradores que (i) desempenhem funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta da sociedade ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco da sociedade; (ii) a sua remuneração total os coloque no mesmo escalão de remuneração que os membros dos órgãos de administração ou fiscalização; ou (iii) exerçam as funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008 ou outro que o venha a substituir, as quais foram aprovadas pela reunião da Assembleia Geral realizada a 28 de Março de 2013, tendo igualmente sido aprovada a criação de uma Comissão de Remunerações.

A remuneração dos Administradores prevê uma componente variável, dentro de alguns limites, e pode ser diversa entre eles, sendo a mesma definida pelo acionista único da Sociedade, Crédit Agricole Consumer Finance. Não se encontra prevista remuneração para os Administradores Não Executivos.

Os membros do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, quando remunerados, auferem de remuneração certa estabelecida pela Assembleia Geral. De acordo com a política de remuneração dos órgãos sociais em vigor apenas o membro independente e o Revisor Oficial de Contas são remunerados, sendo todos os valores contratualizados através de documento escrito cuja validade apresenta a mesma duração dos mandatos.

## 2.5 COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Encontra-se prevista nos estatutos da Sociedade uma Comissão de Remunerações, a qual possui regulamento específico, tendo a mesma sido aprovada na reunião da Assembleia Geral de 28 de Março de 2013.

A Comissão de Remunerações é composta pelos membros não executivos do Conselho de Administração, tendo como principais competências:

- a. Definir a política de remunerações;
- b. Efetuar recomendações sobre a política de remunerações da Sociedade e suportar a tomada de decisões da remuneração a auferir pelas pessoas referidas na alínea anterior;
- c. Avaliar a pertinência das remunerações auferidas pelas pessoas sujeitas à política de remunerações de acordo com o perfil de risco da Sociedade.

A Comissão de Remunerações reúne-se numa base anual, podendo ser convocado extraordinariamente sempre que necessário.

## 2.6 POLÍTICA DE DIVIDENDOS

Os lucros líquidos da Sociedade, apurados em cada exercício, depois de deduzidas ou reforçadas as provisões e reservas, impostas por lei, terão a aplicação, para reservas ou dividendos, que a Assembleia Geral, por maioria simples, deliberar, sob proposta do Conselho de Administração.

A distribuição de dividendos pode resultar da aplicação dos resultados positivos de um determinado exercício, da aplicação de reservas e de resultados transitados. É proposta pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral, seguindo uma política coordenada com o acionista único.

Aprovada a atribuição de dividendos aos acionistas, aqueles ser-lhes-ão entregues nos trintas dias seguintes à deliberação da Assembleia Geral.

## 2.7 PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DE ÓRGÃOS SOCIAIS E COLABORADORES

Sendo a Sociedade detida na sua totalidade pelo Crédit Agricole Consumer Finance, o qual por sua vez é detido também na sua totalidade pelo Crédit Agricole não existem participações diretas dos membros dos órgãos sociais e colaboradores da Sociedade no capital social da Sociedade nem do seu acionista.

## 2.8 SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Estando a Sociedade sujeita à supervisão do Banco de Portugal, a mesma prevê uma organização que assegure conformidade com o disposto no Aviso 5/2008, nomeadamente através da existência de funções de Gestão de Riscos, de Conformidade e de Auditoria Interna independentes. Estas funções reportam funcionalmente à Comissão Executiva e hierarquicamente às respetivas funções junto do acionista.

## 2.8.1 GESTÃO DE RISCOS

Tem como responsabilidade assegurar a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos da Sociedade, através do acompanhamento contínuo da sua adequação e a eficácia através de análises específicas bem como da adequação e da eficácia das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências entretanto identificadas. Presta ainda aconselhamento aos órgãos de administração e elabora relatórios regulares aos órgãos de fiscalização indicando se foram tomadas as medidas adequadas para corrigir eventuais deficiências.

## 2.8.2 CONFORMIDADE

Tem como responsabilidade controlar o cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que a Sociedade se encontra sujeita. Esta função é assegurada pela Direção de Controlo Permanente – Conformidade.

## 2.8.3 AUDITORIA INTERNA

Tem como responsabilidade elaborar e manter atualizado um plano de auditoria para examinar e avaliar a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno da Sociedade, quer em termos parcelares como um todo. Todas as análises realizadas são baseadas numa avaliação prévia de riscos.

# 3. ASSEMBLEIA GERAL

## 3.1 COMPETÊNCIAS

A Assembleia Geral deverá reunir uma pelo menos uma vez por ano. As suas principais competências são:

- a. Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- b. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- c. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade e, se disso for caso e embora esses assuntos não constem da ordem do dia, proceder à destituição, dentro da sua competência, ou manifestar a sua desconfiança quanto a administradores;
- d. Proceder às eleições que sejam da sua competência.
- e. Proceder à eleição dos administradores e dos membros do conselho fiscal;
- f. Decidir sobre a remuneração dos administradores
- g. Autorizar os administradores a exercer atividade concorrente com a da Sociedade;
- h. Deliberar sobre quaisquer alterações ao contrato social, incluindo aumentos de capital, redução, fusão, cisão, transformação e dissolução da Sociedade.

## 3.2 COMPOSIÇÃO

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e um Secretário, eleitos em Assembleia Geral, de entre os acionistas ou não, sendo os seus membros eleitos por um período de dois anos sem qualquer limitação no número de mandatos.

A 31 de Dezembro de 2013 a Mesa da Assembleia Geral era constituída pelos seguintes membros:

### **PRESIDENTE › Jean-François Derrien**

Nascido em 1970 é licenciado em Gestão Financeira e Contabilística pela Universidade de Gestão de “Reims” (1993). A sua experiência é, desde 1994, na atividade de crédito ao consumo, inicialmente no Grupo RCI Banque até que em 2007 passou a desempenhar funções no Grupo BNP Paribas Personal Financial onde perman-

eceu até 2011, altura em que se juntou ao Grupo Credit Agricole Consumer Finance. Em todas as entidades teve responsabilidades em gestão financeira (a nível central e operacional).

Atualmente desempenha funções na Direção Internacional do Credit Agricole Consumer Finance onde é responsável pela monitorização das filiais do Grupo localizadas na Grécia e Marrocos. Por este motivo é membro não executivo do Conselho de Administração destas entidades (Credicom Bank e Wafasalaf).

O seu mandato iniciou-se a 1 de Janeiro de 2013, conforme decisão tomada em reunião de Assembleia Geral realizada a 28 de Março 2013, sendo o seu término a 31 de Dezembro de 2014.

### **SECRETÁRIA › Alexandra Bessone**

Nascida em 1966, é licenciada, pós-graduada e mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa e pela Facoltà di Giurisprudenza di Bologna (1990, 1992 e 1997, respetivamente). Concluiu o PhD em tecnologias da informação na Queen Mary & Westfield University em 1998 e foi investigadora do Institut of Legal Studies em Londres durante os anos de 1996 e 1997. É sócia fundadora da Sociedade de Advogados ALEXANDRA BESSONE CARDOSO & ASSOCIADOS, em Lisboa. Foi Advogada Sénior na Sociedade de Advogados “Carlos de Sousa e Brito & Associados”.

Foi estagiária e Advogada Júnior e Sénior Associada da sociedade “Grupo Legal Português, A.E.I.E.”, a primeira joint-venture internacional de advogados constituída em Portugal, que incluía a sociedade de advogados Portuguesa “F. Castelo Branco, Nobre Guedes & P. Rebelo de Sousa”, em associação com a sociedade de advogados “Simmons & Simmons” (Inglaterra), a “J. & A. Garrigues, Abogados” (Espanha), e a “Pinheiro Neto, Advogados” (Brasil). Foi ainda Consultora Externa do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática – Ministério da Cultura, tendo representado o Estado português na Convenção Mundial sobre Património Arqueológico Mundial junto da UNESCO. Estagiou no Departamento de Direito Comercial e Tecnologias de Informação da sociedade de advogados Simmons & Simmons, em Londres. Foi Assistente de Pesquisa no Departamento de Direito Internacional na Faculdade de Direito da Universidade de Pavia (Itália). Estagiou no Studio Legale Prof. Giancarlo Ubertazzi.

É ainda representante para Portugal da “International Law Firms” uma organização de escritórios de advogados sediados em todos os continentes.

É vogal do Conselho Jurisdicional da Associação Portuguesa de Natação, bem como do Conselho Jurisdicional do Sport Algés e Dafundo. É ainda membro do Comité Olímpico Português e sócia da Associação Portuguesa de Direito Desportivo.

O seu mandato iniciou-se a 1 de Janeiro de 2013, conforme decisão tomada em reunião de Assembleia Geral realizada a 28 de Março 2013, sendo o seu término a 31 de Dezembro de 2014.

## **3.3 REGRAS DE FUNCIONAMENTO**

A Assembleia Geral deverá reunir uma pelo menos uma vez por ano.

As reuniões da Assembleia Geral são constituídas por todas os acionistas com direito a voto e que, com a antecedência mínima de dez dias sobre a data da respetiva reunião, possuam cem ou mais ações em seu nome averbadas no livro de registo da Sociedade, ou tratando-se de ações escriturais, escrituradas em seu nome.

Deverá ser convocada mediante cartas registadas com aviso de receção, expedidas com antecedência mínima de vinte e um dias relativamente à data da reunião da Assembleia, para o endereço constante dos registos da Sociedade, ou, em alternativa para o endereço que o acionista haja expressamente indicado à Sociedade para esse efeito. Na primeira convocatória pode, desde logo, ser marcada uma segunda data para reunir no caso de a Assembleia Geral não poder funcionar na primeira data marcada.

Complementarmente às regras definidas pelos Estatutos da Sociedade poderá a Assembleia Geral reunir-se nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, o qual refere que os sócios podem tomar deliberações unânimes por escrito e bem assim reunir-se em assembleia geral, sem observância de formalidades prévias, desde que todos estejam presentes e todos manifestem a vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto. Caso as reuniões da Assembleia Geral sejam realizadas por esta forma então aplicar-se-ão todos os preceitos legais e contratuais previstos na legislação aplicáveis ao funcionamento das reuniões da Assembleia Geral, a qual só pode deliberar sobre os assuntos consentidos por todos os sócios.

O Presidente da Mesa deverá convocar extraordinariamente a Assembleia Geral sempre que tal seja solicitado pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal ou por acionistas que possuam, pelo menos, ações correspondentes a cinco por cento do capital social da Sociedade e que lho requeiram em carta indicando, com precisão, os assuntos a incluir na ordem do dia justificando a necessidade de reunir a Assembleia.

Todas as reuniões realizadas são registadas em actas, nelas sendo indicada os participantes, a Ordem de Trabalhos e as deliberações havidas.

### 3.4 DIREITOS DE VOTO E PROCESSO DE DECISÃO

A cada grupo de cem acções corresponde um voto; os acionistas possuidores de um número de acções inferior a cem poderão agrupar-se de forma a completar esse número, fazendo-se então representar por qualquer um dos agrupados.

As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos votos emitidos em cada reunião, não se contando as abstenções. No entanto, a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da Sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, só poderão ser tomadas por maioria de 2/3 dos votos correspondentes ao capital social da Sociedade, quer em Assembleia funcionando em primeira quer em segunda convocação.

## 4. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### 4.1 COMPETÊNCIAS

Ao Conselho de Administração cabem os mais amplos poderes de administração da Sociedade, nomeadamente sobre:

- a. Escolha do seu presidente;
- b. Co-optação de administradores;
- c. Pedido de convocação de assembleias gerais;
- d. Relatórios e contas anuais;
- e. Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- f. Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- g. Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- h. Extensões ou reduções importantes da atividade da Sociedade;
- i. Modificações importantes na organização da empresa;
- j. Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- k. Mudança de sede e aumentos de capital, nos termos previstos no contrato de Sociedade;
- l. Projetos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;
- m. Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do conselho.

Compete ainda ao Conselho de Administração representar plenamente a Sociedade em juízo e fora dele.

## 4.2 COMPOSIÇÃO

O Conselho de Administração é constituído pelo mínimo de três e o máximo de sete membros, que podem ser ou não acionistas, eleitos pela Assembleia Geral por um período de dois anos, sendo permitida a sua reeleição por sucessivos biénios, sem qualquer limitação.

O Conselho de Administração é composto por um Presidente e Administradores, os quais poderão ser executivos ou não.

A 31 de Dezembro de 2013 o Conselho de Administração era constituído por 6 membros efetivos, sendo 3 Administradores Não Executivos e 3 Administradores Executivos:

### **PRESIDENTE › Amir Djourabtchi**

Nascido em 1957, é licenciado em gestão de empresas pela Universidade de Paris. Desempenhou funções em multinacional de crédito especializado em diversos países. Desde 2007 é Diretor na Direção Internacional do Credit Agricole Consumer Finance sendo responsável pelas filiais do Grupo.

Atualmente é membro do Conselho de Administração de diversas filiais do Grupo especializadas em crédito ao consumo, nomeadamente da Agos Ducato (Itália), CreditPlus Bank (Alemanha), Finaref Nordic (Suécia), Finalia (Bélgica), Sofinco Saudi Fransi (Arábia Saudita), sendo ainda Presidente do Conselho de Administração da Credicom (Grécia), Credium (República Checa), DanAktiv (Dinamarca) e Credigen Bank (Hungria).

O seu mandato iniciou-se a 1 de Janeiro de 2013, conforme decisão tomada em reunião de Assembleia Geral realizada a 28 de Março 2013, sendo o seu término a 31 de Dezembro de 2014.

### **ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO › Alexandre Deshoux**

Nascido em 1973, é licenciado em Gestão de Empresas pela Escola Profissional de Twente, Holanda (1996) e em Finanças pela Universidade de Rennes, França (1997). Desempenha funções no Grupo Credit Agricole Consumer Finance desde 1999 (Finaref, atualmente Credit Agricole Consumer Insurance) sendo que desde 2007 até 2010 foi membro do Conselho de Administração da “Danaktiv – Finaref Nordic”. Desde 2010 encontra-se a desempenhar funções na Direção Internacional do Credit Agricole Consumer Finance como responsável país da Alemanha e Portugal. Atualmente é igualmente membro do Conselho de Administração do “Credit-Plus Bank”, instituição de crédito ao consumo na Alemanha.

O seu mandato iniciou-se a 1 de Janeiro de 2013, conforme decisão tomada em reunião de Assembleia Geral realizada a 28 de Março 2013, sendo o seu término a 31 de Dezembro de 2014.

### **ADMINISTRADOR EXECUTIVO › João Leandro**

Nascido em 1972, é licenciado em gestão de empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (1995) e tem um MBA pela Universidade de Harvard de Boston (2001). Encontra-se na Sociedade desde Fevereiro de 2010, desempenhando funções de Administrador e Presidente da Comissão Executiva. Anteriormente à sua entrada na Sociedade desempenhou, entre 2003 e 2009, funções de Administrador Executivo e Diretor Geral noutras instituições de crédito ao consumo, sediadas na Hungria e Eslováquia.

É igualmente membro não executivo do Conselho de Administração da FGA Capital IFIC.

O seu mandato iniciou-se a 1 de Janeiro de 2013, conforme decisão tomada em reunião de Assembleia Geral realizada a 28 de Março 2013, sendo o seu término a 31 de Dezembro de 2014.

### ADMINISTRADOR EXECUTIVO › Jorge Fontes

Nascido em 1959, é licenciado em engenharia electrotécnica de telecomunicações e electrónica pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa (1985). Encontra-se na Sociedade desde Novembro de 1995, começou por desempenhar as funções de Diretor de Sistemas e Operações até Março de 1997 passando desde esta data a Administrador e membro da Comissão Executiva. Anteriormente à sua entrada na Sociedade desempenhou, entre 1989 e 1997, funções de Diretor de sistemas de Informação em outras instituições de crédito, sediadas em Lisboa.

Adicionalmente é membro da Associação das Sociedades Financeiras para Aquisição a Crédito e Associação de Leasing e *Factoring*, em representação da Sociedade.

O seu mandato iniciou-se a 1 de Janeiro de 2013, conforme decisão tomada em reunião de Assembleia Geral realizada a 28 de Março 2013, sendo o seu término a 31 de Dezembro de 2014.

### ADMINISTRADOR EXECUTIVO › Philippe Durand

Nascido em 1967, é licenciado em gestão bancária pelo Institute des Arts et Métiers e uma especialização em *Affaires in Management of Banking Businesses*. Encontra-se na Sociedade desde Maio de 2010, desempenhando até Maio de 2012 as funções de Diretor Financeiro (Chief Financial Officer) passando, altura em que iniciou funções como Administrador e membro da Comissão Executiva. Anteriormente à sua entrada na Sociedade desempenhou funções no Credit Lyonnais, primeiro como responsável da área de PME (1990-96), posteriormente como controller de gestão sénior (1996-200) e ainda como auditor interno (2001-2005). Ainda no grupo Credit Lyonnais desempenhou funções como Chief Financial Officer de uma filial (2005-08) tendo desenvolvido posteriormente funções como responsável pela gestão de projetos internacionais da banca de retalho do Credit Agricole.

O seu mandato iniciou-se a 1 de Janeiro de 2013, conforme decisão tomada em reunião de Assembleia Geral realizada a 28 de Março 2013, sendo o seu término a 31 de Dezembro de 2014.

## 4.3 REGRAS DE FUNCIONAMENTO

O Conselho de Administração deverá reunir, pelo menos, uma vez em cada trimestre, e além disso, sempre que for convocado pelo Presidente ou por dois Administradores.

O Conselho de Administração elegeu um dos seus membros para desempenhar as funções de Presidente, sendo o mesmo substituído nas faltas e impedimentos por outro Administrador, atendendo-se, sucessivamente, à maior antiguidade no Conselho de Administração e à idade.

Na falta ou impedimento definitivos de qualquer Administrador os demais procederão à co-optação de um substituto. O mandato do novo Administrador termina no fim do período para o qual o Administrador substituído tinha sido eleito.

A falta de qualquer Administrador, às reuniões em que deva estar presente, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração constitui falta definitiva, sempre que o número de faltas injustificadas atingir em cada ano civil, 2 seguidas ou 4 interpoladas.

Poderão as reuniões do Conselho de Administração ter a presença dos membros do Conselho Fiscal, sempre que estes o entendam como conveniente ou quando sejam convocados pelo Presidente do Conselho de Administração ou nelas se apreciem as contas do exercício.

Os Administradores podem fazer-se representar nas reuniões do Conselho por outro Administrador, mediante simples carta redigida ao Presidente, indicando o sentido em que o representante exercerá o voto sobre questões inscritas na Ordem de Trabalhos, mas cada instrumento de representação não pode ser utilizado mais do que uma vez. As cartas de representação ficam anexas à acta da reunião respetiva.

Os Administradores são convocados por carta, telegrama, telex ou telecópia enviada, para os endereços que para o efeito hajam indicado, com a antecedência de pelo menos oito dias em relação à data da reunião do Conselho de Administração, a que a convocatória se destina. A convocatória deverá precisar os assuntos sobre os quais o Conselho irá pronunciar-se.

O Conselho de Administração poderá fixar as datas ou a periodicidade das suas reuniões ordinárias, caso em que não haverá lugar a convocação nos termos do número anterior.

Para que o Conselho de Administração possa deliberar validamente é necessário que esteja presente ou devidamente representada a maioria dos seus membros. O Conselho de Administração deliberará sobre os assuntos agendados para a reunião, podendo discutir e deliberar sobre outros assuntos desde que nisso acordem todos os seus membros.

Todas as reuniões realizadas são registadas em actas, nelas sendo indicada os participantes, a Ordem de Trabalhos e as deliberações havidas.

#### 4.4 PROCESSO DE DECISÃO

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos Administradores presentes ou representados. Em caso de empate nas votações, o Presidente tem voto de qualidade.

As decisões são tomadas por maioria qualificada de dois, três, quatro, cinco ou seis membros do Conselho de Administração, consoante este seja constituído por três, quatro, cinco, seis ou sete membros, as deliberações relativas aos seguintes assuntos:

- a. Alienação ou oneração de bens do ativo da Sociedade;
- b. Autorização para a transmissão de ações a terceiros, ou para a sua oneração de acordo com o previsto no artigo nono;
- c. Aumento do capital social;
- d. Emissão de obrigações;
- e. Constituição de uma Comissão Executiva, designação dos seus membros e definição dos poderes que lhe serão delegados.

#### 4.5 REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE

O Conselho de Administração pode constituir procuradores ou mandatários da Sociedade, fixando com toda a precisão os atos ou categorias de atos que estes podem praticar e a duração do mandato.

A Sociedade fica obrigada:

- a. Por dois Administradores que integrem a Comissão Executiva;
- b. Por um Administrador executivo e um Procurador a quem o Conselho de Administração tenha conferido os necessários poderes, nos termos da procuração;
- c. Pelos mandatários constituídos, nos termos dos respetivos instrumentos de mandato.

## 5. COMISSÃO EXECUTIVA

### 5.1 COMPETÊNCIAS

À Comissão Executiva cabe a gestão corrente da Sociedade em acordo com a delegação realizada pelo Conselho de Administração.

Ao Presidente da Comissão Executiva cabe:

- a. Assegurar que sejam prestadas informações aos demais membros do Conselho de Administração relativamente à atividade e deliberações da Comissão Executiva.
- b. Assegurar o cumprimento dos limites da delegação, da estratégia, e dos deveres de colaboração perante o Presidente do Conselho de Administração.

### 5.2 COMPOSIÇÃO

A Comissão Executiva é constituída por um número mínimo de dois e um número máximo de quatro Administradores, de entre os elementos que compõem o Conselho de Administração, sendo que um deles será indicado como Presidente pelo Conselho de Administração.

Os elementos da Comissão Executiva são nomeados por um período de dois anos, sendo permitida a sua reeleição por sucessivos biénios, sem qualquer limitação.

A 31 de Dezembro de 2013 a Comissão Executiva era constituída por 3 Administradores Executivos:

#### **PRESIDENTE › João Leandro**

O seu mandato iniciou-se a 1 de Janeiro de 2013, conforme decisão tomada em reunião de Assembleia Geral realizada a 28 de Março 2013, sendo o seu término a 31 de Dezembro de 2014.

#### **ADMINISTRADOR EXECUTIVO › Jorge Fontes**

O seu mandato iniciou-se a 1 de Janeiro de 2013, conforme decisão tomada em reunião de Assembleia Geral realizada a 28 de Março 2013, sendo o seu término a 31 de Dezembro de 2014.

#### **ADMINISTRADOR EXECUTIVO › Philippe Durand**

O seu mandato iniciou-se a 1 de Janeiro de 2013, conforme decisão tomada em reunião de Assembleia Geral realizada a 28 de Março 2013, sendo o seu término a 31 de Dezembro de 2014.

### 5.3 REGRAS DE FUNCIONAMENTO

A Comissão Executiva deverá reunir, pelo menos, uma vez em cada semana, e além disso, sempre que for convocado pelo Presidente.

A organização da Comissão Executiva segue as mesmas regras de funcionamento definidas para o Conselho de Administração.

O Conselho de Administração elegeu um dos seus membros para desempenhar as funções de Presidente, sendo o mesmo substituído nas faltas e impedimentos pelo outro Administrador em funções.

A falta de qualquer Administrador, às reuniões em que deva estar presente, sem justificação aceite pela Comissão Executiva constitui falta definitiva, sempre que o número de faltas injustificadas atingir em cada ano civil, 2 seguidas ou 4 interpoladas.

Todas as reuniões realizadas são registadas em atas, nelas sendo indicada os participantes, a Ordem de Trabalhos e as deliberações havidas.

## 5.4 PROCESSO DE DECISÃO

As deliberações da Comissão Executiva serão tomadas por maioria dos Administradores presentes ou representados. Numa situação em que a Comissão Executiva é constituída por dois membros, em caso de empate nas votações, o Presidente tem voto de qualidade.

# 6. FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

De acordo com o modelo societário definido a fiscalização da Sociedade compete ao Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas.

## 6.1 CONSELHO FISCAL

### 6.1.1 Competências

Ao Conselho Fiscal cabe a fiscalização da Sociedade, nomeadamente por intermédio das seguintes competências:

- a. Fiscalizar a administração da Sociedade;
- b. Vigiar pela observância da lei e do contrato de Sociedade;
- c. Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- d. Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- e. Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- f. Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- g. Elaborar anualmente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração;
- h. Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- i. Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, se existentes;
- j. Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros;
- k. Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da Sociedade;
- l. Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de Sociedade;
- m. Emitir um parecer detalhado sobre a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno, face aos requisitos definidos pelo Aviso 5/2008 do Banco de Portugal.

Adicionalmente, decorrente do modelo de estrutura societária implementado, compete ainda ao Conselho Fiscal:

- a. Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- b. Propor à assembleia geral a nomeação do revisor oficial de contas;
- c. Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- d. Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

### 6.1.2 Composição

O Conselho Fiscal é constituído por um número mínimo de três membros efetivos e um suplente. De entre os elementos efetivos um dos membros deverá possuir curso superior adequado ao exercício das funções e conhecimentos em auditoria ou contabilidade e que seja independente, em conformidade com o número 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais.

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral, sendo que, de entre os membros eleitos, a Assembleia Geral designa o seu Presidente. Estes são nomeados por um período de dois anos, sendo permitida a sua reeleição por sucessivos biénios, sem qualquer limitação.

Não podem ser eleitos ou designados membros do conselho fiscal:

- a. Os beneficiários de vantagens particulares da Sociedade;
- b. Os que membros do Conselho de Administração, Mesa da Assembleia Geral ou Comissão Executiva;
- c. Os membros dos órgãos de administração de Sociedade que se encontre em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade;
- d. O sócio de Sociedade em nome colectivo que se encontre em relação de domínio com a Sociedade;
- e. Os que, de modo direto ou indireto, prestem serviços ou estabeleçam relação comercial significativa com a Sociedade ou outra que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo;
- f. Os que exerçam funções em empresa concorrente e que atuem em representação ou por conta desta ou que por qualquer outra forma estejam vinculados a interesses da empresa concorrente;
- g. Os cônjuges, parentes e afins na linha recta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de pessoas impedidas por força do disposto nas alíneas anteriores bem como os cônjuges das pessoas abrangidas pelo disposto na alínea e);
- h. Os que exerçam funções de administração ou de fiscalização em cinco sociedades, excetuando as sociedades de advogados, as sociedades de revisores oficiais de contas e os revisores oficiais de contas;
- i. Os interditos, os inabilitados, os insolventes, os falidos e os condenados a uma pena que implique a inibição, ainda que temporária, do exercício de funções públicas.

Se o presidente cessar as suas funções antes de terminado o período para que foi designado ou eleito, os outros membros escolherão um deles para desempenhar aquelas funções até ao termo do referido período.

A 31 de Dezembro de 2013 o Conselho Fiscal é composto pelos seguintes membros:

**PRESIDENTE › David Drapeau**

Nascido em 1969, é licenciado em Finanças pela Escola Superior de Comércio de Paris (1992). Foi auditor financeiro em multinacional de auditoria externa até 2000, altura em que iniciou funções no Grupo Crédit Agricole Consumer Finance. Foi coordenador da auditoria interna do Grupo até 2005, desempenhando, a partir desta data, funções na Direção Financeira, inicialmente como coordenador de contabilidade das diversas filiais do Grupo e posteriormente (após 2009) como coordenador das diversas direções financeiras, também das filiais do Grupo.

Atualmente é membro do Conselho de Administração de diversas filiais do Grupo especializadas em crédito ao consumo, nomeadamente do Creditplus Bank (Alemanha), Credicom Bank (Grécia) e Forso Nordic (Escandinávia).

O seu mandato iniciou-se a 1 de Janeiro de 2013, conforme decisão tomada em reunião de Assembleia Geral realizada a 28 de Março 2013, sendo o seu término a 31 de Dezembro de 2014.

**MEMBRO EFETIVO › Silvan Marty**

Nascido em 1973 é licenciado em engenharia civil pelo Instituto Nacional de Ciências Aplicadas, Lyon – França (1995). Encontra-se no Grupo Crédit Agricole Consumer Finance desde 1998, inicialmente por intermédio da FINAREF (entidade do grupo pela gestão do negócio de cartões privativos, posteriormente fusionada com a SOFINCO e que deu origem à CACF). Desde o início desempenhou funções ao nível da gestão de risco, nomeadamente recuperação de crédito e análises estatísticas.

Durante os anos de 2002 e 2007 desempenhou funções na Credigen, filial do Crédit Agricole Consumer Finance localizada na Hungria, nomeadamente de responsável pela gestão de Risco. Desde então encontra-se a desempenhar funções diretamente no Crédit Agricole Consumer Finance, sediado na Direção de Crédito, onde é responsável pela monitorização do risco de crédito das filiais do Crédit Agricole Consumer Finance.

O seu mandato iniciou-se a 1 de Janeiro de 2013, conforme decisão tomada em reunião de Assembleia Geral realizada a 28 de Março 2013, sendo o seu término a 31 de Dezembro de 2014.

**MEMBRO EFETIVO › Agostinho Fernandes**

Nascido em 1946, possui Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, leccionado pelo Instituto Superior de Ciências e Trabalho e Empresas.

Desempenhou funções, desde 1975 no Banco de Portugal, primeiro (1977) no Departamento de Auditoria Interna e a partir de 1985 no Departamento de Supervisão Bancária, onde permaneceu até 2010, data em que se reformou. As principais responsabilidades ao nível do Departamento de Supervisão Bancária focam-se na execução de atividades de supervisão direta e indireta, no contexto do desempenho pelo Banco de Portugal da missão de regulador do sistema financeiro.

O seu mandato iniciou-se a 1 de Janeiro de 2013, conforme decisão tomada em reunião de Assembleia Geral realizada a 28 de Março 2013, sendo o seu término a 31 de Dezembro de 2014.

**6.1.3 Regras de funcionamento**

O Conselho Fiscal deverá reunir, pelo menos, numa base trimestral, e além disso, sempre que for convocado pelo Presidente.

De cada reunião havida é lavrada a respetiva acta no livro respetivo ou nas folhas soltas, assinada por todos os que nela tenham participado.

De todas as atas consta a menção dos membros presentes à reunião, bem como um resumo das verificações mais relevantes a que procedam o conselho fiscal ou qualquer dos seus membros e das deliberações tomadas.

A falta de qualquer membro do Conselho Fiscal, durante o exercício social sem motivo justificado, a duas reuniões do Conselho ou não compareçam a uma assembleia geral ou a duas reuniões da administração quando convocados para as mesmas, origina a perda de mandato.

O membro efetivo do Conselho Fiscal que se encontre temporariamente impedido ou cujas funções tenham cessado é substituído pelo suplente mantendo-se estes no cargo até à primeira assembleia anual, que procederá ao preenchimento da vaga. Caso não seja possível preencher uma vaga de membro efetivo por faltarem suplentes eleitos, os cargos vagos, tanto de membros efetivos como de suplentes, são preenchidos por nova eleição.

Para o desempenho das suas funções, pode Conselho Fiscal, conjunta ou separadamente com o Revisor Oficial de Contas:

- a. Obter da administração a apresentação, para exame e verificação, dos livros, registos e documentos da Sociedade, bem como verificar as existências de qualquer classe de valores, designadamente dinheiro, títulos e mercadorias;
- b. Obter da administração ou de qualquer dos administradores informações ou esclarecimentos sobre o curso das operações ou atividades da Sociedade ou sobre qualquer dos seus negócios;
- c. Obter de terceiros que tenham realizado operações por conta da Sociedade as informações de que careçam para o conveniente esclarecimento de tais operações;
- d. Assistir às reuniões da administração, sempre que o entendam conveniente.

Pode ainda o Conselho Fiscal deliberar a contratação da prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração destes ter em conta a importância dos assuntos a ele cometidos e a situação económica da Sociedade.

#### 6.1.4 Processo de Decisão

As deliberações do conselho fiscal são tomadas por maioria, sendo que todas as situações de membros em não concordância são inseridas em ata, sendo igualmente indicados os motivos da sua discordância.

## 6.2 REVISOR OFICIAL DE CONTAS

### 6.2.1 Competências

Ao Revisor Oficial de Contas compete a fiscalização da Sociedade de acordo com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais e demais regulamentação que se lhe aplique, nomeadamente a proveniente do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (Decreto-Lei nº 487/99 de 16 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 224/98 de 20 de Novembro) e do Banco de Portugal.

Entre outras são competências do Revisor Oficial de Contas:

- a. Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- b. Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- c. Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- d. Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;

- e. No âmbito do Aviso 5/2008 do Banco de Portugal, emitir um parecer sobre a adequação e a eficácia da parte do sistema de controlo interno subjacente ao processo de preparação e de divulgação de informação financeira (relato financeiro)
- f. Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato do Banco.

## 6.2.2 Nomeação

O Revisor Oficial de Contas é nomeado pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal, sendo competência do Conselho de Administração, através da Comissão Executiva, de assegurar a respetiva dotação orçamental.

O Revisor Oficiais de Contas é nomeado por um período de dois anos, sendo permitida a sua reeleição por sucessivos biénios, sem qualquer limitação, excetuando aquelas que decorram da própria regulamentação que regule a atividade dos Revisores Oficiais de Contas.

O atual Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a PricewaterhouseCoopers, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. O seu mandato iniciou-se a 1 de Janeiro de 2013, conforme decisão tomada em reunião de Assembleia Geral realizada a 28 de Março de 2013, sendo o seu término a 31 de Dezembro de 2014.



 **credibom**  
CRÉDIT AGRICOLE GROUP

Banco Credibom, S.A.  
Lagoas Park  
Edifício 14 piso 2  
2740-262 Porto Salvo

[www.credibom.pt](http://www.credibom.pt)